

COO JORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

ANO VI
Nº 60
DEZEMBRO DE 1980
CR\$ 50,00

QUEM É A DIREITA NO BRASIL



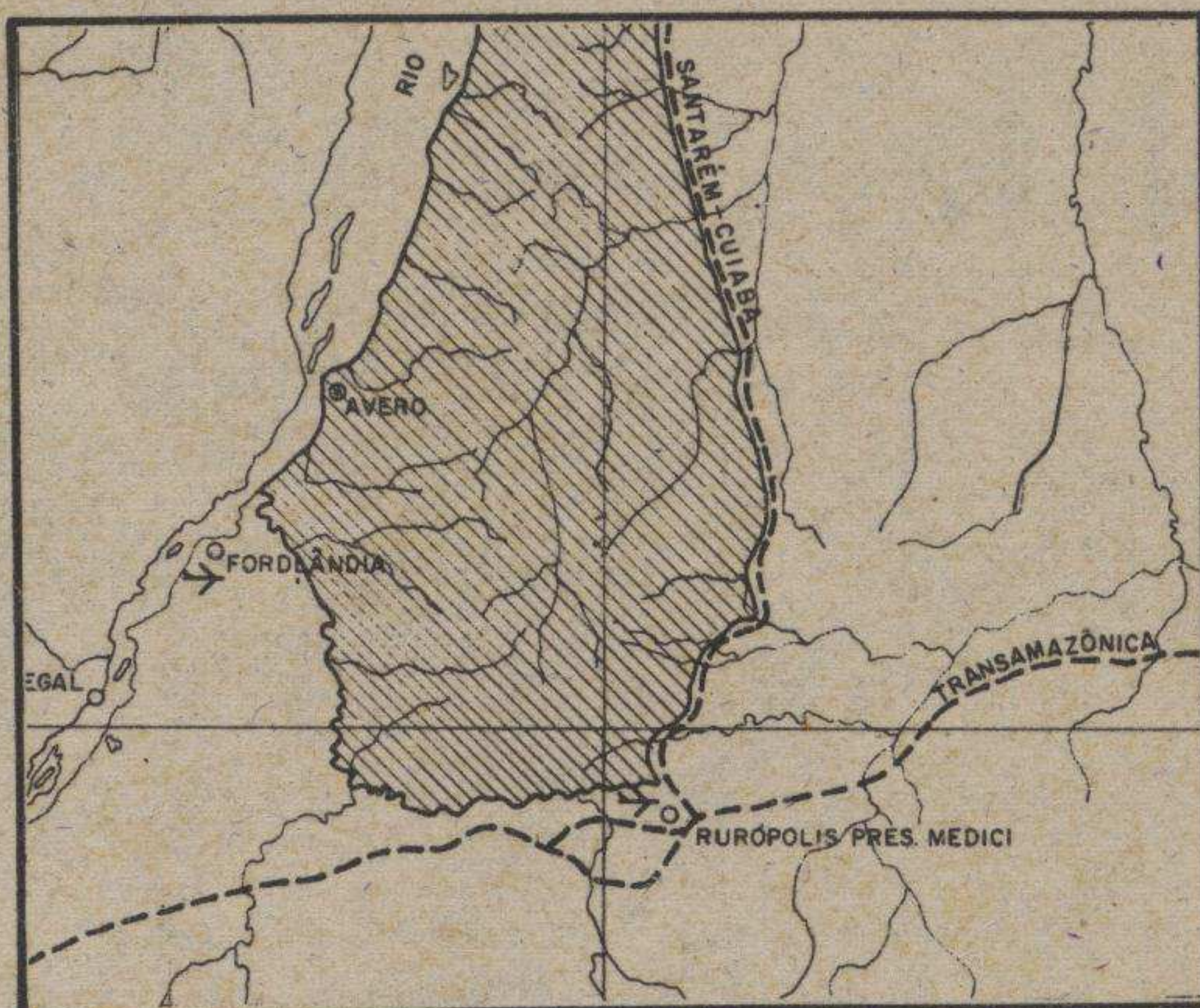
VOCÊ PODE FUMAR MACONHA?

A cannabis no futebol, entre os artistas, nas prisões e nas escolas. A opinião de fumantes, médicos e autoridades. Receitas originais com maconha. As propriedades da planta.

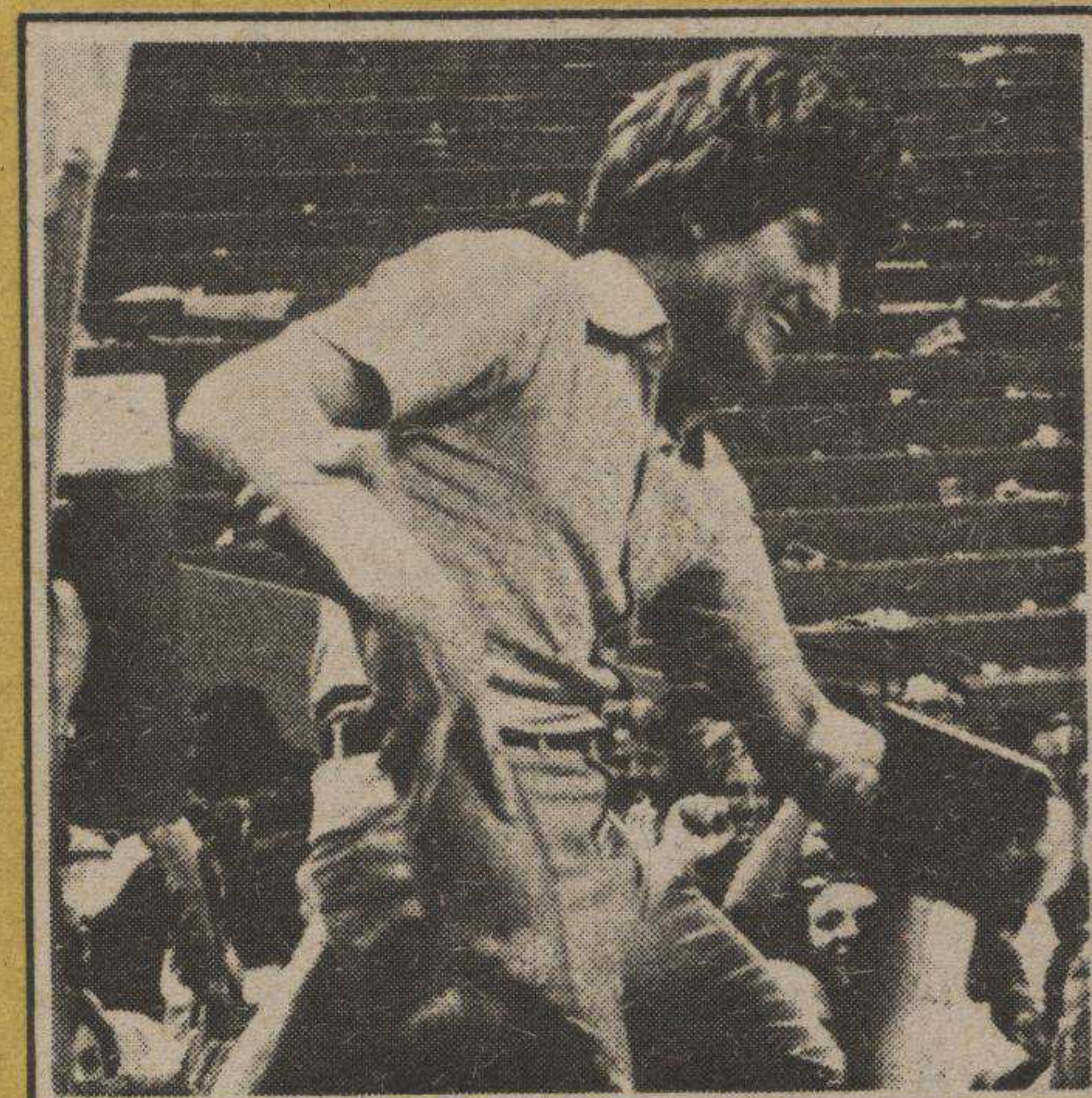


A mulher, tema das novas cantoras da MPB

TRANSAMAZÔNICA/10 ANOS



A grande estrada desapareceu



Os professores do Sul dão uma lição de greve

Este Jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
 Osmar Trindade
Secretário
 Manoel Canabarro

Redação
 Rafael Guimarães, Daniel de Andrade, Jorge Gallina, Elaine Lerner, José Antônio Vieira da Cunha, Eduardo Bueno, Luiz Afonso Franz, Waldir da Silva, Tomás Pereira, Eloisa Henck, Edgar Vasques, Luiz Carlos Ferré, Eugênio Neves, Ariosto Teixeira (Brasília), Geraldo Hasse (São Paulo), Marcelo Pontes (Rio), Paolo Marconi (Salvador), Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Mário Alberto Nascimento (arquivo e pesquisa), Graziela Cuchiarelli (laboratório), Mirtz Marques (secretaria executiva).

Gerência Administrativa

Jorge Crippa
Gerência Técnica
 Francisco Alba

Comercial

Leon Denisar Fischer (gerente), Hermínio Pereira, Eliete de Santana, Ilse Reichert, Arlete Andreazza

Circulação e Assinaturas
 Egídio Dalmina

Industrial

João Luis Lupak, Júlio Cesar Romano Martins (composição), Paulo Walter Opplinger, Rosa Maria Pontual Falcão, Rosalinda Flores Khal (revisão), Atil Vinetton Medeiros, Odone Visintainer (fotolito), Luis Gustavo Machado, Ari Roberto da Silva (montagem), Paulo Sá (coordenador).

À venda somente a partir da edição nº 13.

Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço

Rua Comendador Coruja, 372
 CEP 90000 — Porto Alegre — RS
 Fone 33-5099 (PABX) Telex (051) 1605

Distribuição exclusiva em todo o território nacional:

FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A. Rua Teodoro da Silva, 907 — P.BX 268-9112 — CEP 20563, Rio de Janeiro.

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente),

Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Borges de Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Barú Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Agnese Schiffino, Danilo da Silva Ucha, Carlos Urbim, Carlos Rafael Guimarães, Fernando Goulart e Renato Pinto da Silva (Conselheiros Fiscais), Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Acari Amorim, Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas, Ademir Fontoura, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Alberto André, Alberto Blun, Alberto Filgueiras, Afonso Abraham, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amauri Melo, Amilton Vieira, Ana Maria Barros, Ana Maria Pacheco de Almeida, Ana Maria Smidt, André Jockyman, Ângela Riccardi, Anibal Bendati, Antonio Brito Filho, Antonio Canabarro, Antonio Carlos Esteves, Antonio Gonzales, Antonio Dreon, Antonio Vargas, Antonio Manoel de Oliveira, Armindo Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Xavier, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Polydoro, Bernadete Viana, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Alexandre Castro, Carlos Simch da Silva, Carlos Athanazio, Carlos Karnas, Carlos Frederico Menz, Carlos Fehlberg, Carlos Mossmann, Carlos Dornelles, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano, Carmem Silveira, Carmem Cagno, Celso Rosa, Celso Schroder, Cintia Leal, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Clóvis Malta, Cristina Pereira, Delmar Marques, Edgar Lisboa, Edgar Vasques, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimarães, Elaine Lerner, Eloisa Enck, Enio Nugent da Rocha, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eugênio Neves, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Fernando Bueno, Fernando Lindote, Fernando Guedes, Fernando Saes, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Floriano Correa, Francisco Daniel, Francisco Dias Lopes, Francisco Juska, Gabriel Mattias, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Comercindo Coutinho, Hélio Ferreira, Hélio Gama, Helton Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Humberto Andreatta, Iara Bendati, Iara Schilling, Iaraporan Muller, Ilsa Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Stigger, Jandira César, Jayme Copstein, Jayme Klintowitz, João B. Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Mota Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio P. Machado, José Antonio Severo, José Antonio Simch, José Eneid, José Erasmo Nascetes, J. Felix Valente, José Guaraci Fraga, José Lauro Dieckman, José Luiz Chiarelli, José Luiz Previdi, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José Ribeiro Fontes, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Juarez Fonseca, Judith Martins Costa, Julieta Pereira, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Juvenal Netto, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lenora Vargas, Leo Tavejhanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Lincio Azevedo, Lilian Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Afonso Franz, Luiz Artech, Luiz Kozminski, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Verissimo, Luiz Francisco Terra, Luiz Fonseca, Luiz Humberto, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Manoel Joaquim Lourenço, Marcelo Lopes, Marco Schuster, Marco Túlio de Rose, Marcos Baggio, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria Eloir, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Bracher, Maria Luiza Teixeira, Marina Wodke, Marinória Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Rocha, Mário Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Bairos, Maroni da Silva, Marques Leonam, Maurecy Santos, Mauro Cesar Silveira, Mauro Toralles, Milton Wells, Milton Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Correa, Miriam Tereza Timponi, Mirta Coelho, Najar Tubino, Neltar Abreu, Nestor Fedrizzi, Neuza Ribeiro, Nilson Figueiredo, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olivio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Fº, Otilia Goulart, Paolo Marconi, Patrício Renato Bentes, Paulo Fogaça, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo Gerson de Oliveira, Paulo Renato Carcian, Paulo de Tarso Riccardi, Pedro Macedo, Pedro Flores, Pedro Sosa Pereira, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Baeta, Renan Oliveira, Renato Kern, Renato Canini, Ricardo Bolsoni, Ricardo Schimitt, Riomar Trindade, Roberto Azevedo, Roberto Azevedo, Roberto Appel, Roberto Thomé, Roberto Maneira, Rogério Ruschel, Romulo Krafta, Ronaldo Westermann, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Toniello, Severino Goes, Silmar Muller, Sílvia Costa, Sílvio Ferreira, Sílvio Correa, Tânia Barros, Tânia Faillace, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Prates, Valdir da Silva, Valmório Oliveira, Vera Daisy, Vera Maria Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Verlaine Silveira, Victor Hugo Sperb, Virson Holderbaun, Waldoar Teixeira, Walter Eirno, Wilmar Marques, Wladimir Ungaretti e Zélia Leal.

Associado à

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

O Prêmio Esso de Reportagem existe há 25 anos no Brasil e é um dos mais cobiçados pelos jornalistas brasileiros.

No ano passado o Coojornal ganhou este prêmio, com a reportagem *Guerrilha no Sul: 63 homens tentam levantar o País*, considerada um furo jornalístico. Os repórteres Osmar Trindade e Najar Tubino tinham ouvido com exclusividade o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, o líder de uma frustrada tentativa de levantar o país em 1965.

Agora em 1980 repetimos o feito. Osmar Trindade e Elmar Bones venceram o Prêmio Esso Regional com a reportagem *Os Relatórios do Exército sobre a Guerrilha*, que o Coojornal publicou em fevereiro deste ano.

...

É apenas um prêmio, certo, mas representa muito para nós. Em primeiro lugar, este trabalho foi considerado o mais importante entre todos os que foram publicados pela imprensa do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná nestes últimos 12 meses.

Aquela edição de fevereiro esgotou nas bancas (eram 35 mil exemplares) e a reportagem trouxe contra si uma reação da área militar que nunca esperávamos. Afinal, o trabalho apenas revelava relatórios do próprio Exército sobre a atividade contraguerrilha no País, mostrando, entre outras coisas, o quanto nossas forças militares aprenderam naqueles meses.

Mas o Ministério do Exército não gostou, fez nota oficial condenando a matéria e mais tarde os dois autores da reportagem, mais os colegas Rafael Guimarães e Rosvita Saueressig, foram envolvidos num sigiloso IPM realizado aqui pelo III Exército.

O IPM originou um processo na Justiça Militar, com nossos jornalistas enquadrados em artigos do Código Penal Militar. O processo começou no distante município de Bagé e se arrasta hoje por Porto Alegre.

...

Este processo teve muito de intimidação, também, mas desde o começo insistimos em que tudo que fizemos baseia-se apenas no relevante direito de informar. A tão apregoadada liberdade de imprensa foi exercida com toda a seriedade e responsabilidade que ela mesma invoca. A divulgação dos documentos de interesse público revelados pelo Coojornal, disse o historiador Hélio Silva, "é um elemento histórico para o julgamento do período em que ocorreu a operação, até mesmo para a defesa do organismo militar que a realizou".

O general da reserva Pery Constant Bevilacqua, ex-ministro do Superior Tribunal Militar, foi mais longe e nos disse, em abril, que, como os documentos por nós publicados, há muitos outros que deveriam ter sido liberados para a pesquisa histórica, uma vez que ao se tomarem públicos não comprometeriam a segurança nacional.

...

O Prêmio Esso para esta reportagem foi, para nós, mais uma demonstração de que agimos com correção. Tivemos a coragem de realizar e publicar aquela reportagem — a mesma coragem que nos leva a continuar perseguindo o jornalismo com isenção e honestidade.

...

Não estranhe, o leitor fiel, a reportagem de capa desta edição, que pergunta: *Você pode fumar maconha?* O consumo desta planta, que chegou ao Brasil há quase 500 anos, trazida pelos escravos africanos, só tem aumentado no Brasil. Tentamos com esta reportagem investigar o fenômeno a fundo, ouvindo especialistas, autoridades (o coronel Erasmo Dias, deputado federal pelo PDS de São Paulo, disse que se não fosse a maconha os presídios brasileiros já teriam explodido). O repórter Eduardo Bueno ficou quase dois meses trabalhando este tema, com a colaboração de jornalistas de São Paulo, Rio e Brasília. O resultado está a partir da página central. Acreditamos que o leitor não se desapontará.

JVC/MC

Tiragem desta edição: 27.500 exemplares



"Chico Buarque, vejam só, é um novo Camões!"

"Boa esta briga (no bom sentido, com todo o respeito) do Chico Buarque com Caetano Veloso para ver qual o maior poeta da MPB. Está visto que tanto o Chico quanto o Caetano transcenderam a limitada área da chamada música de diversão, atingindo a quase inacessível escarpa da alta poesia. Prova maior disso é o Chico, de quem vamos falar nestas linhas.

É claro que os nossos críticos de música popular não têm mais condições de acompanhar a extraordinária ascensão do Chico rumo ao Olimpo. Neste ponto da sua trajetória, o Chico Buarque está mais para Drummond, Bandeira, Bilac, Gonçalves Dias, Cruz e Souza do que para Noel, Ari Barroso, Nelson Cavacinho. Ora, os críticos de música não se atrevem a invadir o chão dos grandes críticos da literatura, um João Gaspar Simões, um Antônio Cândido. E o Chico é mais para ser avaliado, analisado e avalizado por peritos na arte do verso.

Que crítico de música popular poderia discorrer sobre a influência de Baudelaire sobre o nosso Chico? Sobre sua riqueza verbal e sua fecundidade comparáveis às de um Victor Hugo? Sobre o humor do Chico, talvez sem igual na nossa literatura? Sobre sua consumada perícia como artista do verso, que nada deve aos mestres do gênero? O lingüista, por exemplo, o expert em arte poética, o entendido em estilística, que se desse ao imenso trabalho de dissecar a obra do Chico encontraria nela material para um livro.

As obras do Chico são todas jóias discretas, porque este grande poeta, humilde como ele só, travado por algum inexplicado pudor, quer ser apenas, quando muito, um famoso compositor popular. Santa modéstia. O Chico é um-dos-maiores-poetas-da-língua-portuguesa-em-todos-os-tempos. E, se cuida da saúde, chega ao ano 2000 sendo comparado a Camões. Verão que não exagero."

Ronaldo Cruz,
 Porto Alegre, RS.

No debate sobre a questão do índio no Brasil

"Causa estranheza que a Funai, através do Conselho Indigenista, órgão de caráter consultivo, tenha decidido proibir a participação do cacique Mário Juruna como jurado do Tribunal Russel, na Holanda. Tal proibição reflete mais uma vez o espírito coercitivo da tutela exercida pela Funai, que dessa forma nega a seus tutelados o direito de se pronunciarem sobre seus próprios problemas e reivindicações.

A utilização do Estatuto do Índio e da condição de tutela para proibir a viagem do cacique Mário Juruna é uma demonstração flagrante de como este instrumento legal de defesa do índio está sendo utilizado contra seus próprios interesses. É então necessário alertar a opinião pública quanto ao fato de que o não reconhecimento do Tribunal Russel pelo Brasil é um argumento menor, se considerarmos que o fundamento da proibição é, na verdade, uma tentativa de impedir o debate internacional sobre a questão indígena brasileira."

Comissão Pró-Índio, RJ,
 Rio de Janeiro, RJ



Lançamentos

ENDIABRADOS, de Dyonélio Machado. Muito tempo marginalizado dentro do mercado editorial, ressurgiu agora um grande interesse por esse romancista gaúcho. Editora Ática, 222 páginas, Cr\$ 280,00.

O CENTAURO NO JARDIM, de Moacyr Scliar. Certamente um dos maiores escritores brasileiros, dele fala Guilhermino César: "Os pólos entre os quais gravita a ficção de Scliar estão carregados de eletricidade. Ele é um narrador que traz para as páginas do conto ou da novela uma tradição cultural polêmica". Editora Nova Fronteira, 246 páginas, Cr\$ 285,00.

ESCOLA E DEPENDÊNCIA (O ensino secundário e a manutenção da ordem), de Clarice Nunes. A autora revisa conceitos tradicionais da educação brasileira e desmistifica o pedagogismo e o legalismo desfocados dos problemas centrais do sistema educacional. Editora Achiamé, 180 páginas.

DIREITO, PODER E OPRESSÃO, de Roberto A.R. de Aguiar. Com esse volume, a editora Alfa Omega inicia uma nova coleção, destinada a publicar estudos dos juristas brasileiros que, principalmente nos últimos quinze anos, têm se preocupado com as questões do casuísmo e do arbítrio nos processos jurídico-institucionais da vida político-econômica do país. Esse primeiro volume analisa o direito dos oprimidos e o direito dos oprimidos. Editora Alfa Omega, 192 páginas, Cr\$ 360,00.

A LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL, de Regina Zilberman. Uma análise exaustiva da literatura no Extremo Sul, abrangendo a poesia das origens ao simbolismo, o regionalismo e Simões Lopes Neto, o modernismo e Mário Quintana, Dyonélio Machado e a nova ficção urbana, história e política no romance moderno, a existência urbana na ficção atual e a poesia contemporânea. Editora Mercado Aberto, 170 páginas, Cr\$ 180,00.

ESCOLA DE LIBERTINAGEM, de Marques de Sade. Em tradução de Aguinaldo Silva, o leitor brasileiro tem a obra de um dos mais controversos e perseguidos autores franceses. Editora Esquina, 166 páginas, Cr\$ 300,00.

OTENTA n° 4, diversos autores. A revista que a L&PM lançou recentemente no mercado veio ocupar uma lacuna importante no mercado editorial brasileiro. Esse quarto número traz, entre outros assuntos, Vargas Llosa contra o Movimento Estudantil, Anita Prestes contra o Comitê Central, Paulo Francis contra G. Lukács. Editora L&PM, 300 páginas, Cr\$ 400,00.

PRODÍGIOS, de Dyonélio Machado. Mais um romance desse ficcionista urbano. Editora Moderna, 200 páginas, Cr\$ 300,00.

O AMOR LIVRE (Uma Avaliação Anarquista da Questão Sexual), de Charles Albert. Reedição dessa obra publicada originalmente na França em 1899 e traduzida em 1953 no Brasil. Editora Achiamé, 140 páginas.

ALÇAPÃO PARA GIGANTES, de Péricles Prado. Um livro onde predomina o surrealismo, lembrando, plasticamente, o universo de Bosch e Brueghel. Ilustrado pelo artista dinamarquês Jorgen Boberg. Editora Alfa Omega, 64 páginas, Cr\$ 450,00.

PAIXÃO ROXA DOS GATOS NO ESCURO, de Clóvis Malta. O amor, o sexo, a realização humana são elementos intrincados das tramas que envolvem os personagens desses 11 contos. Editora Codecri, 90 páginas.

PESADELO ATÔMICO, de José Lutzenberger. O autor fornece subsídios para se entenderem as possíveis formas alternativas de energia, democráticas e voltadas para as condições e necessidades brasileiras. Ched Editorial, 86 páginas.

A CHAMA SUSPensa, de Amílcar Dória Matos. Editora Ática, 112 páginas, Cr\$ 160,00.

TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS, diversos autores. Trata-se do volume 9 dessa coleção, onde o leitor encontrará João Agostinho dos Santos falando sobre Gramsci: Ideologia, intelectuais orgânicos e hegemonia, Jaime Labastida sobre Marx: ciência e economia política, Maria da Conceição Tavares e Luiz Belluzzo sobre O capital financeiro e a empresa multinacional, entre outros. Livraria Editora Ciências Humanas, 228 páginas.

MUDANÇAS NO TRABALHO AGRÍCOLA

OS CLANDESTINOS E OS DIREITOS — Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco, de Lygia Sigaud, Livraria Duas Cidades, Cr\$ 300,00.

A questão agrária tem sido um dos temas mais permanentes nas atuais pesquisas e debates das ciências sociais no Brasil. Por sinal esta pode ser apontada como característica marcante da década de 70. Esse tema, junto com a questão partidária, a questão dos direitos humanos, marcou a reabertura do debate, a retomada das indagações teóricas e, principalmente, pela própria ligação dos temas com o momento brasileiro, o início de uma tentativa imposta de as ciências humanas aqui começarem a pensar o Brasil.

Este é o caso do livro *Os Clandestinos e os Direitos — estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*, de Lygia Sigaud, que foi apresentado como tese de doutoramento ao Departamento de Ciências Sociais e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UFRJ.

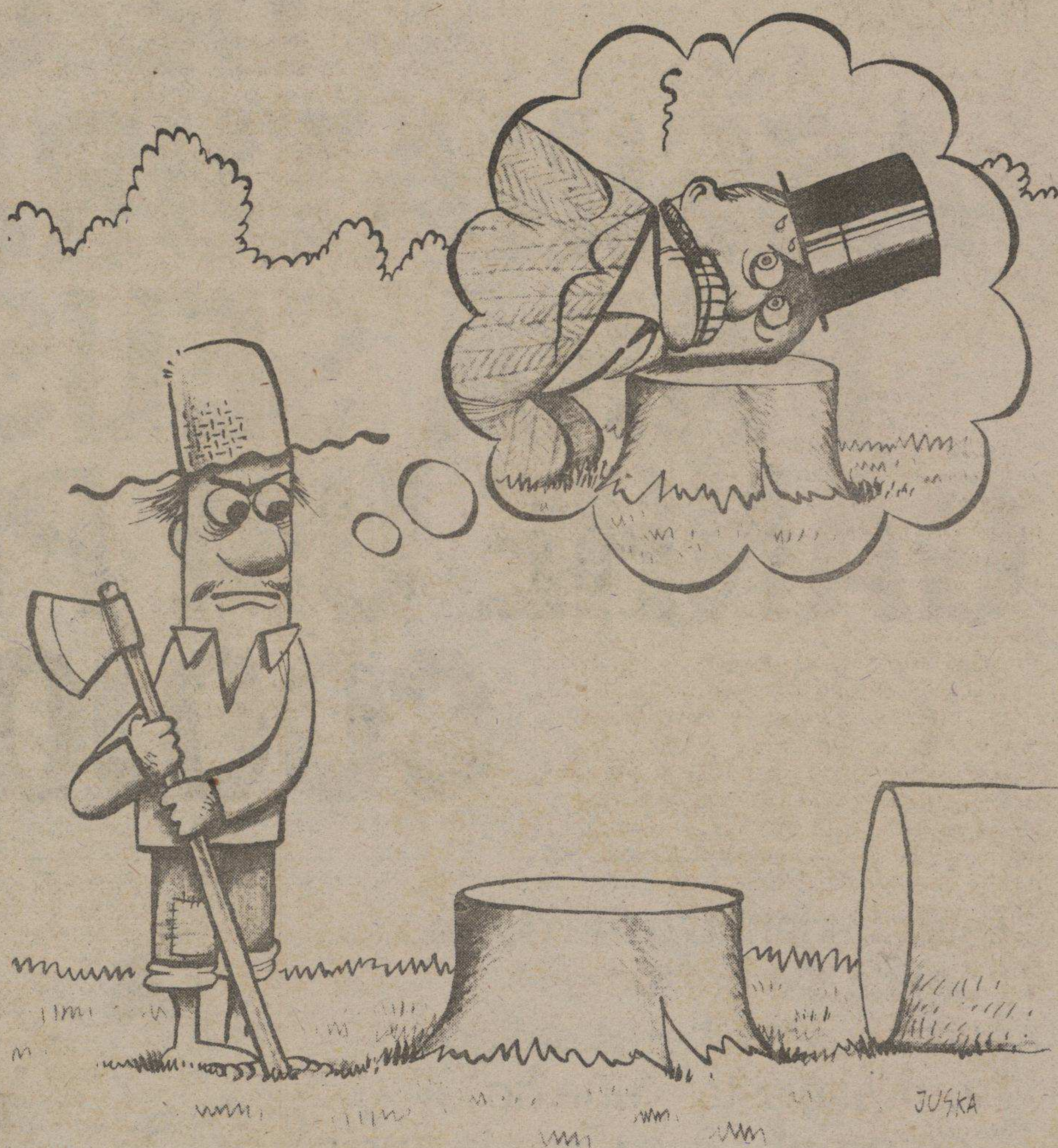
O objeto de análise, específico do trabalho de L. Sigaud, foi a natureza das transformações ocorridas na expropriação e reprodução da força de trabalho rural da zona da cana. Os antigos *moradores* — trabalhadores da cana que moravam nos engenhos — foram transformados em trabalhadores que residiam nas cidades. A natureza, origem e efeitos desta transformação são as preocupações da autora.

Assim todo o desenho do objeto de análise teve como fio condutor a determinação qualitativa desta transformação. Mas não no sentido do enquadramento das alterações nesta ou naquela definição *generalizável* a partir de interpretações históricas. Uma característica marcante do trabalho é que Sigaud procurou representar o *ponto de vista* com que os trabalhadores residentes nas cidades, antigos *moradores*, viram e conceberam estas transformações: "Mas, não se trata apenas de um estudo sobre os trabalhadores, mas de uma análise construída a partir dos trabalhadores. Isso significa que tem como fio condutor o modo como os trabalhadores representam o processo de transformação que estão vivendo, este modo sendo pensado como determinado pela posição estrutural que estes ocupam frente aos proprietários enquanto vendedores da força de trabalho e mediatizados por suas formas próprias de organização política" (pág. 15).

Além de, portanto, representar uma tentativa de representação do ponto de vista das classes subalternas, o trabalho vai indagar e definir, passo a passo, os mecanismos e processos de expropriação e reprodução dos trabalhadores rurais. De outra parte houve a preocupação de medir o efeito abrangência do fenômeno, ou seja, a pesquisa — e consequente análise — se expandiu levando em consideração duas regiões contrapostas da zona da cana — a mata sul e a mata norte — bem como não se restringiu a apenas um ou dois locais.

Logicamente que as questões trazidas ao debate por este trabalho de Lygia Sigaud, considerando a estrutura e o cuidado político no levantamento e na análise dos dados, não pode ser desconsiderado por qualquer posição que tenha preocupação honesta para entender e explicitar politicamente a realidade agrária brasileira. Isto porque, apesar dos mil temas a serem, ainda, debatidos, o reconhecimento da existência de mil temas pela própria particularidade do agrário brasileiro releva todos aqueles trabalhos que, a partir da remontagem da realidade concreta, apontam caminhos sobre os temas mais gerais.

PAULO VIEIRA



A LUTA ARMADA NO CAMPO

SANGUE DA TERRA, de Murilo de Carvalho, prefácio de D. Pedro Casaldáliga, Editora Brasil Debates, 136 páginas, Cr\$ 250,00.

O iniciador da moderna reportagem no Brasil, João do Rio, foi acusado por alguns estudiosos de sua obra por ter ido raramente ao subúrbio da antiga capital federal. Suas reportagens focavam geralmente o centro *trepidante* do Rio de Janeiro do início do século.

Muitos repórteres atuais podem receber censura por seus trabalhos nunca irem além do eixo Rio-São Paulo. Não que acontecimentos importantes deixem de acontecer nesse pólo desenvolvido do espaço brasileiro. Porém, deixar de lado outras regiões seria esquecer os espaços sem voz da vida brasileira, privilegiando aqueles que já estão sob o aluvião informativo dos meios eletrônicos de comunicação e outros instrumentos da indústria cultural.

Um desses espaços vazios sem voz é a Amazônia e o sertão nordestino. O interior do Brasil, em suma. Esse Interior camponês, esse Interior de miséria que morre à míngua e sem terra, na abundância da terra.

Mas esse contraste dos sem terra, vagando na imensidão da terra, não se restringe apenas à Amazônia: Murilo de Carvalho vai buscar exemplos no Rio Grande do Sul, no Paraná, na Bahia.

O repórter de *Sangue da Terra* vai à fonte beber com os olhos, com os ouvidos, com todos os seus sentidos. E mostra o decantado *brasileiro, homem cordial*, de foices, espingardas, porretes e qualquer tipo de arma para se defender contra o polvo dos grandes empresários do Sul Maravilha — Volkswagen, Codepar, Incra, Chaparral, Itaipu. E descobre que o homem brasileiro está renascendo no verde e no quase deserto. É a epopéia quotidiana que um dia ainda deverá ser escrita em toda a sua profundidade.

Narrando o homem e suas ações, o homem construindo sua história, abrindo seu caminho, Murilo transforma sua lin-

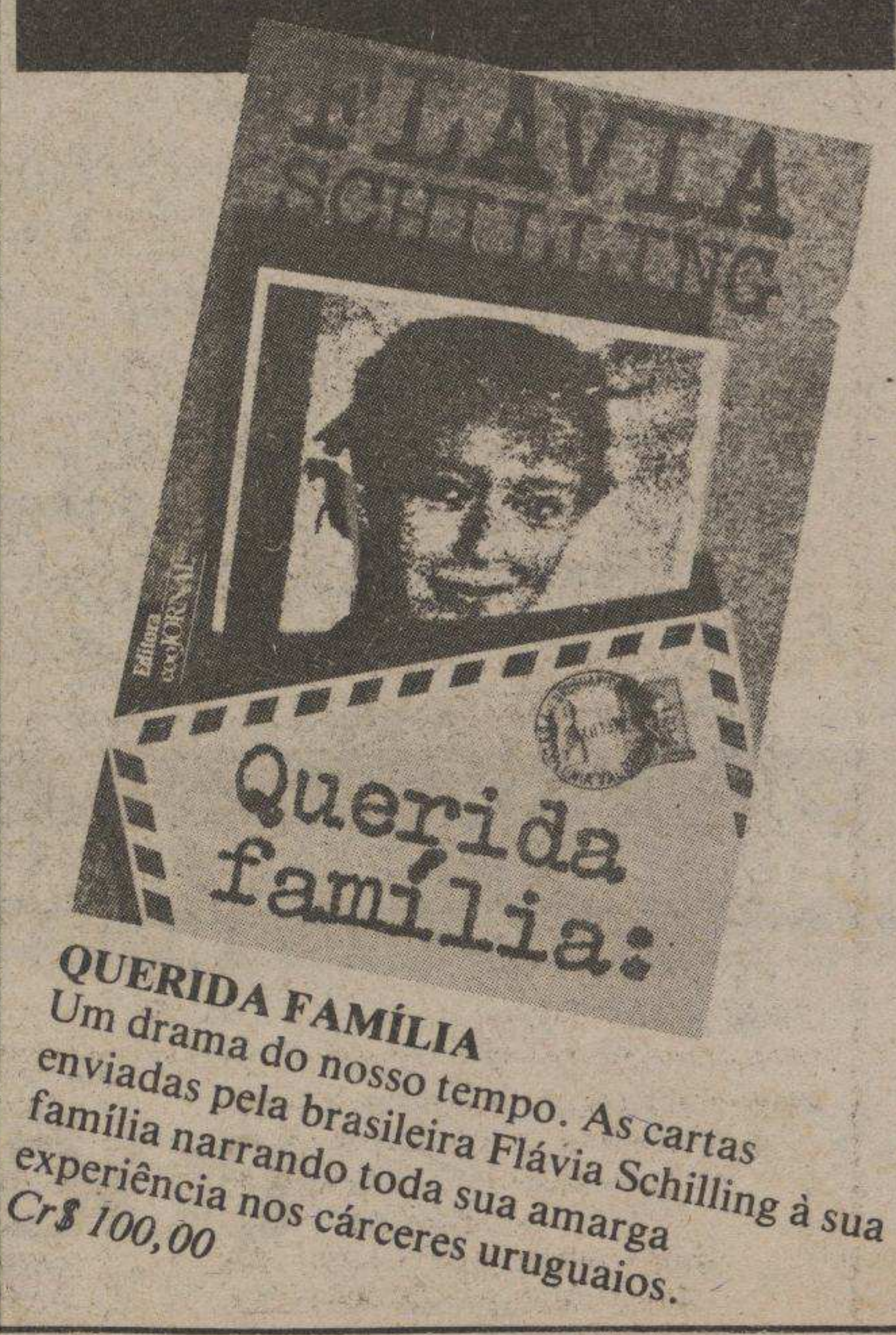
guagem. As palavras são cruas como a luta desigual de uns poucos homens contra o todo-poder, uma linguagem rude como os homens retratados, brutais como a miséria, cortantes como o fio das foices que levam aos ombros.

"Devagar, com cuidado, pega a faca e começa a cortar os dedos gangrenados um a um, e os vai colocando no chão, perto do litro de álcool. Corta certinho, bem nas juntas. E então derrama álcool sobre o pé que sangra muito". Assim ele apresenta Lourival Coelho, peão de derrubada, depois de explorado pela fazenda Volkswagen e Codepar. E neste momento, cada palavra, cada substantivo, cada vírgula nas mãos do repórter são um fio de faca abrindo o abcesso, de onde salta o pus da corrupção, da opressão e dos desmandos em vastas regiões brasileiras.

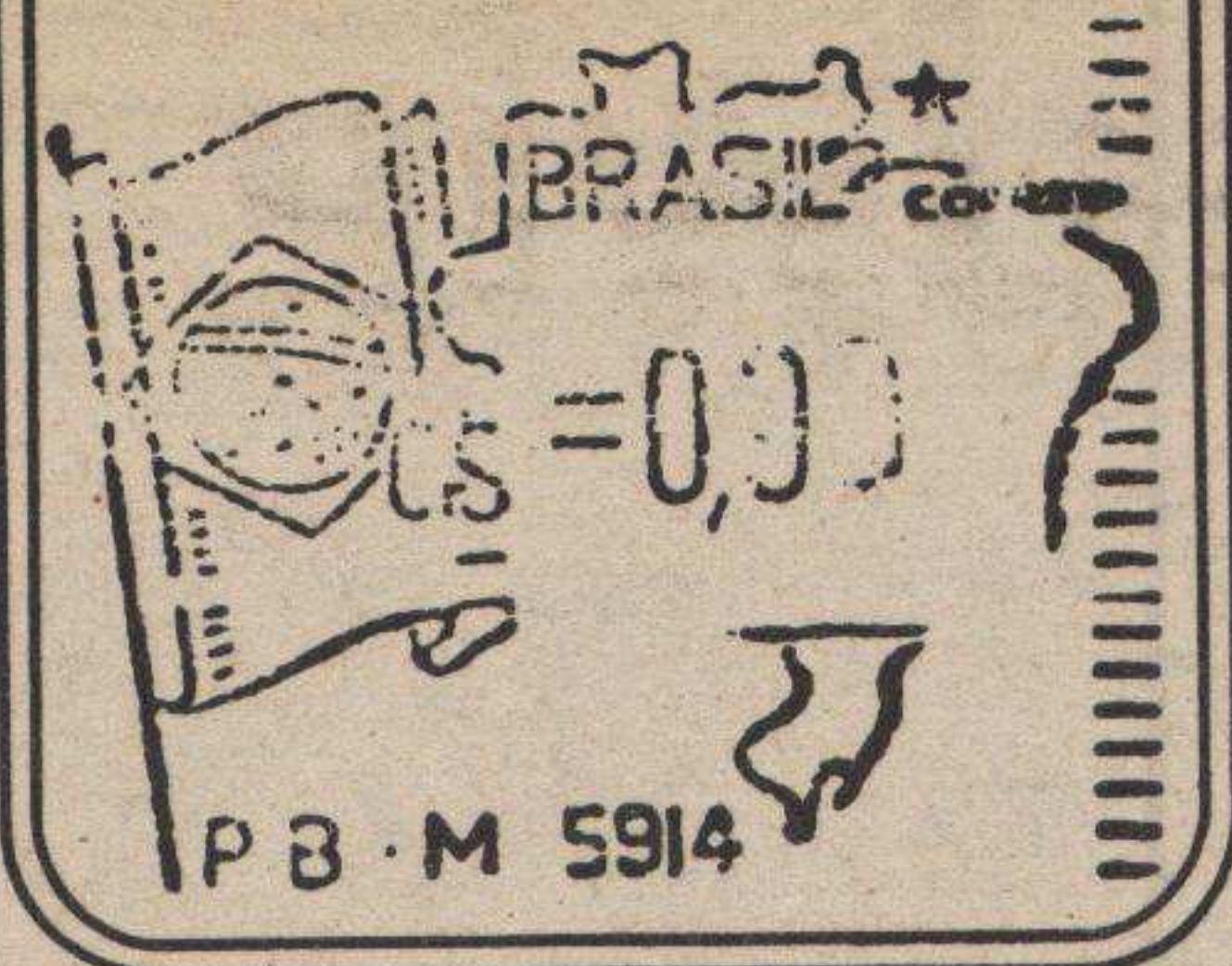
As reportagens de *Sangue da Terra* não narram, mostram, falam ou apontam. Elas berram. É isso, elas berram. E ninguém tem a coragem de assoviar tapando os ouvidos, como se dissesse: "Isso não é comigo".

SERGIO CAPARELLI

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS



QUERIDA FAMÍLIA
Um drama do nosso tempo. As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios.
Cr\$ 100,00



Dom Vicente e sua atuação na sociedade gaúcha

"Há muito tempo eu estava para escrever sobre um assunto que sempre me preocupou, que era o posicionamento do pastor dom Vicente Scherer. Agora estou satisfeito, por ver que a atuação dele foi tema de um excelente artigo no **Coojornal** nº 58, que esclareceu todas minhas dúvidas e curiosidades.

Não é à toa que declarações de bispos e religiosos que realmente estão ao lado das massas pobres, são malvistas e interpretadas no Governo. Acontece que dom Vicente, uma pessoa considerada respeitável, é um grande conservador e faz com facilidade o "jogo do Governo", dispensando qualquer tipo de organização que se origine da base. E é dúbio em seu posicionamento a respeito de assuntos importantes, como as greves."

Vicente César Lacerda,
Rio de Janeiro, RJ

Outro desgosto para o cardeal

"Sempre admirei muito este jornal, mas considerei infeliz a publicação da reportagem sobre o cardeal Vicente Scherer (**Coojornal** nº 58). Todos sabem que ele está em fim de carreira e a revelação das coisas feitas pelo repórter desgostaram muito o cardeal, que já vinha de um desgosto muito profundo que foi aquele causado pelo assalto no ano passado.

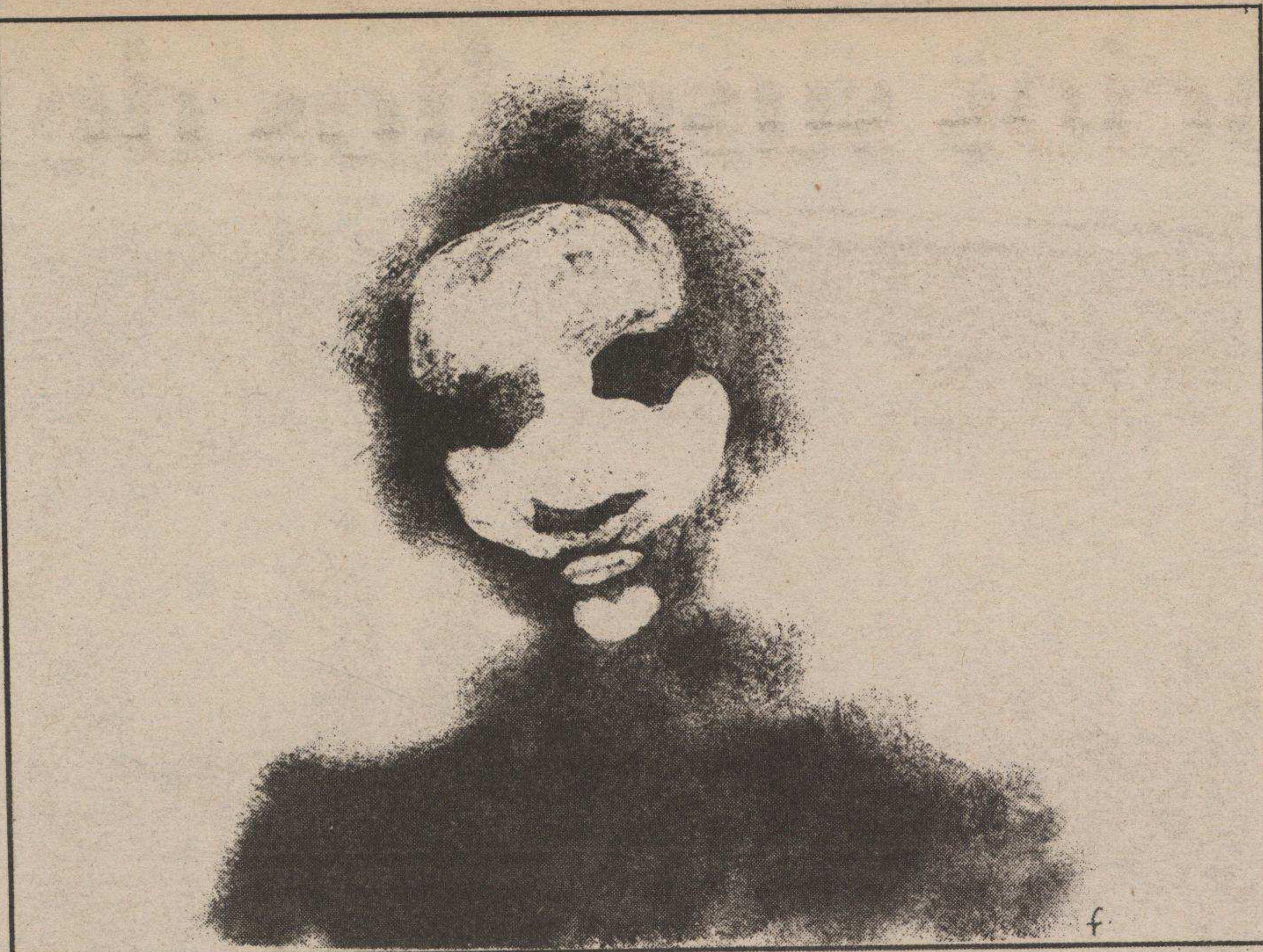
Dom Vicente tem muitas grandes realizações no setor de assistência aos desassistidos da sociedade, realizações estas que não receberam, a meu ver, o devido destaque. Sem contar que nestes trinta anos que ele esteve no posto, nenhuma crise grande ocorreu dentro da Igreja gaúcha ou desta com o Governo. Crédito isto à notória habilidade política do cardeal."

Eva Teresinha Wild,
Florianópolis, SC

Um marinheiro ainda à espera da anistia

"Sou ex-marinheiro, filho de camponês pobre do interior do Rio Grande do Sul, que emigrou para a cidade em busca de melhores condições de vida, como milhões de brasileiros fizeram e vêm fazendo. Ingressei na Marinha em 1960, participei da diretoria da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, associação esta que passou a defender melhores condições de vida para os marinheiros. Isto já foi motivo para sofrer as primeiras perseguições.

Em 1964, coloquei-me contra o golpe



militar e ao lado do governo constitucional, eleito democraticamente pelo voto popular. Desde então o ódio e a perseguição por parte daqueles que usurparam o poder não cessou. Estive três anos preso, mais de 13 no exílio ou na clandestinidade, sempre lutando al lado do povo brasileiro, participando das alegrias de suas vitórias e das tristezas de suas derrotas; enfim, vivendo com meu povo 16 anos de angústia e opressão jamais vistas em nossa história.

Desde que foi promulgada a lei da 'Anistia' venho lutando por todos os meios ao meu alcance para ser beneficiado. Segundo informações do advogado que está trabalhando no processo, estou dentro dos casos considerados como revel, que a lei de 'Anistia' abrange. Após mais de um ano de luta, de intermináveis trâmites e exigências, baseado em não sei que interpretação da lei, o sr. juiz José Marques Vitor, da 3ª Auditoria do Exército, do Rio de Janeiro, me negou este direito. Esperei então até o dia 26 de outubro próximo passado, quando seria beneficiado definitivamente por decurso de prazo, visto que naquela data completei o dobro da pena prevista e, neste caso, seja pela 'Anistia', seja pelas próprias leis normais do Brasil, estaria livre. Para minha surpresa, passado mais de um mês do prazo e com uma nova carga de exigências — todas elas já cumpridas — este mesmo juiz me negou novamente o direito.

No dia 19 de novembro de 1980, o presidente Figueiredo, que o povo não elegeu, fez um pronunciamento público, afirmando, entre outras coisas, que 'no Brasil não restam presos políticos, nem expatriados, nem banidos, todos foram anistiados'. Ao ler isto pelos jornais fiquei estarecido e ainda venho me perguntando: estaria ele mal informado? Simples demagogia, ou uma cilada? A 'última hipótese é a que mais me preocupa.

As injustiças são cometidas com a rapidez de um raio. A justiça quando feita, é ao passo de tartaruga. Isto já vem se transformando em rotina, mas não podemos nos acostumar com ela, porque seria perpetuar o caos e a opressão em nossa Pátria. Há 16 anos estou impedido de passar o Natal com meus familiares. Desejo passar este.

Não tendo mais a quem recorrer, apelo a todas as entidades e partidos políticos, aos meios de comunicação e a todos os democratas deste País, para que a justiça seja feita.

Mais informações podem ser obtidas com o advogado Lourenço Bernardino Sena, na Rua Venezuela, 131/713 — Rio de Janeiro, RJ."

Avelino Bioen Capitani

NR: Esta carta nos foi entregue pelos familiares de Avelino Capitani, que residem em Porto Alegre.

A alegria dos estudantes de Cascavel

"Cascavel localiza-se no Oeste paranaense, a 500 quilômetros de Curitiba e a 120 de Foz do Iguaçu.

Nesta cidade funciona a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras, com diversos cursos, que tinha até agora um Diretório pelego, subordinado à direção da faculdade e ao mando político do prefeito, do PDS (aquele acusado de ter sido o mandante do crime que vitimou o jornalista Antonio Heleno).

Agora, felizmente, o peleguismo e a subserviência do DA tiveram um final. Ganhou a chapa de oposição, encabeçada pelo estudante Hostílio Lustosa. Foi, acima de tudo, uma vitória dos estudantes, porque agora abrem-se novos horizontes para os alunos desta faculdade, que não tinham até então uma tradição de lutas. O Mário Leal, do DCE da Universidade Federal do Paraná, foi quem disse: 'Em reconhecimento a isso, vou doar a vocês uma bandeira da UNE'. Houve uma emoção geral com estas palavras e gesto.

Hoje a bandeira da UNE está tremulando no Oeste do Paraná e, com ela, suas lutas."

Vergílio Mariano de Lima,
Cascavel, PR

Perseguições à Igreja dos pobres também na Bahia

"A residência de dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro da Bahia, foi invadida e vasculhada de alto a baixo, na madrugada do dia 24 último. Não foram ladrões comuns, visto aos invasores não terem interessado objetos de valor que se encontravam tanto no cofre, misteriosa-

mente escancarado, como no quarto e gabinete de trabalho do bispo.

Se evidenciam o interesse por documentos e a intenção de intimidar. Criar a psicose do medo e da insegurança pessoal faz parte da tática de esfriamento dos movimentos populares que se articulam para reivindicar o direito e a vida para todos.

Dom José Rodrigues mais de uma vez foi ameaçado de morte. Sensível aos problemas sociais, tem levantado a voz contra a grilagem de terras, as barragens e outros projetos implantados em nome de um progresso que despoja de casa, terra e cultura milhares de pessoas que acabam inchando as cidades e engrossando o exército dos famintos, dos mendigos e das prostitutas.

A solicitude pastoral pelos deserdados da terra o faz presente nas áreas onde a grilagem investe feroz e armada com tratores e metralhadoras, como foi em Riacho Grande, município de Casa Nova, para desalojar 56 famílias de posseiros.

A violência parte de todos aqueles que querem manter privilégios às custas do silêncio, do trabalho mal pago, da fome, da exploração dos trabalhadores do campo e da cidade. Expulsam aqueles que proclamam as verdades que o povo não tem vez de dizer e de ser ouvido. Hoje é o padre Vito Miracapillo, amanhã serão outros...

Acusam de marxista o bispo de Teófilo Ottoni e publicam nos jornais que, na Bahia, 'os pronunciamentos dos padres são altamente subversivos' (A Tarde do dia 25).

Estamos solidários com dom José Rodrigues e com todos que proclamam a justiça de Deus e denunciam suas violações. Gritamos a todos aqueles que nos querem intimidar: não temos medo! Não nos perseguem fantasmas de corrupção, de roubo e de traição ao povo. No nosso esforço de fidelidade ao Evangelho e ao povo sofrido e marginalizado pelo decantado progresso elitista, contamos com o Senhor que nos diz: 'Não tenhais medo!'

Mons. N. Dias Lima, vigário geral;
padre Guilherme; e outros
Juazeiro, BA

"Pai nosso, o povo passa fome"

"Gostaria de juntar aqui o meu protesto à ação do governo. Expulsar estrangeiros nos leva a tempos que já julgava passados, ainda mais porque também sou um pouco subversivo — principalmente quando sento à mesa para almoçar. Levantar uma espada pode cortar o ar, mas ao mesmo tempo pode não ter fio para rasgar um saco de trigo. Pode-se fazer o que quiser com uma baioneta, exceto sentar em cima dela. É bem verdade que existem pessoas que, no caso, pagariam para ver.

Da próxima vez em que o judiciário, e a minúscula cabe, reclamar sua condição de funcionário do executivo e o congresso começar a se sentir anfíbio, não devem se afligir, mas apenas procurar um espelho e, por favor, outro emprego — os classificados estão repletos.

Por fim venho saudar o padre Vito como um dos poucos brasileiros verdadeiros que existem neste país. Não conheço muitas pessoas que agem verdadeiramente para fazer modificações. A maioria de nós é conivente. Aliás, o nosso governo eleito deveria ter expulso um outro padre que disse:

— Pai nosso, o povo passa fome, Pai nosso."

César A. Cossi,
Porto Alegre, RS.

Omar Ferri

Advogado

OAB 2406 CPF 004117520
Uruguai, 155 cj. 1306
fone: 25-4119
Horário: 10 — 12hs
16,30 — 18,30 hs.
Porto Alegre RS

Nereu Lima

CPF-MF 082058760-53
Advocacia Criminal
Borges de Medeiros, 410
salas: 509/510
tel: 24-6049 Porto Alegre

Adalberto Preis

OAB 4636 CPF 017883450-53
Advogado
Borges de Medeiros,
430 7º andar
fone: 33.5777

Luiz Carlos

Calachi Moraes

Advocacia Trabalhista

P/Empregados

Andrade Neves, 159 sala: 64
fone: 33-5445
Edifício Amazonas

Os negócios suspeitos de Ludwig

A Suíça desconfia que empresas de Daniel Ludwig praticam fraudes fiscais em todo o mundo

Daniel Keith Ludwig, o homem mais rico da terra, atrai contra seus projetos suspeitos não só no Brasil, mas também num país austero como a Suíça. Lá ele tem ganho manchetes nos jornais, acusado de ter escolhido a Suíça como centro de seu império para coordenar fugas de capital de diversos países do mundo e realizar fraudes fiscais de alcance internacional.

As principais suspeitas recaem sobre seu Instituto Ludwig de Pesquisa Contra o Câncer, uma entidade fundada em 1971 com fins humanitários e que seria, na verdade, mais um biombo jurídico, elaborado cuidadosamente para reagrupar em Zurique os capitais de Ludwig e redistribuí-los no estrangeiro, sem pagar impostos em parte alguma.

A primeira desconfiança foi levantada em maio de 1976, quando o jornal *New York Times* noticiou que a Suíça poderia estar servindo de base para a fortuna de Ludwig. A questão se agravou quando Francisco de Andrade, diretor do Projeto Jari no Brasil, no qual Ludwig já investiu um bilhão de dólares, deixou escapar, no ano passado, que o milionário norte-americano tinha legado toda sua fortuna ao instituto de Zurique.

Ouvido pela subcomissão parlamentar de inquérito da Câmara Federal, presidida pelo deputado Modesto da Silveira, que investiga o Projeto Jari, ele confirmou a informação. Silveira levou a novidade à Suíça, onde os jornais deram destaque. Parte da imprensa reagiu euforicamente à notícia da doação — nada mais nada menos que 10 bilhões de francos suíços (perto de Cr\$ 350 bilhões), segundo o jornal *Blick*, de Zurique, que dedicou toda uma primeira página ao assunto.

Mas outros jornais desconfiaram que houvesse um incêndio atrás da grande nuvem de fumaça que se erguia, e foram a Neustadtgasse, endereço do instituto na cidade velha de Zurique. Foi então que descobriu-se que o instituto é, na verdade, uma sociedade anônima e dá muita importância ao anonimato e à privacidade.

Logo de início, surpreendeu o fato de que a sociedade anônima em forma de instituto seja integralmente isenta do pagamento de impostos. Pesou, na decisão do governo de isentar a entidade de suas obrigações fiscais, o caráter de utilidade pública definido pelo estatuto da organização.

UM GRANDE NEGÓCIO

Há contradições, no entanto, entre este estatuto e os objetivos humanitários do instituto. Um artigo, por exemplo, permite-lhe receber verbas de terceiros, administrá-las em fundo separado e reaplicá-las. A entidade tem direito à posse de terras e o longo artigo seis do estatuto faz dela uma espécie de com-



Ludwig (casaco escuro): quem são os verdadeiros donos do Projeto Jari?

panhia de seguros de proteção jurídica, tanto para altos funcionários do império de Ludwig como para administradores de outros trustes, sociedades e organizações no mundo inteiro.

E logo depois descobriu-se a existência de uma Fundação Ludwig da Pesquisa Contra o Câncer, desconhecida durante muito tempo e também isenta de impostos, como o instituto homônimo. Com um detalhe muito importante: dispo de atribuições legais para realizar todo o tipo de transações normalmente reservadas a instituições bancárias. Como seu principal objetivo, pelo estatuto, é fornecer fundos para as pesquisas contra o câncer feitas pelo instituto, a fundação também foi considerada de utilidade pública.

Comprovadamente, o instituto financia pesquisas para o combate ao câncer. Só no ano passado a verba para isto foi de 15 milhões de francos suíços (Cr\$ 532 milhões). Este dinheiro está acima de qualquer suspeita, mas a imprensa e parlamentares da Suíça questionam fortemente que estes 15 milhões de francos são muito pouco em relação à enorme fortuna administrada pelo instituto.

GENTE DE NIXON

As desconfianças se fortalecem em função de pessoas que cercam a entidade. Por exemplo: um dos conselheiros administrativos do instituto é Robert Bronwel, advogado de Nova York, colaborador de Nixon, que atuou contra a publicação dos papéis do Pentágono quando do escândalo de Watergate. Outro é John F. Barry, assessor financeiro dos principais empreendimentos de Ludwig.

E tem, principalmente, Hugo O. Frey, outro membro do Conselho Administrativo, cuja empresa particular, a Interhold AG, já administrou a Universe Tankships, a maior frota petroleira do mundo, pertencente a Ludwig. Ele é também conselheiro administrativo da Financière Suisse — First Boston de Zug, uma das maiores investidoras de capitais internacionais, que só no ano passado aplicou 6,6 bilhões de dólares. O interessante é que a Financière de Zug pertence ao Banco Suíço de Créditos, um dos cinco principais do país, que, por sua vez, é onde o Instituto Ludwig de Pesquisa Contra o Câncer movimenta suas verbas.

QUEM É O DONO?

Tudo isto dá crédito às suspeitas dos parlamentares suíços: empresas do império Ludwig, e possivelmente também outras, fazem doações à Fundação Ludwig, sem pagarem impostos em seus países de origem, já que contribuem para um fim humanitário. A fundação transferiria o dinheiro ao instituto que, como sociedade anônima, foge ao controle apurado que as autoridades suíças podem exercer sobre a fundação.

Depositados no Banco Suíço de Créditos, os capitais do instituto seriam encaminhados administrativamente à Financière de Zug, para serem reaplicados e renderem novos dividendos. O controlador desta operação seria Hugo O. Frey que, não por acaso, é membro único do Conselho Administrativo de outro banco, o Klariden Bank, que investe grandes somas no mercado imobiliário americano.

Uma das 50 ações do instituto foi doada por Daniel Ludwig ao governo

federal suíço (40 ações pertencem ao próprio Ludwig e as outras nove a pessoas diversas). E foi o deputado Modesto da Silveira quem, ao visitar a Suíça em outubro, alertou para uma situação delicada: se o instituto é realmente o proprietário legal do Projeto Jari, o governo suíço é co-proprietário do projeto, com a ação que possui. Isto configura uma situação irregular, pois entre a Suíça e o Brasil vigora um acordo determinado que um Estado não tem o direito de possuir terras em território do outro.

Foi sobre todos estes fatos que a Declaração de Berna*, uma organização na Suíça que defende interesses dos povos do Terceiro Mundo, publicou uma documentação longa e detalhada. A imprensa deu destaque e a bancada socialista interpelou o governo central de Berna e o governo regional de Zurique, solicitando informações oficiais sobre a Fundação, o Instituto e o Projeto Jari ("Pertence realmente ao instituto?", era uma das perguntas). A investigação fiscal foi feita e não encontrou irregularidades. A questão da propriedade do Jari não foi investigada pelo governo.

Leonhard Fünfschilling, presidente da seção de Zurique do Partido Social Democrata Suíço, expressou assim a perplexidade dos parlamentares: "Mais uma vez fica demonstrado que os meios jurídicos disponíveis não são suficientes para neutralizar fraudes fiscais realizadas por estrangeiros em território suíço".

O ministro das Finanças de Zurique, Jakob Stuki, replicou que o governo regional não tem motivos para se posicionar sobre a verdadeira propriedade do Projeto Jari, que, segundo ele, é da alçada exclusiva do governo brasileiro. A questão ficou com o governo federal, que deve se pronunciar durante a sessão parlamentar de inverno.

Como se vê, há muitas questões em aberto. Se for confirmado o fato de que Ludwig legou realmente sua fortuna ao instituto, coisa que só poderá ser apurada após sua morte, resta saber quem ficará com as 40 ações que ele tem na entidade. É possível que acabem nas mãos de até agora incógnitos e nunca citados parceiros de Ludwig, herdeiros de uma fortuna cuja verdadeira história ainda está para ser contada.

JACQUES SCHWARZSTEIN

* Esta organização tem sua origem num manifesto redigido por teólogos protestantes apelando ao governo suíço para que fosse aumentada a percentagem do produto nacional bruto dedicada à ajuda de desenvolvimento, garantido o pagamento correto de matérias-primas importadas do Terceiro Mundo e limitada a exportação de armas. O manifesto foi assinado por mais de 10 mil pessoas, e a partir dele surgiu a organização, financeira e politicamente independente.

Uma das mais importantes campanhas da Declaração de Berna é o combate ao famoso segredo bancário suíço, que atrai e protege fortunas duvidosas provenientes principalmente de países do Terceiro Mundo. É ainda esta organização que apóia na Suíça o empresário brasileiro Kurt Mirow em seu processo contra a BBC-Suíça, acusada por ele de, através de sua subsidiária brasileira, servir-se de métodos violentos para afastar concorrentes.

Gomercindo Lins Coitinho
Ana Maria Funck Scherer
ADVOGADOS

OAB/RS 2743 CPF 000.420.480

Rua Gen. Andrade Neves, 155
sala 131 telefone:
24-2889 e 24-2300 Porto Alegre

Dr. Marco Túlio de Rose
Rua Uruguai, 335 — s/37
Fone: 25.2687
OAB 9551
CPF 133.646.690/15



Rubens Borges

"O vento"



Ricardo Chaves

"Superministro"

Fotos no meio da rua, para todo mundo ver

Já tornou-se um hábito. Todo o fim de ano as fotos ganham espaço na Praça da Alfândega, bem no centro de Porto Alegre. É a Mostra Livre de Fotografia, que começou há cinco anos, numa iniciativa dos fotógrafos Baru Derkin, Juan Carlos Gomes e Luis Abreu.

— Queríamos abrir espaço para fotos que, por vários motivos, não eram bem aproveitadas nos jornais, e também per-

mitir que os amadores mostrassem seu trabalho, conta Baru.

Este ano, a Mostra superou todos os seus records, apresentando nada menos do que 500 trabalhos. São fotos de todos os tamanhos e formatos, sobre os mais diversos temas. Um mosaico fotográfico das pessoas, das ruas, das casas e do interior do país. Da tira-teima ao mais sofisticado equipamento, há de tudo na praça.



Maurecy Santos

"Estudantes e Polícia"



Paulo Franken

"Thomas Koch"



Daniel de Andrade

"Morrer em teto de zinco"

**Dr. Carlos Salzano Vieira
da Cunha**

Rua Riachuelo, 1521 — Conj. 5 e 6
Fone: 21.8282

OAB — 2927
CPF — 007648680-04

Rovilio Antonio Breda
OAB/RS 2583

Abade P. Bulhões
OAB/RS 2835

AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 453
CONJ. 81 FONE: 24.69.23

ADVOGADOS

HERMES ZANETI

ADVOGADO
OAB/RS 6669

RUA DOS ANDRAZAS, 1234
CONJ. 2309
F. 24.36.73

A economia em 81: inflação de 150% e menor crescimento

O governo ainda pretende elevar a poupança. Mas, vamos poupar o quê?

Há alguns anos que nós, os jornalistas de economia que passamos diariamente pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, noticiamos as projeções otimistas do Governo e a realidade posterior, exatamente inversa. No início da gestão do ministro do Planejamento, Delfim Netto, foi a vez de se estampar nas primeiras páginas dos jornais especializados e da grande imprensa a história da grande safra, das painéis cheias, da inflação cadente, do equilíbrio da balança comercial, da contenção da oferta da moeda, etc. e tal.

Bom, 1980 será fechado com records. A inflação conseguiu superar qualquer expectativa mais pessimista: perto de 110%. A balança comercial registrará um déficit bastante próximo dos três bilhões de dólares, a dívida externa sobe para 55 bilhões de dólares, o déficit de transações correntes esbarra nos 12,5 bilhões de dólares e gastamos uns três bilhões de dólares das reservas nacionais. Ou seja, seguindo a tese de que as reservas brasileiras, que chegaram a mais de nove bilhões de dólares no ano passado, significam um aumento a favor da credi-

bilidade na administração das contas externas, sairemos de 1980 com uma perda de credibilidade junto aos credores internacionais do País.

Aliás, este ano de 1980 trouxe uma mudança de tom dos banqueiros que financiam o desequilíbrio do balanço de pagamentos brasileiro. Diante da ameaça de descontrole dos números que orientam a economia, eles passaram a apontar como saída o País ir bater às portas do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, apesar de ter evoluído um pouco nas suas posições ortodoxas, ainda prega uma política recessiva de combate aos males econômicos.

O LIVRE JOGO

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, ouviu em outubro último, dos banqueiros estrangeiros, durante sua passagem por Londres, recomendações para reduzir o ritmo de crescimento da economia, que este ano apresentará ainda uma cifra vigorosa de 8% de aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Os donos das casas bancárias européias e norte-americanas mais expressivas entendem que o País deveria parar um pouco de crescer muito, poupar algum dinheiro para saldar o endividamento externo e reduzir o processo inflacionário e, depois, voltar a apresentar taxas maiores de crescimento.

E esta passou a ser, pelo menos em tese, a nova política econômica do País. Em 1981 o Brasil não deverá ter seu PIB



maior que 5% sobre o valor de 80. Enquanto isso, o Governo trabalhará para elevar a poupança interna e reduzir, conseqüentemente, o consumo, principalmente de bens duráveis.

Ao mesmo tempo, passou-se a incorporar a teoria de que o livre jogo das forças de mercado regularão o sistema econômico, desfazendo-se, assim, dos princípios estabelecidos logo no início deste ano, quando o Governo decidiu pré-fixar a correção monetária e a taxa cambial, e continuar a política do ano anterior, de tabelamento dos juros cobrados pelo sistema bancário. Liberam-se esses indicadores, que passam a ser corrigidos pelo INPC (Índice Nacional de

Preços ao Consumidor), eleito agora como a principal referência que indexará todo o resto, e deixa as empresas de setores competitivos livres do controle do Conselho Interministerial de Preços (CIP).

A PREVISÃO DO CHASE

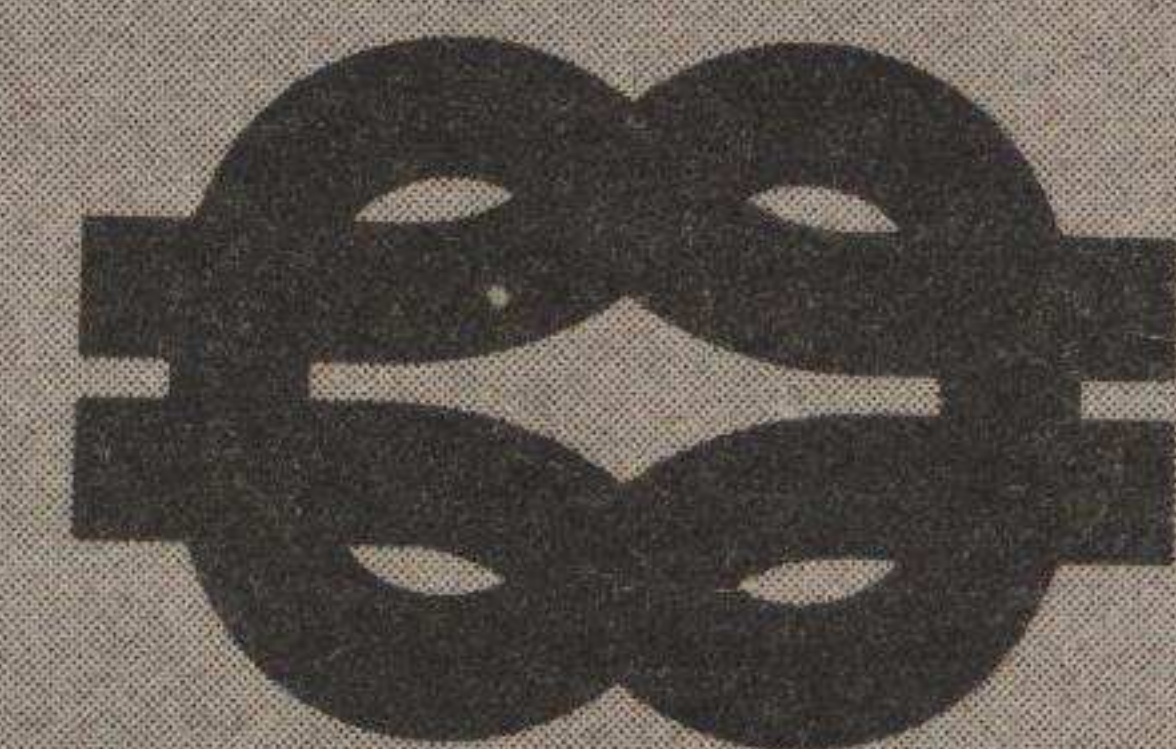
Antes, tudo isso alimentava o processo inflacionário. Agora, a inflação será combatida na medida em que a sociedade deixar de gastar para poupar. O que ninguém ainda explicou, na área oficial, é quem vai poupar o quê. Afinal, com uma inflação de 110% (que argumenta ser irrealista, adotando como medidor da inflação o INPC, cuja metodologia de cálculo tem sido enfaticamente criticada), fica meio difícil alguém deixar de gastar para aplicar em papéis que vão render alguma coisa perto do que der o INPC (hoje na casa dos 87%).

Por outro lado, como absorver uma massa de 1,5 milhão de novos elementos que entram, anualmente, no mercado de trabalho, se a economia vai crescer menos? Estima-se que o produto industrial, que neste ano cresceu cerca de 8%, deverá, no ano que vem, ter essa cifra perto dos 4 a 5%. Alguns cálculos oficiais indicam, também, que o índice de absorção de mão-de-obra representa quase 60% do produto industrial. Cai este, cai a oferta de emprego. O Governo pretende, para compensar, deslocar a massa eventualmente desempregada para o campo, que já sofre com a falta de emprego. E não diz como fará o deslocamento.

Como vai ser a economia em 1981? É uma pergunta difícil de responder. Alguns se dispõem a fazer previsões, como é o caso do Chase Manhattan, um dos principais bancos norte-americanos, que divulgou, recentemente, suas expectativas: uma taxa de inflação de 150% e uma produção real de 3%, pouco acima do crescimento vegetativo da população. O Governo achou que a assessoria desse banco estrangeiro tinha elementos para fazer algo melhor.

CLAUDIA SAFATLE

Quando se trata a terra com carinho, ela retribui.



COTRIJUI
A FORÇA DA UNIÃO.

Policultura. Bom senso dá bons frutos.

O isolamento nas salas do Planalto

O debate político das questões nacionais acabou nas mãos de um pequeno grupo

A indicação, pela primeira vez no regime de 64, de um militar da ativa para o Ministério da Educação constituiu-se no fato político mais significativo deste final de ano. Teoricamente, nada impede que um general — cidadão brasileiro — possa ocupar qualquer cargo público neste País. O sintomático, no caso, é que num momento de crise do setor educacional o Governo tire do Mec um civil intelectual e professor universitário, substituindo-o no cargo por um militar, que até a véspera trabalhava no Conselho de Segurança Nacional, como secretário executivo.

Isso quer dizer, em primeiro lugar, que o regime passou a considerar também a educação da mesma forma como trata questões de terra do norte do País, o ouro de Serra Pelada ou o Projeto Jari. O Governo fará igualmente o seu projeto para o setor educacional. Inicialmente não faltarão verbas, mesmo porque elas já estavam sendo obtidas pelo ministro que saiu.

Depois virão os realinhamentos, isto é, o Governo buscará no meio educacional as parcelas identificadas com seu pensamento, dar-lhes-á sustentação e cobrará delas não apenas o apoio retórico, mas também ações práticas. A experiência de cooptação de um setor intelectual independente, crítico, não serviu ao projeto de abertura do presidente Figueiredo, que agora vai mudar de tática. O general Ludwig terá dois anos para isso, tempo limite para não atrapalhar uma carreira militar em ascensão.

De outro ângulo, a indicação do general Ludwig pode mostrar até que ponto está restrito a um pequeno grupo o debate político das questões nacionais do Brasil. Explica-se: de março de 64 até nossos dias, o regime foi inexoravelmente retirando do debate os principais segmentos da sociedade brasileira. Até 1966, o general Castello Branco negociou com políticos, veio a extinção dos partidos e o general Costa e Silva, seu sucessor, acabou por fechar o Congresso Nacional. Nesse período, faziam-se ainda consultas aos comandos de tropas e setores empresariais interessados no milagre econômico. Costa e Silva doente, o general Albuquerque Lima recebeu, pelo voto, a preferência da tropa. Ganhou mas não levou. O general Médici virou sucessor para evitar um racha. Governou com o Alto Comando, que escolheu o general Geisel.

Este último trouxe uma inovação: o debate principal das questões nacionais. Os empresários, que com o fim do milagre passaram a divergir, ficaram definitivamente de fora com a saída do ministro Severo Gomes, hoje na oposição. O Alto Comando também deixou de ser ouvido e a sucessão foi conduzida exclusivamente pelo grupo palaciano, hoje a única fonte de poder do regime, com reuniões diárias às nove horas da manhã.

Ao isolar-se paulatinamente da Nação, o regime deixou ao mesmo tempo de formar quadros, o que pode explicar nos dias de hoje a miríade de cargos civis ocupados por militares no Brasil. Inicialmente eram apenas os da reserva, nos últimos anos também os da ativa. O cargo de ministro de uma área em conflito foi preenchido segundo essa ótica.

O isolamento do grupo palaciano ficou flagrante



no final do Governo Geisel, ao mesmo tempo em que passava a ser infinita a distância entre o Governo e a Nação. O projeto de abertura data dessa época, como a atestar que a análise das dificuldades também estava sendo feita no exterior do regime. Os enganos na área econômica continuavam, mas no setor político o Governo conseguia os acertos necessários para manter-se bem com seu projeto.

A morte de Petrônio Portella foi um inesperado acidente de percurso, inesperado e altamente prejudicial. A partir de sua substituição — por um civil sem jogo próprio e extremamente afinado com o Palácio — começaram as dificuldades na área política. É bem verdade que o Governo encerrou este ano aprovando o que quis e rejeitando o que não quis, utilizando sempre o Congresso para ratificar suas decisões, "legitimando" o arbítrio.

Não é menos verdade, no entanto, que o partido do Governo encerra o ano com o risco de perder sua maioria na Câmara e no Senado, onde nos últimos dias precisou de apoio da oposição para aprovar seus projetos. Ainda há o recesso, três meses em que o Governo deverá acionar toda a sua má-

quina, toda sua força para persuadir dissidentes em potencial e ganhar parlamentares dos partidos oposicionistas.

As perdas de parlamentares foram causadas por problemas regionais, onde o grupo palaciano fechou questão e perdeu os preteridos, como os senadores do Mato Grosso do Sul e do Maranhão, ou como deputados do mesmo Mato Grosso do Sul, do Paraná, São Paulo e Goiás. Foram erros do amorismo de quem, até hoje, só fez política de gabinete, apoiado em legislação discricionária ou em indicações para eleições indiretas.

Com as eleições diretas, avivaram-se os interesses regionais, de quem pensa que pode ganhar nas urnas e está disposto a ir à luta. De tudo isso emerge igualmente um outro lado: o isolamento só poderá ser vencido pela composição, pela negociação. As eleições de 1982 e o agravamento da crise econômica fortalecem essa hipótese. Não existe hoje, em Brasília, observador político que não esteja trabalhando com o dado da composição. É quase unânime a idéia de que qualquer solução passa pelo entendimento.

Cresceu, nas últimas semanas, a candidatura dissidente do deputado federal Djalma Marinho (PDS/RN) à presidência da Câmara dos Deputados. Antes do Congresso iniciar seu recesso, os dois principais partidos da Oposição, PP e PMDB, decidiram oficialmente apoiar a candidatura do velho liberal, que aos 72 anos defende a independência do Legislativo, razão principal de sua aspiração à presidência, desafiando a candidatura indicada e apoiada pelo Palácio do Planalto, do deputado Nelson Marchezan.

Os adeptos da candidatura de Marinho comemoram também outro fato, o de que a indicação do líder Marchezan, na bancada, fez muitas brechas na candidatura oficial. Compararam 194 deputados, 154 votaram em Marchezan, 15 em Marinho (que não estava concorrendo formalmente), 17 votaram em branco e sete votos foram anulados. Com os 20 que faltaram, sobe a 60 o número de votos que poderiam ser pretendidos por Marinho, segundo seus cabos eleitorais, confiantes e otimistas.

O Governo, no entanto, não pensa assim e faz outros cálculos e interpretações. Primeiro, a de que 154 votos na bancada indicam esmagadora preferência para Marchezan. Segundo que os votos dados a Djalma Marinho não foram tantos quantos afirmavam os propagandistas da candidatura dissidente. Terceiro, que os votos brancos, nulos e os deputados faltosos, serão facilmente trazidos para a candidatura do Planalto.

Por último, estão certos os estrategistas da candidatura oficial que será fácil atrair votos oposicionistas para Marchezan, os mesmos votos que sempre faltaram à Oposição, ao longo do ano, nas diversas tentativas que esta fez para derrubar projetos do Governo, não conseguindo nunca seu intento.

De todo modo, ninguém tem, neste final de ano, condições de afirmar quem vai ganhar. Este é o dado mais importante, pois até o mês passado a candidatura Marchezan era favorita e poucos acreditavam que a tentativa de Marinho pudesse ter alguma possibilidade de sucesso. Agora tem.

BG VIGIA E SERVIÇOS ESPECIAIS

- Vigia Feminina
- Vigia Particular
- Segurança em serviços especiais

- Porteiros
- Limpeza e conservação



Av. Alberto Bins, 986 —
Fones: 24-7000 25-8758 21-0655

Gonzaguinha entra na briga com a crítica

Ele acha que os críticos deveriam ser mais profundos

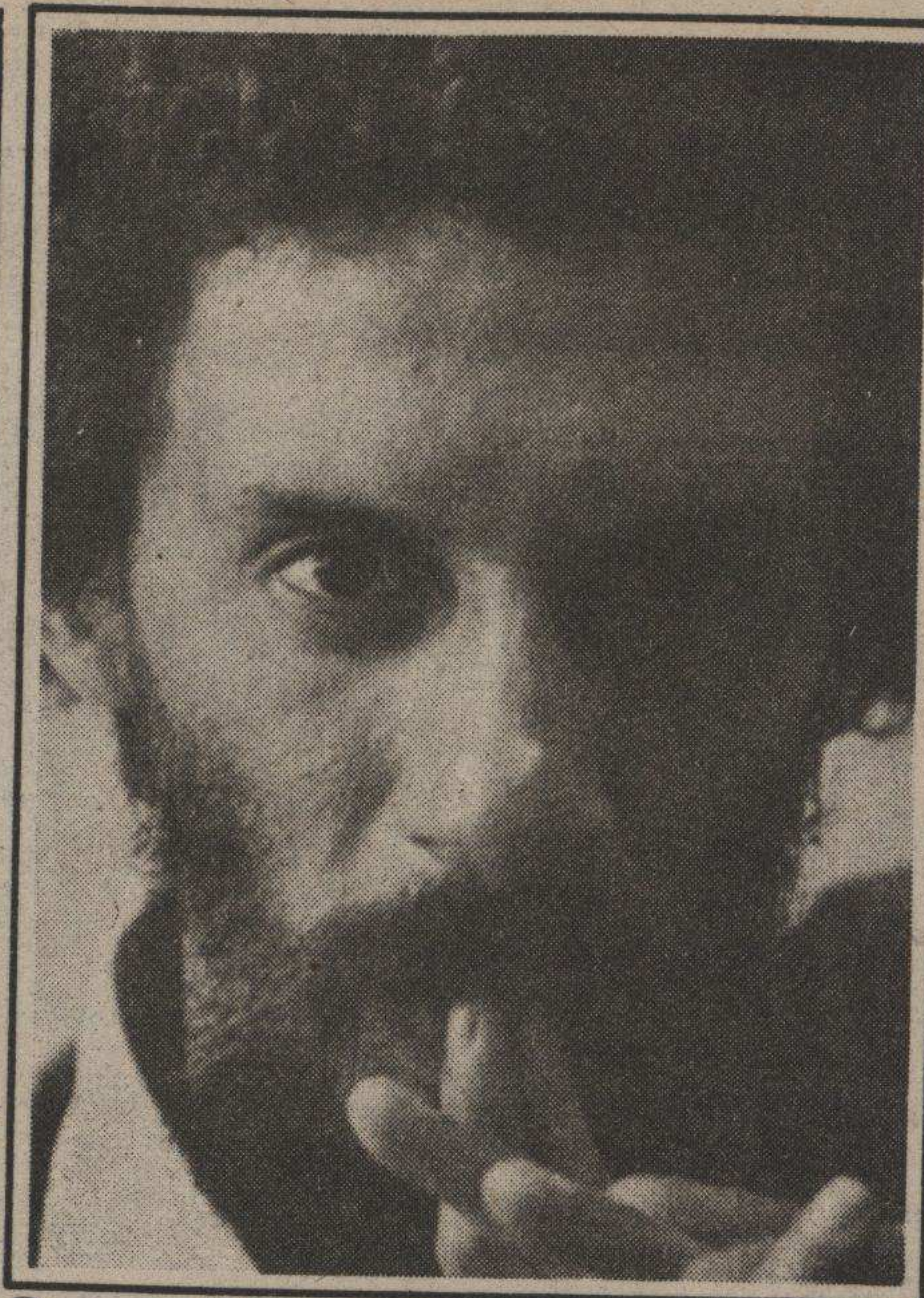
Um dos maiores sucessos de público desta temporada, o show *Vida de Viajante* reúne pela primeira vez no palco os dois Luiz Gonzaga, pai e filho. Além das capitais, *Vida de Viajante* vem lotando ginásios, teatros e cinemas também nas cidades do interior do país. Em Lages, estado de Santa Catarina, após o show, Gonzaguinha falou ao repórter Ricardo Hoffmann sobre a atual discussão entre músicos e crítica musical e analisou uma possível candidatura de seu pai à Câmara dos Deputados pelo PDS:

— No programa Canal Livre, da TV Bandeirantes, Chico Buarque considerou que a crítica musical no Brasil é uma es-

pécie de censura, que ela destrói, com poucas linhas, todo o trabalho de um estreado, por exemplo. O que você pensa disso?

— Principalmente nesse caso, é verdade sim. Ela consegue destruir o trabalho de um iniciante — porque um iniciante não tem lastro suficiente num determinado momento para subir num palco e fazer aquilo que uma estrela faria, e tem obrigação de fazer. Eu acho que, para o iniciante, a crítica deveria ser uma coisa profunda, de ajuda, de verificação junto ao compositor. Ver o show, discutir com o compositor, ver pela segunda vez e depois exercer sua crítica. Procurar palavras mais amenas, porque tenho visto críticos usando palavras terríveis. Crítica para mim tem que ter bastante profundidade, tem que verificar a proposta do espetáculo, colocar as coisas em termos de contribuição para melhorar o espetáculo.

— Mas você é contra ou a favor?
— Eu sou contra a crítica em estréia de show, pelo menos na estréia. Eu sou a



Gonzaguinha: a crítica é destrutiva

favor de que a crítica venha sempre com um show que vá ficar pelo menos um mês em cartaz e que ele possa ser visto duas vezes para então ser avaliado. Isto porque, um show, na estréia, contém uma carga emocional muito grande, principalmente para aquele que não está habituado. E, principalmente, num país onde não se tem muito tempo para ensaiar...

Por exemplo, a minha última experiência, em São Paulo, com Gonzagão e Gonzaguinha: um crítico, de repente, coloca as suas palavras no sentido da-quele show que ele queria ou gostaria de fazer, entende? Quer dizer, eu não estou

preocupado com o que ele gostaria de fazer e sim com aquilo que foi feito.

— Com 14 anos de carreira, você também se perturba com a crítica?

— Se eu fosse um artista novo, teria tido problemas. Porque aí sim, o pessoal compra o jornal e já passa a ver o show de acordo com aquilo que foi escrito. E um compositor novo não tem uma segunda chance, porque um compositor novo só tem a posição firme a partir do seu segundo ou terceiro LP.

— Nesse caso, a crítica chega a assumir o papel de censura?

— Eu acho a crítica meramente destrutiva, de um modo geral. Ela já não tem profundidade no Brasil. A crítica carece de maior profundidade. Esta é que eu acredito ser a maior informação do Chico.

— O velho Luiz Gonzaga vai concorrer à Câmara Federal, pelo PDS. Como você analisa esta escolha?

— É um problema dele. A única vantagem que eu tenho é que jamais permiti que meu pai se metesse na minha vida, como eu não me meto na dele. Não que ele seja intocável, apenas discuto com ele aquilo que é bom ou mau. As decisões são dele. Normalmente ele teria tudo para entrar no PDS. Porque o único, maior contato que o nordestino tem sempre é com o pessoal do governo.

— Mas, como ele mesmo diz no show, "o Nordeste sempre foi maltratado pelos governos".

— E sempre foi mesmo. Mas o contato é com os governos. É uma região conservadora, o que você acha? Uma relação de dominantes e dominados.

Depois de 5 Lps, dois gaúchos chegam à fama

A participação especial dos gaúchos Kleiton & Kledir no show *Vira Virou*, do MPB-4, valeu como uma espécie de miniconsagração. Aplaudidíssimos pelo público de Rio, São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, eles foram destacados também pela imprensa, especialmente as revistas *IstoÉ* e *Veja*, que lhes atribuíram a responsabilidade de ter "quase" roubado o espetáculo. *Veja*, inclusive, lhes dedicou meia página, surpreendida pelo trabalho desses "novos gaúchos". Como sempre, em questões que envolvem a chamada cultura brasileira, a imprensa do Centro tem chegado com relativo atraso.

A história da música popular brasileira de tempos mais ou menos recentes, é pródiga em exemplos de desatenção crítica para com manifestações à primeira vista não-rotuláveis.

Novos? Aqui, a palavra parece não ter o seu significado literal. "Novos", para a desatenta, sobrecarregada e imprensada crítica musical brasileira, é aquilo que ela ouve pela primeira vez. Foi preciso um MPB-4 da vida para que (alguns) críticos cariocas e paulistas descobrissem Kleiton & Kledir. E no entanto eles estão aí desde 75, quando foi lançado o primeiro disco do grupo *Almôndegas*. Como líderes e principais compositores (80% do repertório) desse grupo, Kleiton & Kledir gravaram quatro discos, dois pela Continental, dois pela Polygram.

Além do bom índice de vendas, que

garantia cada novo disco, o *Almôndegas* teve três músicas com destaque extra: *Haragana*, que gravada por Fafá de Belém, foi seu primeiro sucesso; *Canção da Meia-Noite*, sucesso nacional na trilha da novela *Saramandaia*, e *Circo de Marionetes*, faixa título do último disco que, gravada pelo MPB-4 em 79, foi uma das faixas de maior execução do grupo, naquele ano.

Quer dizer: "novos" é a vó. Em cinco anos, cinco discos. O quinto, que também pode ser visto como o primeiro no nome da dupla, Kleiton & Kledir, inclui o maior sucesso do MPB-4 em 80, o fado *Vira Virou*, e a música *Maria Fumaça*, que é a principal sensação de K&K no show mencionado no início deste texto e que, no final de 79, foi uma das mais fortes presenças no festival da extinta Rede Tupi. *Maria Fumaça* era a música mais inovadora do festival.

Liderando o *Almôndegas*, Kleiton & Kledir não apenas compuseram a maioria das músicas, como foram responsáveis pela inclusão, em seus discos, de vários outros autores gaúchos, desde o folclore até sua (re)visão de Teixeira, passando por Fernando Ribeiro e GibaGiba, entre outros. Na verdade são gaúchos, assim como Caetano e Gil são baianos, como Milton e Beto Guedes são mineiros, como Fagner e Belchior são cearenses, como Alceu Valença e Robertinho de Recife são pernambucanos. Gaúchos, são eles. Foram os primeiros, aqui, a perceberem a



Kleiton e Kledir: só agora descobertos pela imprensa do Rio e São Paulo

inevitabilidade do Centro. Fixaram-se no Rio em 76.

O quinto (e primeiro) disco da dupla, que tem presença de músicos como Ivan Lins, Wagner Tiso, Robertinho Silva, Djalma Corrêa, Luiz Avelar, Luiz Alves, Mauro Senise, Wilson Meirelles e, entre outros, os gaúchos Zé Flávio, Vitor Ramil, João Baptista, GibaGiba, Pery Souza e Loma, é um atestado de sua maturidade. Através de músicas como

Tassy (de GibaGiba/Maria Betânia Ferreira), *Insônia* (K&K), *Cuñia Pajé* (Kleiton/José Fogaça), *Maria Fumaça* (K&K), *Viração* (Kledir/Fogaça), *Vira Virou* (Kleiton) e as outras do disco, Kleiton & Kledir fixam seu espaço na MPB. São os novos mais velhos que se conhece. O resto fica por conta da lamentável padronização cultural brasileira.

JUAREZ FONSECA

ASSINE O COOJORNAL!



VITON DE ARAÚJO

ADVOGADO

OAB 4546 CPF 004493770/91
Borges de Medeiros, 308/135
Porto Alegre fone: 25-4745

ADVOGADOS

Antônio Pinheiro Machado Netto
OAB 1471 CIC 000646960/49

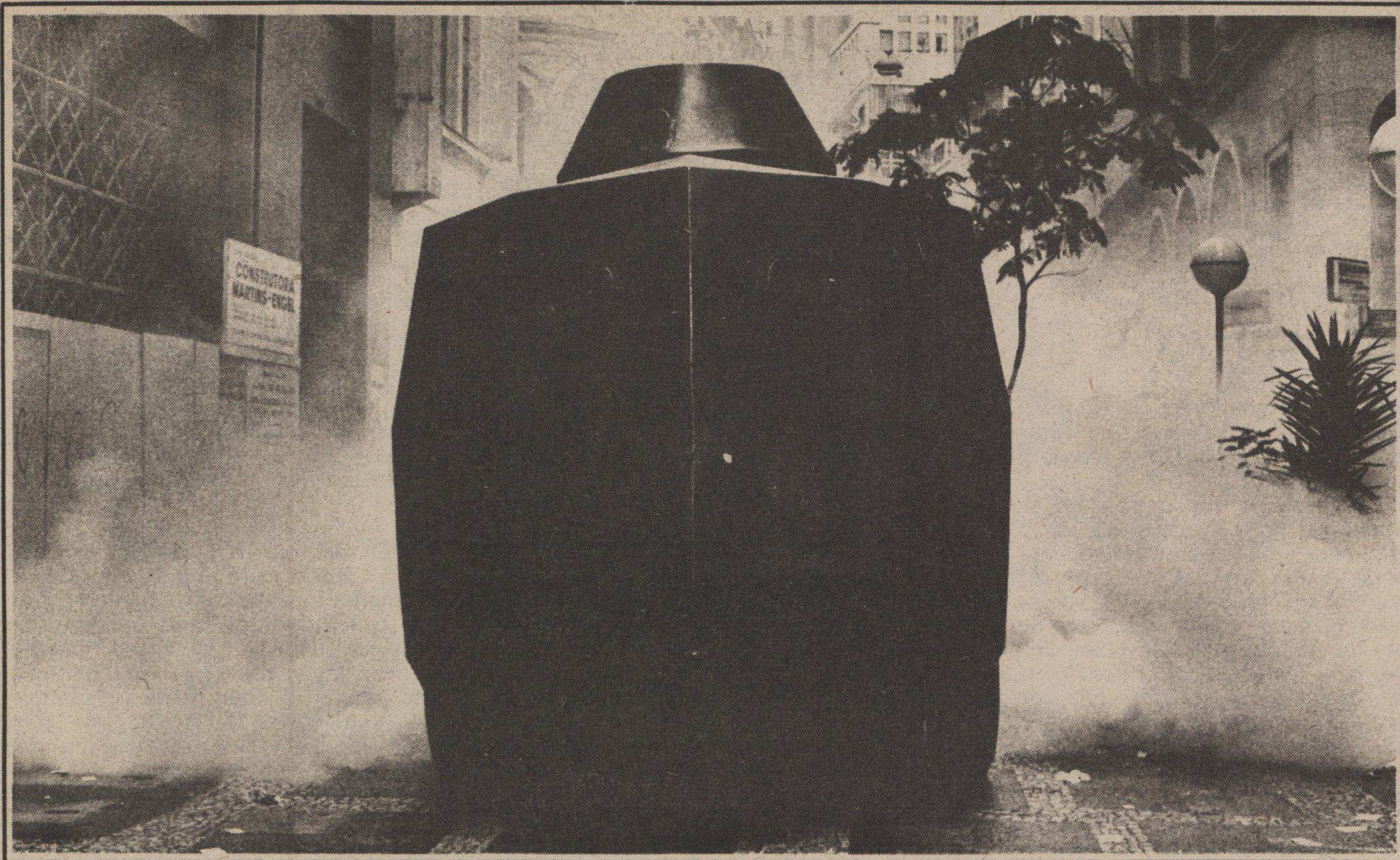
Marilia Pinheiro Machado Buchabqui
OAB 11748 CIC 221456300/82

Jorge Santos Buchabqui
OAB 11516 CIC 238923900/53

José Antonio Gomes Pinheiro Machado
OAB 11979 CIC 125012630/49

Rua Riachuelo, 1098 cj. 603
telefones: 24-3855 24-3860
Porto Alegre

Juca Martins



A foto do Brucutu nas ruas, segundo lugar do Concurso Internacional Nikon, era inédita no Brasil

Esso para o dossiê nuclear

— Eu sempre sonhei ganhar o Prêmio Esso Nacional com uma reportagem de polícia. E ganhei. O *Dossiê Nuclear*, que publiquei no *Jornal de Brasília*, é uma reportagem de polícia, que envolve o Serviço Nacional de Informações (SNI) e seu apêndice, a Divisão de Segurança e Informações (DSI), além de um monte de generais e coronéis aposentados, mas com uma ocupação: a "deduração".

A observação é do repórter Jorge Oliveira, vencedor do Prêmio Esso deste ano, responsável direto pela divulgação do *Dossiê Nuclear*, que provocou a demissão dos militares da DSI do Ministério das Minas e Energia, onde foi "fabricado" o documento que apontava "jornalistas, comunistas, judeus e a Igreja", entre outros, como inimigos do Governo e do programa nuclear.

Jorge, alagoano de Aquiracá, sempre gostou de fazer reportagens de investigação que, no jargão jornalístico, são chamadas de "matérias difíceis" e, por isso, muitas vezes, foi taxado de "sensacionalista" pelos chefes "mais cuidadosos". Experiente, Jorge não se intimidou com as pressões que sofreu em Brasília, onde teve o telefone grampeado — aliás, privilégio de muita gente que mora na capital —, foi seguido "pelas madrugadas", conforme diz, e acusado pelo comandante Paulo Sá, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, de ter comprado o documento para "salvar" o deficitário *Jornal de Brasília*. "Ele recuou depois que ameacei processá-lo", conta Jorge. Antes de divulgar o *Dossiê Nuclear*, documento confidencial assinado pelo general Armando Barcelos, também exonerado da DSI, Jorge já tinha passado por experiência semelhante. Em 1978, em férias em Alagoas (na época, ele trabalhava, na *Gazeta Mercantil*), Jorge levantou (e publicou no jornal alternativo *Desafio*) 320 crimes que tinham como "co-autor mandante" o secretário de segurança daquele estado. "A justiça não mandou apurar os crimes, mas acolheu pedido do secretário para me enquadrar na nova Lei de Segurança Nacional", diz

Há tempos colaborador do *Coojornal*, Jorge nunca levou para a redação apenas as informações de "gabinetes oficiais" e isso, algumas vezes, lhe custou o próprio emprego. Do *Jornal de Brasília* ele pediu demissão, junto com os editores José Negreiros e Marcelo Auler, porque o jornal, em nome da "contenção de despesas", resolveu demitir 21 repórteres. No começo deste ano, fora demitido da *Gazeta Mercantil*, onde cobria o setor nuclear, em nome do jornalismo especializado. Hoje, Jorge trabalha na editoria de Economia do *Jornal do Brasil*, no Rio, enquanto a GM ainda não encontrou o "especialista" que, certamente, não teria arrancado da área de energia o dossiê que valeu o Prêmio Esso ao repórter.

RIOMAR TRINDADE

Grandes prêmios para Juca

Com dez anos de profissão, o fotógrafo Juca Martins alcançou em 1980 uma espécie de consagração. No final de novembro, ganhou o Prêmio Esso de Fotografia, atribuído às fotos que fez numa clínica de menores de São Paulo, em que mostra as terríveis condições em que vivem os menores abandonados à tutela das instituições públicas (no caso paulista, a Febem). Seu trabalho foi publicado pela *Folha de São Paulo*.

Em meados do ano, Juca Martins já havia conquistado o 2º lugar na categoria B&P do Concurso Internacional Nikon, promovido pela fábrica japonesa de máquinas fotográficas. A foto premiada mostra um carro policial conhecido como Brucutu passeando nas ruas apertadas do centro paulistano, durante a greve dos bancários de 1979. Esse trabalho foi feito para a Agência F-4 (da qual Juca é sócio fundador), mas apesar de sua qualidade era inédita, até agora, na imprensa brasileira.

Antes de se dedicar à Agência F-4, fundada em 1979, Juca Martins trabalhou como fotógrafo para as revistas *Placar*, *Quatro Rodas*, *Realidade*, *Veja*, *Visão* e *IstoÉ*. Foi também diretor de arte da Edição S/A (que publica o jornal *Movimento*).

A HORA É ESTA!

PRECISAMOS DE VOCÊ!

Receba o jornal em sua casa! São só Cr\$ 400 por ano

assine REPORTER

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 400,00
Envie cheque nominal ou Vale Postal para:

MARGEM EDITORIA E PROGRAMAÇÃO GRÁFICA LTDA.
RUA MIGUEL COUTO, 134/11º — 20070 — Rio de Janeiro

Nome:

Profissão:

Endereço:

CEP: Cidade Estado

Juca Martins



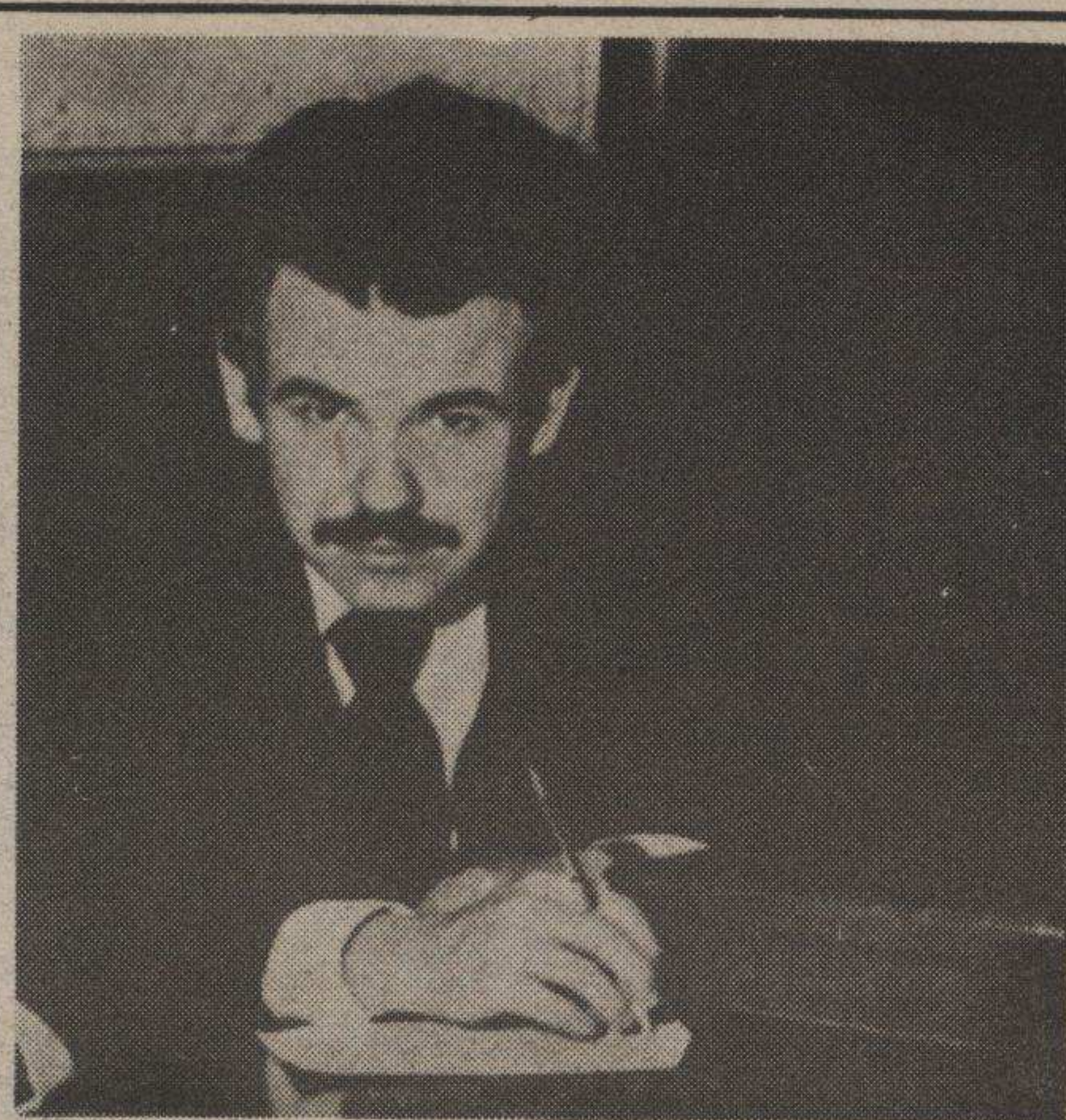
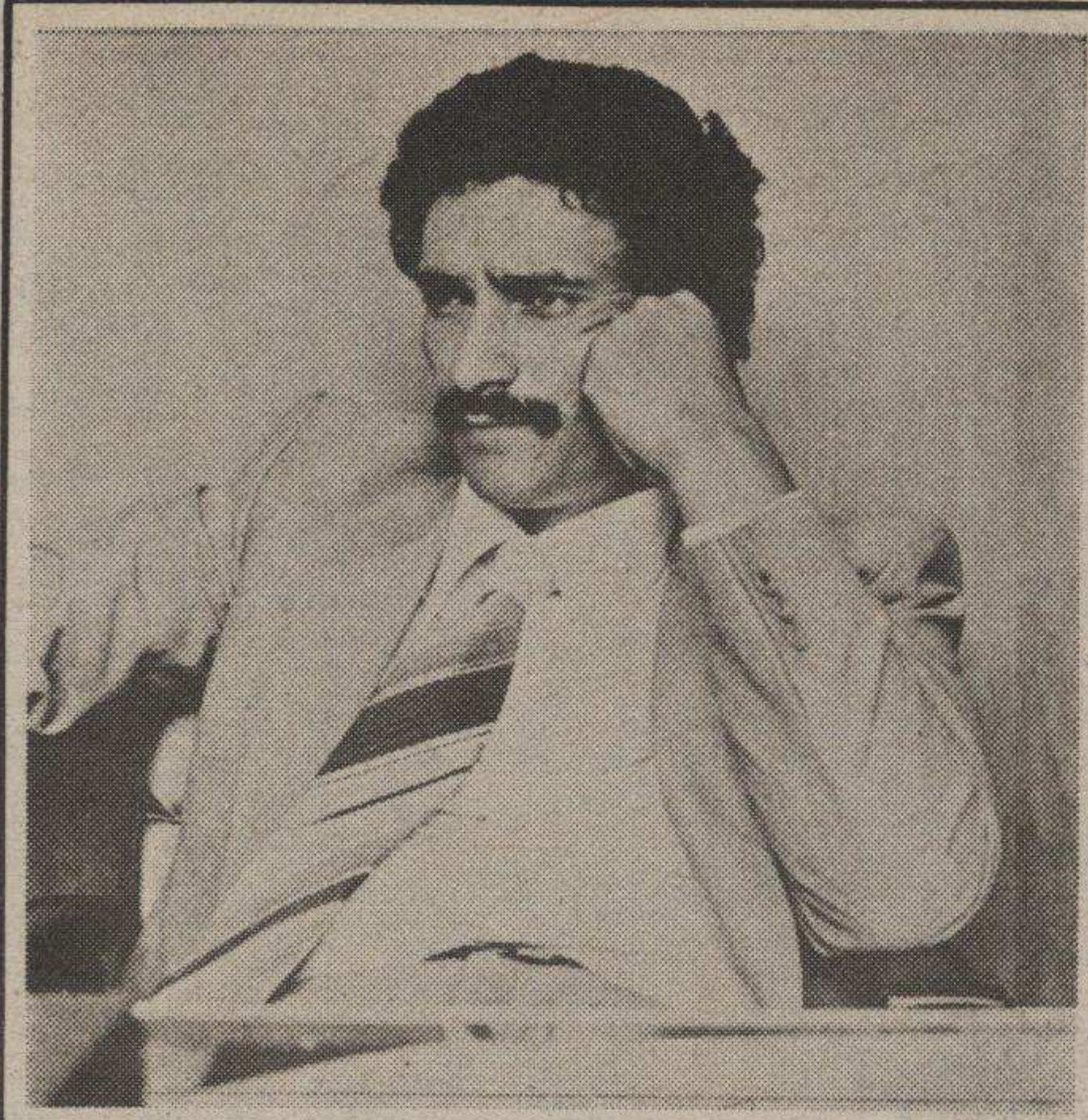
As fotos de menores abandonados deram a Juca Martins o Esso de Fotografia

Sucesso no jornalismo de interior

Fazer jornal no interior do Rio Grande do Sul é um bom negócio? Para dois jornalistas de Porto Alegre, Paulo Gerson de Oliveira e Luiz Rache Vitello, não existe qualquer dúvida. Um ano e dois meses após sua primeira experiência em São Francisco de Paula, onde fundaram e mantêm um quinzenário, Oliveira, de 32 anos, e Vitello, de 30, lançam neste mês um semanário, desta vez em Novo Hamburgo, ainda sem nome definido.

Impresso em off-set, com 16 a 24 páginas e tiragem inicial de seis mil exemplares, o jornal tem como público alvo o operariado de Novo Hamburgo, terceiro parque industrial do estado. "Nosso jornal — diz Vitello — tratará de economia e política, mas sua ênfase estará nos assuntos comunitários e sindicais. Vamos cobrir o bailão, o kerb, o futebol de salão".

O *Correio de Novo Hamburgo* ou *As Folhas* — estes os dois prováveis nomes do semanário — terá uma equipe de cinco pessoas, entre redatores e repórteres, chefiada pelo jornalista Félix Valente, e sua clientela publicitária incluirá principalmente profissionais liberais e pequenos comerciantes. Todo o investimento — basicamente aluguel de uma ampla sala em Novo Hamburgo, mais a contratação da equipe e custeio da impressão na cidade de Lageado — provém dos lucros obtidos com o *Correio de São Francisco*. E Oliveira garante: "Temos condições de manter o novo jornal, no mínimo, por um ano". Nada mau para quem chegava a São Francisco de Paula em setembro de 1979 com apenas Cr\$ 35



Paulo Gerson e Vitello: todo o destaque para assuntos comunitários

mil e a vontade de abrir um jornal no interior.

"Escolhemos São Francisco — conta Vitello — porque o município, a 112 quilômetros de Porto Alegre, não tinha nenhum jornal ou emissora de rádio, embora com 32 mil habitantes". A dupla saiu a vender publicidade de porta em porta, não deixando escapar sequer botecos e funerárias. "O pessoal não acreditava que queríamos apenas fazer jornal. Pensava que era algum golpe".

Hoje, salvo alguns mal-entendidos — um comerciante de botas de couro suspendeu seu anúncio depois que o jornal publicou uma foto do deputado Nelson Marchezan usando botas de borracha, pois entendeu que o *Correio* estimulava o consumo do produto concorrente —, o jornal está perfeitamente integrado à comunidade. Com dois mil exemplares e pequeno encalhe, o *Correio* tem atualmente 40% de suas páginas cobertas de publicidade e atinge os nove distritos de São Francisco. O sucesso já faz seus fundadores pensarem num jornal na vizinha Cambará do Sul, hoje ouvindo as rádios das cidades próximas e lendo apenas jornais de Porto Alegre.

A.C.

Jornalistas brigam na Bahia

Um suicídio foi a última arma usada por jornalistas irregulares na Bahia, em sua campanha pela manutenção do emprego e crítica ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais. A briga, que vem se arrastando desde o início do ano, quando o sindicato intensificou sua tentativa de forçar a Delegacia Regional do Trabalho em Salvador a fiscalizar o exercício da profissão, ganhou novos contornos com o suicídio de Luís Carlos Eleotério da Silva, ex-repórter de polícia do *Jornal da Bahia*, que não tinha o registro profissional.

Alemão, como Luís Carlos era conhecido, jogou-se do alto de um edifício no dia 18 de novembro e o fato foi usado para culpar o sindicato por estar exigindo o cumprimento da lei. Apesar de Alemão

já não estar trabalhando há mais de um ano como jornalista, e de repetidas vezes ter afirmado a amigos que não lhe interessava voltar "porque o jornalismo não dá camisa a ninguém", dois dos quatro jornais da capital exploraram sua morte, vinculando-a à campanha do sindicato contra os jornalistas irregulares.

O *Correio da Bahia*, pertencente ao governador Antonio Carlos Magalhães, cujo editor de polícia também não tem registro profissional, foi um deles. A *Tribuna da Bahia* bateu na mesma tecla — e não por acaso seu secretário de redação é um dos cerca de 50 jornalistas irregulares.

Ao mesmo tempo passou a ser distribuído um panfleto anônimo com o título *Sindicato fascista mata jornalista*. Lutando contra esta campanha de desmoralização, o Sindicato dos Jornalistas procurou a mulher de Alemão que, também indignada, fez uma declaração por escrito "desautorizando qualquer cidadão ou grupo" a falar em nome de seu marido. Ela garantiu que Alemão não se suicidou por não mais trabalhar como jornalista.

Com isto os panfletos anônimos pararam e uma comissão de jornalistas sem registro declarou, em nota oficial, "seu mais veemente repúdio ao panfleto distribuído por um grupo de provocadores, acusando irresponsável e levianamente nossa entidade sindical". Mais adiante, a comissão afirmou que sua luta, agora, "é eminentemente trabalhista e jurídica".

As dezenas de jornalistas baianos sem registro, que no começo do ano chegaram a fazer uma greve de fome contra a regulamentação da profissão, ganharam em novembro uma liminar na Justiça Federal, sustando a fiscalização da DRT nas redações, até que o Ministério do Trabalho julgue seus pedidos de registro. Eles alegam direito adquirido, como *provisionados*, o que lhes permitiria, em tese, continuar na profissão por mais três anos.

PAOLO MARCONI

A Uniprev oferece o melhor produto que um Montepio pode ter: muita garantia.

Como um Montepio pode assegurar a você que vai pagar seu pecúlio ou renda mensal?

Apenas de uma maneira: administrando de forma correta as contribuições mensais de seus mutuários, fazendo seu capital crescer e garantindo a cada exercício ótimos resultados.

Apenas bons lucros e o crescimento constante podem oferecer a você a garantia do retorno perfeito de seu investimento.

Pense nisso e acredite que a Uniprev oferece integralmente esta garantia. É uma empresa sólida e que vem obtendo ótimos resultados.

Escolha um negócio garantido: escolha a Uniprev.



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA

Sede:
Rua dos Andradas, 1251
9º andar
Fones: 21-3625 e 21-5869
Porto Alegre — RS

Montepio fundado em 13 de agosto de 1965

Volkswagen atropela nacionais

O governo defende sua política industrial e muita gente a critica. A grande verdade, contudo, é que não existe uma política industrial brasileira. O que existe é um emaranhado de leis, decretos, portarias e resoluções, que são criadas, modificadas e enterradas ao sabor dos ventos.

Seriam muitos os exemplos, mas há um, atual, que ainda está sendo processado nos corredores dos órgãos oficiais, em Brasília, mas cujo resultado já é conhecido. Em 27 de fevereiro de 1977, os ministérios do Interior e da Indústria e do Comércio publicaram a portaria nº 1, que estabelecia uma política para o setor de motocicletas e ciclomotores.

Por qualquer razão conjuntural, a tal portaria estabelecia que novas indústrias desse setor só poderiam vir a instalar-se no Distrito Industrial de Manaus. Lá estão a Honda e a Yamaha, japonesas, fabricando motocicletas, e, também, a Caloi e a Monark, produzindo ciclomotores.

A portaria nº 1 estabelece, contudo, rígidas normas sobre controle tecnológico e índice de nacionalização de equipamentos. Segundo ela, a partir de 1980 esse índice deveria variar, em peso e valor, entre 90 e 98%, para que uma empresa pudesse obter os incentivos do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufream).

Há menos de um ano, porém, entrou em cena a Volkswagen do Brasil S.A., anunciando sua intenção de instalar uma fábrica de ciclomotores, com capacidade para produzir 100 mil unidades anuais.

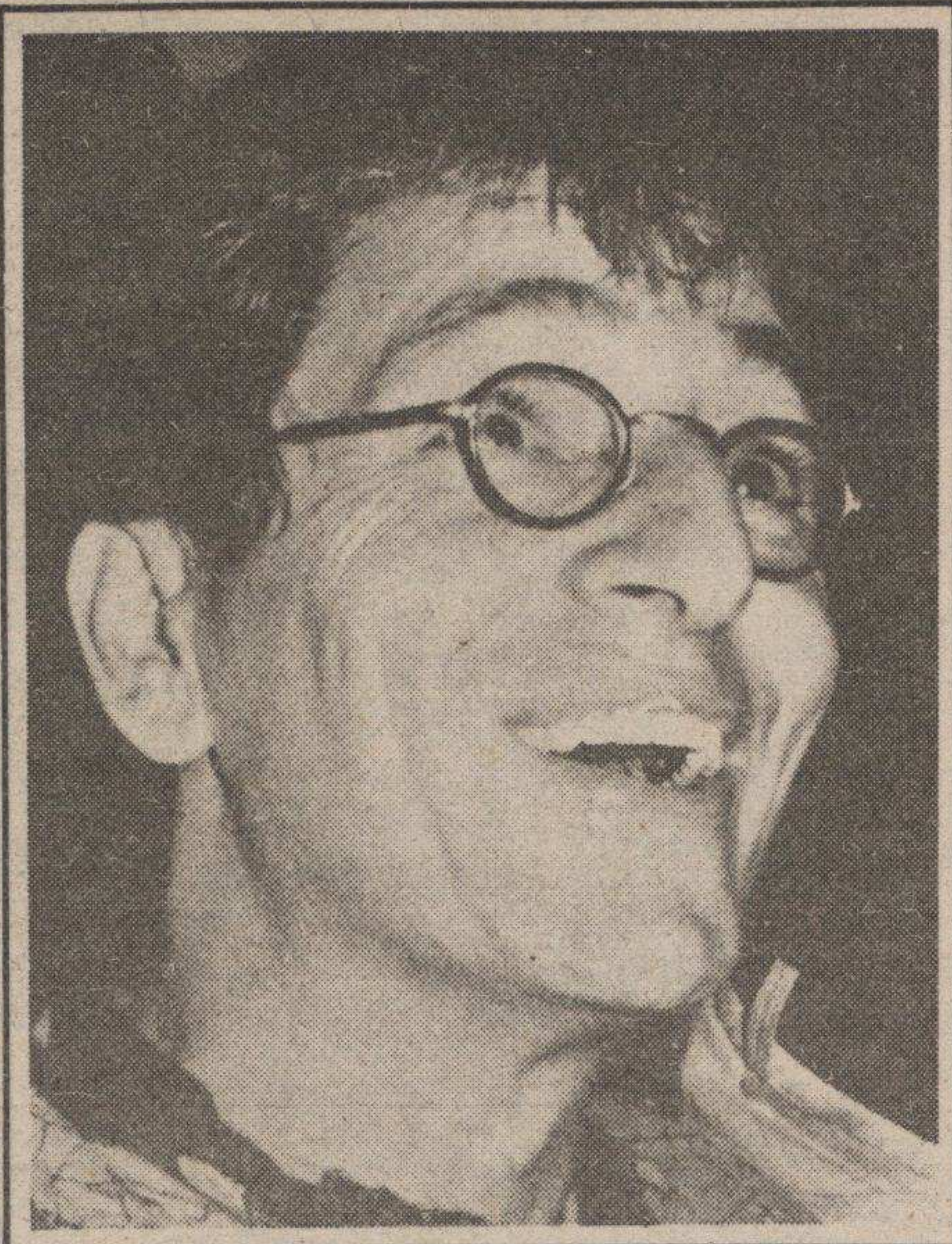
Só que, para isso, não serviriam para a empresa as condições da portaria nº 1.

A Volkswagen alega que o mercado brasileiro comporta mais uma fábrica de ciclomotores, principalmente se ela, como é o caso, pretender exportar metade do que produzir. Segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Ciclomotores (Abraciclo), presidida por Bruno Caloi, não é nada disso.

Pelos números da Abraciclo, as quatro fábricas de ciclomotores que operam no país (Caloi-Norte, Monark da Amazônia, Alpina do Brasil, de Caxias do Sul, e a Abramoto, do Paraná) estão operando com 20% da sua capacidade. As quatro juntas estariam em condições de produzir 100 mil unidades anuais, mas produzirão, em 1980, apenas 20 mil.

Mas o Ministério da Indústria e Comércio aceitou as ponderações da Volks: a portaria nº 1 será alterada, abrindo as portas do setor para que os 1 mil e 200 revendedores Volkswagen passem a comercializar bonitos ciclomotores, produzidos com tecnologia importada, concorrendo com os 240 distribuidores das quatro fábricas hoje existentes.

WALTER MORAES



Gabeira: o grande sucesso na feira

Escritor brasileiro na frente

A Feira do Livro de Porto Alegre (a 26ª), realizada na primeira quinzena de novembro, revelou que pelo segundo ano consecutivo os escritores brasileiros bateram os estrangeiros em vendas. Essa era uma das observações mais destacadas por Leopoldo Boeck, presidente da Câmara Riograndense do Livro. Nas barracas espalhadas pela Praça da Alfândega, Fernando Gabeira, Josué Guimarães e Moacyr Scliar ficaram, ao final, entre os cinco autores mais procurados. O fato pode até ser comemorado por escritores e editores, é a conquista de seu espaço, de seu mercado. Mas isso talvez não seja uma tendência bem clara, ainda.

Maurício Rosemblat, veterano livreiro, um dos fundadores da Feira, acha prematuro ver aí uma afirmação do livro brasileiro em primeiro lugar. Ou um novo rumo para o mercado editorial. Neste ramo, diz Rosemblat, "uma nova tendência leva uns dez anos para se consolidar". E se é verdade que até os dez primeiros colocados a posição dos brasileiros segue na mesma proporção, também é de se levar em conta que isso não representa necessariamente uma avaliação definitiva. Rosemblat nota, a propósito, que não se fez uma relação detalhada dos títulos vendidos. E se forem separados um a um as dezenas de milhares de livros que saíram, é possível até que o quadro se inverta.

É uma observação respeitável. E pode-se também enfatizar de maneira particular os maiores sucessos. O caso de Gabeira, por exemplo, sai da normalidade editorial, foi precedido de uma expectativa rela-

cionada a comportamento e política. Josué Guimarães foi cercado por uma campanha publicitária, inclusive com chamadas na televisão, para seu último livro — *Camilo Mortágua*. E Moacyr Scliar é um escritor bastante conhecido, que chegou acompanhado por um lançamento bem promovido — *O Centauro no Jardim*.

Apesar de todos esses descontos, é inegável que houve um avanço, principalmente de escritores regionais. E nesse sentido a Feira pode ter sido reflexo de um trabalho de longo prazo. Faz algum tempo que a PUC inclui no seu vestíbulo referência a escritores gaúchos. Antes disso, escolas e cursinhos passaram a adotar como temas de aula os autores nacionais e, com alguma ênfase, os regionais. A atividade do Instituto Estadual do Livro, participando da edição de autores novos e de sua colocação em bibliotecas de todo estado, pode ser apontada como outro fator de estímulo.

O mercado não é lá essas coisas. O professor e editor Carlos Jorgê Appel tem uma amostragem segundo a qual a participação do Rio Grande do Sul caiu de 14%, em 64, para 8%, em 79, no consumo livreiro do País. Acompanhando, aliás, a queda — quase proporcional — da própria economia do estado. Pode parecer paradoxal, a partir daí, dizer que houve um avanço. Mas o fato concreto é que houve. Mesmo que o crescimento editorial tenha sido nada mais que vegetativo, a fatia do escritor brasileiro aumentou. A não ser que dois anos de liderança na Praça tenha sido mera coincidência, o que é pouco provável.

A própria Feira saiu de certa forma revitalizada. As livrarias e editoras que montaram barracas julgaram o movimento satisfatório. O jornal *Feira do Livro*, experiência nova que circulou em três edições diferentes com tiragens médias de 8 mil exemplares (distribuição gratuita) dedicou a maior parte de seus espaços aos escritores brasileiros. Se eles estão correspondendo ao preço pago pelo leitor, já é outra história.

VICTOR HUGO SPERB

Lilian: poucas esperanças

A derrota do governo no plebiscito uruguaio e uma vaga promessa de abertura em um dos mais opressores regimes do Cone Sul foi o melhor presente que Lilian Celiberti poderia receber no dia três de dezembro, quando completou 31 anos. Todos têm consciência de que apenas uma mudança política dá a Lilian esperanças de libertação. Do contrário, os militares uruguaiois necessitam continuar a farsa que envolve seu processo, iniciada com um seqüestro ilegal e silen-

cioso no Brasil há dois anos, e mantida com a condenação a 10 anos de prisão solicitada pelo promotor militar no mês passado. A manter-se a tradição da justiça militar uruguaia Lilian dificilmente sai antes, porque os pedidos dos promotores são inevitavelmente respeitados durante o julgamento.

Enquanto isto, Lilian faz o que pode dentro da prisão de Punta Rieles para chamar a atenção sobre seu caso. E, mesmo que seus compatriotas não consigam ler uma linha sobre a sua greve de fome nos jornais uruguaiois, as denúncias feitas no Brasil e outros países sempre acabam exercendo algum tipo de pressão. Flávio Tavares, Flávio Koutzi e Flávia Schilling estão vivos e em liberdade para comprovar isto.

A primeira prisão de Lilian — então professora primária — ocorreu durante a greve geral do ensino, em novembro de 1972, a maior da história do Uruguai, quando pararam todos os cursos e os estudantes fizeram greve de fome. Foi acusada de abrigar em sua casa uma tupamara. Em março de 1974 recebeu a opção de sair do país ou continuar presa. Continuou na prisão até maio, com a esperança de que não precisasse sair do país. Optou então por viajar para a Itália, onde já morava sua irmã mais nova, Mirta.

A saída de Lilian do país não foi um ato muito claro. Oficialmente nada constava contra ela. Recebeu passaporte e atestado de boa conduta e havia sido inocentada da acusação pela qual permanecera 18 meses na prisão. Seus pais contam que foi feito um acordo entre os militares e o juiz encarregado de seu processo para libertá-la e afastá-la do país ao mesmo tempo.

O pequeno Camilo tinha na época quase três anos e pouco convivera com a mãe. O marido de Lilian, também professor primário, foi junto e, no ano seguinte, nasceu Francesca, a segunda filha do casal, em Milão. Com saudades da família e do seu país, Lilian voltou quatro anos depois para Porto Alegre, onde ficaria mais perto de todos. A última carta escrita para sua mãe, dona Lilia, no dia 23 de outubro de 1978, mostrava claramente que ela tinha intenções de ficar: contava que alugara um apartamento e matriculara os filhos numa escola.

Depois do seqüestro e da nova prisão, outra separação da família. Camilo, depois de algum tempo, voltou para a Itália onde vive com o pai. Ele não suportou o novo afastamento da mãe e ficava muito nervoso nas visitas semanais à prisão.

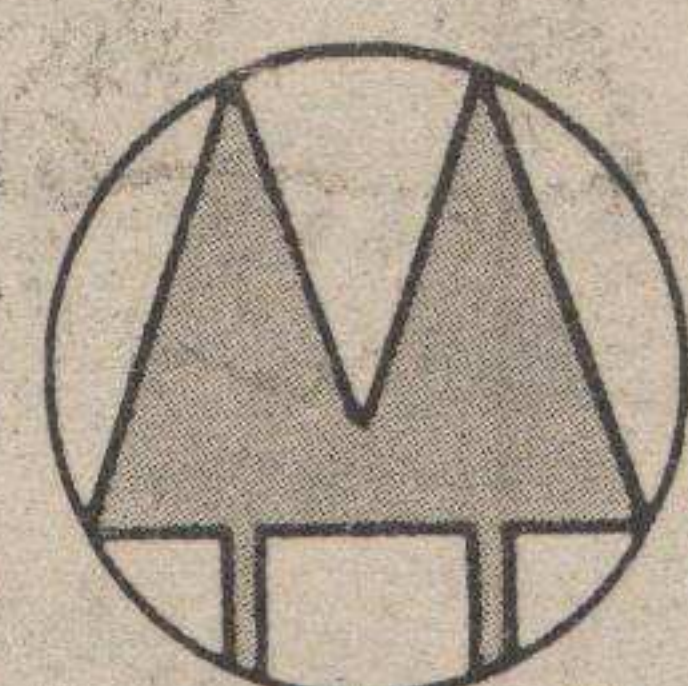
Francesca vive com a avó em Montevideu, aparentemente conformada com a situação. Dona Lilia e seu Homero fazem milagres com os seus pequenos rendimentos para financiar suas seguidas viagens ao Brasil, onde podem denunciar a situação da filha. Para se ter uma idéia, cada passagem de ônibus do casal ao Brasil consome 20% de sua renda mensal — ele é farmacêutico aposentado e ela trabalha como tecelã numa máquina caseira.

ROSVITA SAUERESSIG

Agora, a assistência odontológica também pelo sistema cooperativo.

Isto significa que você pode ter consulta e tratamento odontológico com hora marcada e por um custo mais baixo.

Procure a UNIDONTO Porto Alegre e conheça seu plano de assistência familiar.



unidonto
PORTO ALEGRE

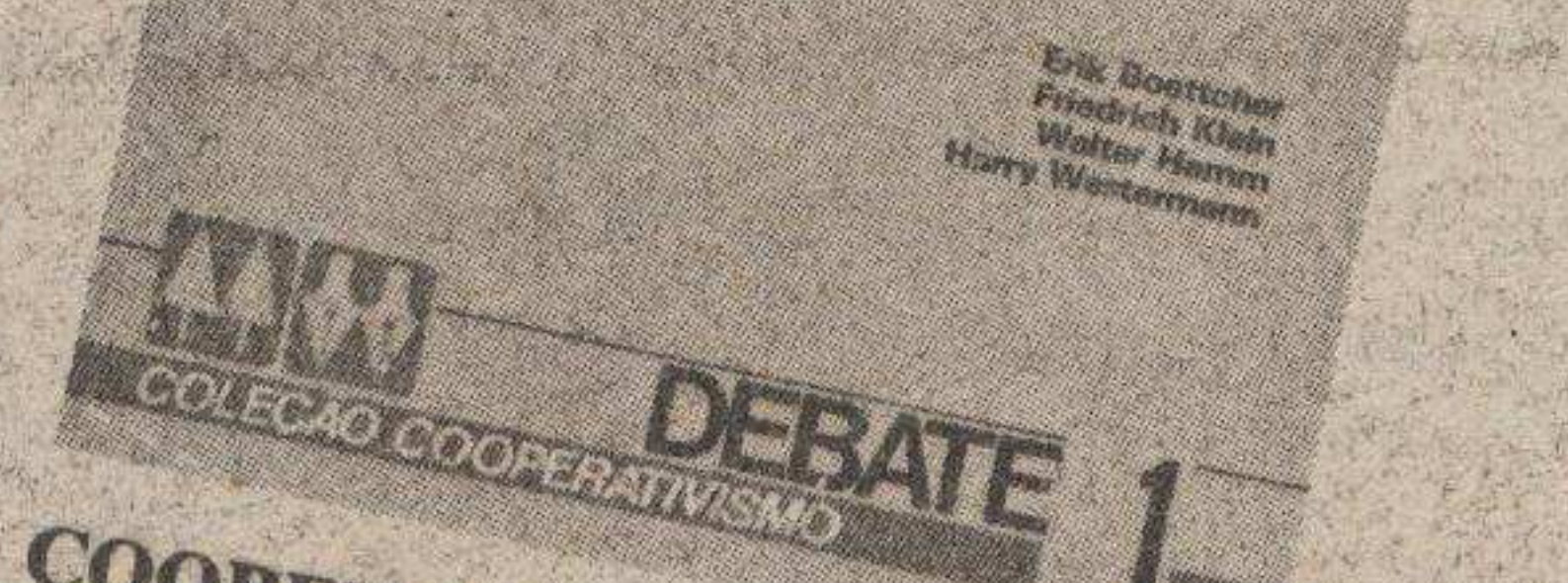
sociedade cooperativa de serviços odontológicos Ltda.

Unidonto Porto Alegre Fone 24-5380
Av. Borges de Medeiros, 596 4º andar G. 42

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS

COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO

A experiência das cooperativas no capitalismo alemão



COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo
Selo Debate nº 1
Cr\$ 100,00



Estudante!

O Coojornal está selecionando representantes para vendas de assinaturas. Aproveite o tempo disponível nestas férias! Tratar na Rua Comendador Coruja, 372, ou pelo fone 33-5099

COOJORNAL

Os partidos pensam em 82. Mas como serão as eleições?

A espetacular convenção nacional do Partido Democrático Social foi o último grande lance político de 1980 — um ano marcado pela instabilidade das agremiações partidárias criadas pela lei que extinguiu Arena e MDB. Deputados e senadores transitaram sem maior pudor pelas legendas em formação e até mesmo os biônicos, estas estranhas figuras de parlamentares nomeados, ousaram deixar o partido do governo na tentativa de ter vida mais longa agora que sua espécie está em extinção.

A aprovação da emenda Abi-Ackel, que restabeleceu eleições diretas para os governadores, concedeu àquele processo alguns ingredientes objetivos e tornou-o mais angustiante. Agora a formação de partidos passa a ter a conotação direta, objetiva e clara de criação de partidos políticos que tenham viabilidade eleitoral. E ninguém entra para um partido cujo destino eleitoral é nebuloso. Este processo, natural e conseqüente, atinge até mesmo o PDS, que vê sua bancada minguar na proporção em que os embaraços econômico-financeiros do Governo federal aumentam.

Mas não é só o PDS que sofre defecções. Os dois partidos trabalhistas no estilo tradicional, o PDT e o PTB, encontram dificuldades notáveis, para sua estrutura em nível nacional. Na realidade, tanto um quanto outro procuram criar raízes e lançar pontes de entendimento com segmentos representativos da sociedade utilizando o desgastado esquema do caciquismo.



Tudo bem se a pele é clara

Existe uma pérola de racismo à brasileira, denunciado pelo ex-governador Leonel Brizola num comício feito em novembro na cidade de Canoas, perto de Porto Alegre. Ao falar sobre o regime pós-64, acusou:

"Estrangeiros, exploradores, negociatas, que vinham com as suas malinhas na mão, circularam livremente por este país fazendo todo tipo de artifício e de montagens para explorar o trabalho do povo. Era tão vergonhosa esta situação no Brasil que, quando conspirávamos lá fora, nós precisamos um dia preparar um companheiro para circular pelo Brasil afora. Então preparamos para ele uma carteira falsa. Ele era loiro, de olhos azuis, porque nós assim o escolhemos. Lhe demos um nome norte-americano e, falando com o sotaque de norte-americano, ele percorreu o país de norte a sul, de leste a oeste. E não houve polícia que desconfiasse dele. Porque era assim no Brasil. Os suspeitos éramos nós. Quanto mais escura a nossa pele, mais subversivos, mais perigosos, mais suspeitos para esta nação. Por isso, este período vai ficar como um opróbio, como uma infâmia na história brasileira."

O dito está registrado na revista *Debate*, recém-lançada em Porto Alegre para defender os ideais do "trabalhismo democrático". É mensal, circula em bancas e por assinaturas, a Cr\$ 70,00 o exemplar. Seu endereço: Rua D. Pedro II, 673, ap. 12, Porto Alegre.

O PTB conseguiu atrair Jânio da Silva Quadros para sua legenda e assim tenta encontrar rumo sustentado no discurso demagógico do presidente que renunciou. O PDT é, na realidade, o partido de Leonel Brizola, que vem cumprindo sua missão de dividir oposições no local onde há chance de vitória. O lançamento da candidatura do ex-governador gaúcho ao governo do estado do Rio de Janeiro confunde o eleitorado de oposição, mas permite que o combalido PDT carioca faça seu lance no sentido de sua efetiva estruturação.

Os outros partidos seguem seu caminho sem embaraços maiores. O exemplo disto é o crescimento do Partido Popular, que vem reunindo segmentos da antiga Arena e do extinto MDB com absoluta naturalidade. Tudo indica que em 1981 — ano pré-leitoral — a formação dos partidos esteja praticamente completada com os blocos partidários conseguindo seus registros provisórios e articulando grupos de parlamentares para ações precisas no Congresso Nacional.

Há uma questão subjacente a tudo isto. Como serão as eleições de 1982? Haverá sublegenda, voto distrital, voto não obrigatório, distritão? Estas questões não têm ainda qualquer resposta, pois cada uma daquelas modalidades de eleição beneficia parte do Congresso e prejudica a outra metade. O projeto do voto distrital puro é de autoria do senador José Sarney, presidente do PDS, que é o partido do governo. O projeto do distritão — que extingue o voto de legenda — é de um deputado governista, o pernambucano Joaquim Coutinho.

Sem dúvida o Palácio do Planalto sonha há muito tempo com a implantação do voto distrital, puro ou misto, para garantir sua maioria no Congresso. Mas o presidente da República ou seus assessores não mais dispõem do arsenal de medidas excepcionais para fazer por decreto as modificações na legislação eleitoral, que, aliás, independem de modificação constitucional. Podem ser realizadas através de simples projeto de lei.

Apesar de o projeto de lei ter a assinatura do presidente do partido governista, as reações entre os membros da legenda não são favoráveis à adoção do voto distrital. Neste caso, os parlamentares raciocinam menos pelas vinculações partidárias que olhando para sua possibilidade de reeleição. A nova legislação eleitoral — que abrange, ainda, a sublegenda e a possibilidade de coligação interpartidária — vai definir o quadro de possibilidades dos partidos nas eleições de 1982.

O ano de 1981 será o momento em que os partidos vão se aglutinar em torno de suas figuras míticas, na tentativa de criar algo de viável para o pleito do ano seguinte. E enquanto as legendas estiverem tentando alargar sua área de interesse terão que enfrentar a dura batalha das modificações eleitorais que poderão — por sua extensão e abrangência — ajudar a viabilizar ou inviabilizar a perspectiva eleitoral de um partido político.

ANDRÉ GUSTAVO STUMPF

ADVOCACIA TRABALHISTA DE EMPREGADOS

Décio F. Guimarães Neto
OAB 8825
Lidia Woida
OAB 9195
Gisa Nara Coccaro
OAB 7675

RUA ANDRADE NEVES, 155
CONJ. 115 FONE: 33.43.21

O BICHO PAPÃO VIRA UM GATINHO QUANDO RECEBE UM PRÊMIO DESSES.

Prêmio Esso de Reportagem, 2º ano

Em 1979, com Osmar Trindade e Najjar Tubino, reportagem *Guerrilha no Sul: 23 homens tentam levantar o País*
Em 1980, com Osmar Trindade e Elmar Bones, reportagem *Os Relatórios do Exército sobre a Guerrilha*

O Coojornal, pela segunda vez consecutiva, ganha o Prêmio Esso Regional de Reportagem. Desta vez, com a reportagem "Os Relatórios do Exército sobre a Guerrilha", e, ironicamente, esta reportagem premiada está dando dor de cabeça (*) para os profissionais que a fizeram. Tudo porque nós encaramos o jornalismo seriamente, da maneira antiga. Levamos aos nossos leitores a informação correta, a verdade bem escrita. Num país que somente agora começa a se acostumar com a verdade — independente de ideologias, sectarismos ou dogmas. Então, quando o Coojornal recebe este tipo de reconhecimento, através do maior concurso profissional do setor, deixa de ser um tigre lutador e vira um gatinho. Estamos felizes, emocionados e recompensados por este Prêmio. Ele é um símbolo de um novo tempo no jornalismo. Indica que jornais e jornalistas precisam se reencontrar com seus ideais esquecidos. Estamos voltando ao tempo do jornalismo independente, responsável, sem interesses que não sejam com a verdade.

O Coojornal aproveita a oportunidade para dedicar este prêmio aos jornalistas Rosvita Sauressig, Elmar Bones, Rafael Guimarães e Osmar Trindade, achando que fazendo isto está homenageando a todos os profissionais que não esqueceram o caminho do verdadeiro jornalismo.



cooJORNAL
ORGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE
o gato que rugue

(*) Os jornalistas Osmar Trindade, Rafael Guimarães, Elmar Bones e Rosvita Sauressig estão sendo processados, com base no Código Penal Militar, por terem escrito esta reportagem.

A lição do ano

Organizados, os professores gaúchos dobram o Governo

Durante 20 dias, cerca de 100 mil professores gaúchos paralisaram suas atividades, conquistaram o apoio de pais e alunos, suportaram pressões diversas e, afinal, arrancaram do Governo do Estado quase tudo o que pediam, inclusive a destinação de 25% do orçamento estadual para a Educação a partir do próximo ano. Mais do que isto, deram uma lição perfeita de união e organização, orgulhando os líderes: "É a categoria mais mobilizada do país". Tradicionalmente tidos como alienados e individualistas, os professores gaúchos já haviam surpreendido em abril de 1979, quando pararam por cinco dias. Naquela vez, o movimento não atingiu a todos os 232 municípios gaúchos e o reajuste obtido — 33%, parcelados — ficou abaixo do que os professores pediam, sendo logo engolido pela inflação. Mas o saldo foi positivo: acabou com o medo da palavra greve e os mais reticentes resolveram integrar-se ao movimento salarial de 80.

— O magistério se deu conta de que era uma categoria que estava se proletarizando — diz a presidenta do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpergs), Glaci Rolim.

A perda progressiva de poder aquisitivo, principalmente a partir de 1974, pode ser apontada como a principal razão para a mudança de comportamento dos professores, mas não impediu que, nas eleições de 1978, eles elegeassem o ex-secretário da Educação e candidato a deputado estadual, Ayrton Vargas, um fato que, segundo o presidente do Centro Brasileiro de Professores e membro do Comando de Paralisação e Diálogo, Hermes Zanetti, não se repetirá: "Hoje os professores estão a um milhão de anos-luz de 1978".

PASSOS CALCULADOS

Um dos exemplos mais visíveis desta mudança é o relacionamento atual dos professores com o partido do Governo. Nos preparativos da greve, quando centenas de núcleos municipais organizavam assembleias para discutir as reivindicações da categoria, muitos deputados do PDS compareciam e revelavam uma posição contemporalizadora, defendendo o ponto de vista do Governo e sendo duramente atacados.

— No começo — testemunha Zanetti — o PDS sempre esteve contra os professores. Os mais radicais do partido exigiam que fosse aplicada a Lei de Segurança Nacional. Eles mudaram quando sentiram que o movimento estava forte.

Quando os professores, no início do movimento, foram até a Assembleia pedir o apoio dos deputados, receberam ofensas com gestos obscenos por parte de alguns deputados pedessistas. Eles firmaram



Zanetti: o magistério na frente

pé em considerar o pedido dos professores como inconstitucional. Em resposta, o magistério anunciou seu rompimento com o PDS, o que, traduzido em votos e multiplicando o número de professores por cinco, pode representar 500 mil eleitores para a Oposição nas próximas eleições. Na reta final das negociações o PDS mudou seu comportamento e, resolvido o impasse, o presidente regional do partido, Victor Faccioni, considerou a atuação pedessista "positiva".

O GENERAL EM CENA

Todos os passos do movimento foram calculados. A campanha salarial de 80 iniciou em novembro de 1979, com uma

assembleia no Colégio Rosário. Após um ano de meticulosa preparação, que incluiu contatos constantes com representantes do interior, cartas aos pais levadas pelos próprios alunos explicando a situação do magistério, e uma intensa campanha de conscientização, a greve foi desfechada, depois que o Governo não atendeu às reivindicações encaminhadas pelo Cpergs.

É verdade que o movimento contou com alguns aliados inesperados, como o próprio governador Amaral de Souza. Durante um programa transmitido em cadeia por todas as emissoras de TV do estado, quando estavam rompidos os canais de comunicação entre os grevistas e o Governo, ele tentou jogar o restante do funcionalismo contra os professores, afirmando que não havia recursos para atender às reivindicações de todos. A mensagem foi mal recebida pelos dois lados.

Dia 11 de novembro, dois dias depois do pronunciamento do governador, entrou em cena uma figura decisiva para os rumos do movimento: o general Antonio Bandeira, comandante do III Exército. Por iniciativa própria, duas professoras marcaram uma audiência com o general e comunicaram o fato ao Comando de Paralisação e Diálogo dos professores.

— Achávamos que o general Bandeira estava fora da questão, mas resolvemos ir — relembra Zanetti. — Inicialmente ele tentou demover-nos, sugerindo que voltássemos ao trabalho. Dissemos que o magistério não recuaria e ele não insistiu. Disse que procuraria o governador na manhã seguinte.

O final do episódio é controverso. Bandeira, que esteve em Brasília durante a greve, teve ainda outra conversa com Amaral de Souza no dia 18, quando, irritado, teria dito ao governador que desejava uma solução rápida para a crise, antes que caíssem dois ou três secretários ou mais gente do Governo. Bandeira classifica o episódio como "fantasia", mas o certo é que o magistério teve logo a maioria de suas reivindicações atendida.

AUMENTO SAUDÁVEL

O documento final, composto de seis cláusulas, especifica que, neste mês de dezembro, o magistério público estadual receberá um reajuste de 20%. Ficou definido também que, em agosto de 1981, o vencimento básico mínimo da categoria será de Cr\$ 12.500,00. Para se ter uma idéia mais clara do avanço salarial obtido com a greve, os regentes de nível primário, que em fevereiro de 1979 recebiam apenas Cr\$ 1.794,00 mensais, contarão com um ordenado bem mais saudável, de Cr\$ 15.500,00, em agosto próximo.

Além das reivindicações salariais, o Governo assumiu o compromisso de destinar 25% do orçamento estadual ao ensino, assegurou que não punirá os grevistas e que admitirá a participação do magistério no processo de ensino-aprendizagem, incluindo a presença de um professor no Conselho Estadual de Educação. Ficou prometido, também, que a partir de 1982 todas as admissões serão através de concurso público.

De todas as reivindicações, o Governo só rechaçou uma: a escolha dos diretores de escola pelos próprios professores. O assunto ficou para ser discutido posteriormente entre a Secretaria de Educação e o Cpergs.

AYRTON CENTENO



Os professores comemoram a vitória, após 20 dias de greve

advogados

HELIO ALVES RODRIGUES

oab 3975 cpf 001520800/15

JULIO CÉSAR ALVES RODRIGUES

oab 3408 cpf 001520990/34

RUA ANDRADE NEVES, 155

conj. 71 e 72

fores: 24-8616 e 8035

João Carlos Gastal

OAB 599

Newton Domingues Kalil

OAB 7061

Milton Machado Rosa

OAB 8550

Falências e Concordatas

Inventários — Separações — Divórcios
Rua Ramiro Barcelos, 330
2º and. fone: 24-9846

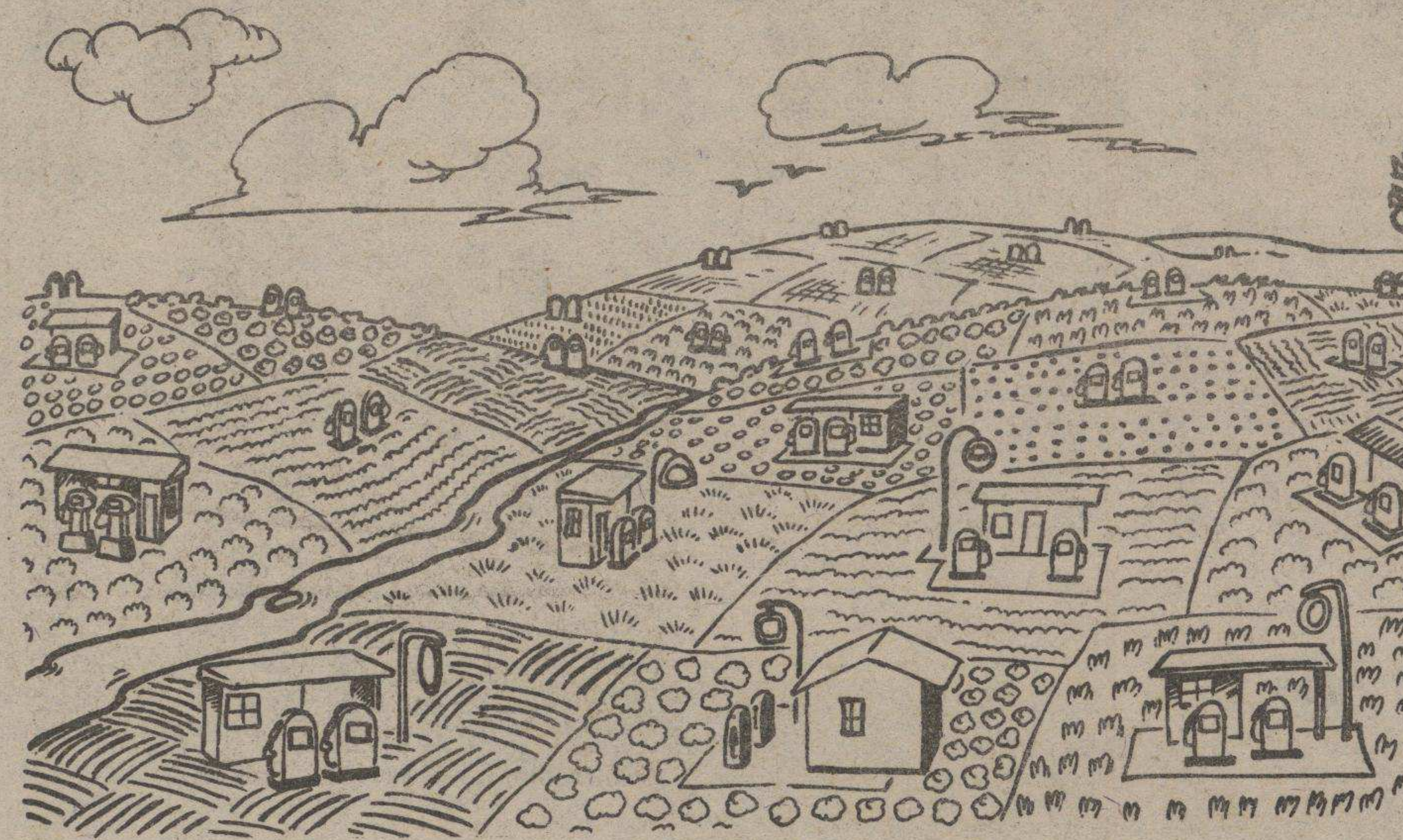
Usina para os pequenos

O Proálcool era só para os grandes. Os gaúchos mudaram esta orientação

O atraso com que o Rio Grande do Sul chega ao Programa Nacional do Alcool (Proálcool) pode ser justificado com os interesses envolvidos na implantação da estrutura de produção dessa alternativa energética. Os latifúndios açucareiros e as grandes empresas fabricantes de equipamentos conseguiram estabelecer parâmetros que marginalizaram os pequenos produtores de cana e as empresas médias do setor mecânico. Os gaúchos, dependentes de uma distribuição agrícola minifundiária e com predomínio da indústria de médio porte, não conseguiram fazer valer seus pontos de vista.

Os empresários locais começam a acordar, agora, para as conseqüências macroeconômicas desse descaso. O presidente do Grupo Gerdau, Jorge Johannpeter, lamenta a situação do estado: "Não temos álcool e no carvão andamos com passadas muito lentas, cambaleantes", disse ele. Como se as autoridades encarregadas do problema estivessem inebriadas com o álcool das grandes destilarias. Marcus Vinicius Pratini de Moraes, ex-ministro da Indústria e Comércio, considera indispensável a montagem, no Sul, de um pool semelhante ao dos usineiros e grandes industriais: "Somente com pressão política, com a união de tudo o empresariado, conseguiremos fortalecer o Rio Grande", afirma ele ao buscar apoio na sua campanha para o Governo Estadual.

Ao canalizar seus recursos para unidades de envergadura, o Proálcool estabeleceu critérios que possibilitaram a



rejeição de todos os projetos encaminhados pelo Rio Grande do Sul. Somente no segundo semestre deste ano, depois de uma série de artifícios para levantar o capital necessário, foi que o Governo do Estado conseguiu inaugurar sua primeira usina de álcool combustível, estatal, com capacidade para apenas 20 mil litros por dia. Trata-se de uma experiência piloto, esclarece o secretário da Indústria e Comércio, Antonio Carlos Berta. Ainda assim, ele tem metas ambiciosas: espera produzir 800 milhões de litros no ano de 1985 para atender a demanda estimada para aquela data.

O SORGO E A BETERRABA

Mas o que se tem de concreto, hoje, no Rio Grande do Sul, além da destilaria estatal, são diversos viveiros para mul-

tiplicação de mudas e alguns milhares de hectares plantados parcialmente por empresas privadas que elaboram seus projetos de viabilidade econômica. O mais conhecido é o da destilaria Capela, em Canoas, com previsão para produzir 120 mil litros/dia quando estiver em plena capacidade, em 1982. O projeto está em vias de ser aprovado pela Comissão Executiva Nacional do Alcool e exigirá o plantio permanente de quatro mil hectares de cana. Um quarto dessa área já foi cultivada.

Outros três projetos estão em fase de estudos de viabilidade econômica, sendo um do Grupo Ipiranga, que também já estabeleceu viveiros para cultivo de mudas. O Governo já localizou uma área propícia ao cultivo de cana de 286 mil hectares, o suficiente para gerar 1,2 milhão de litros por ano. São latifúndios que poderiam ser enquadrados no pro-

grama do financiamento da produção de álcool energético.

Existem no Sul, entretanto, dezenas de microdestilarias espalhadas pelo interior utilizando cana, mandioca, beterraba açucareira e sorgo sacarino, como reconhece o próprio secretário Berta. O Governo não tem, porém, recursos para montar um plano de apoio a pequenos comerciantes e usineiros que poderiam, na soma dos esforços isolados, garantir uma produção representativa. Somente agora o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) abriu uma linha de crédito para financiamento de miniusinas. Mas apenas para aquelas que consomem mandioca e possam atingir uma produção de 10 mil litros por dia. Cada unidade dessas custa, no mínimo, Cr\$ 60 milhões e o banco se propõe a participar com 90% do investimento, com 40% de correção monetária e 12 anos de prazo.

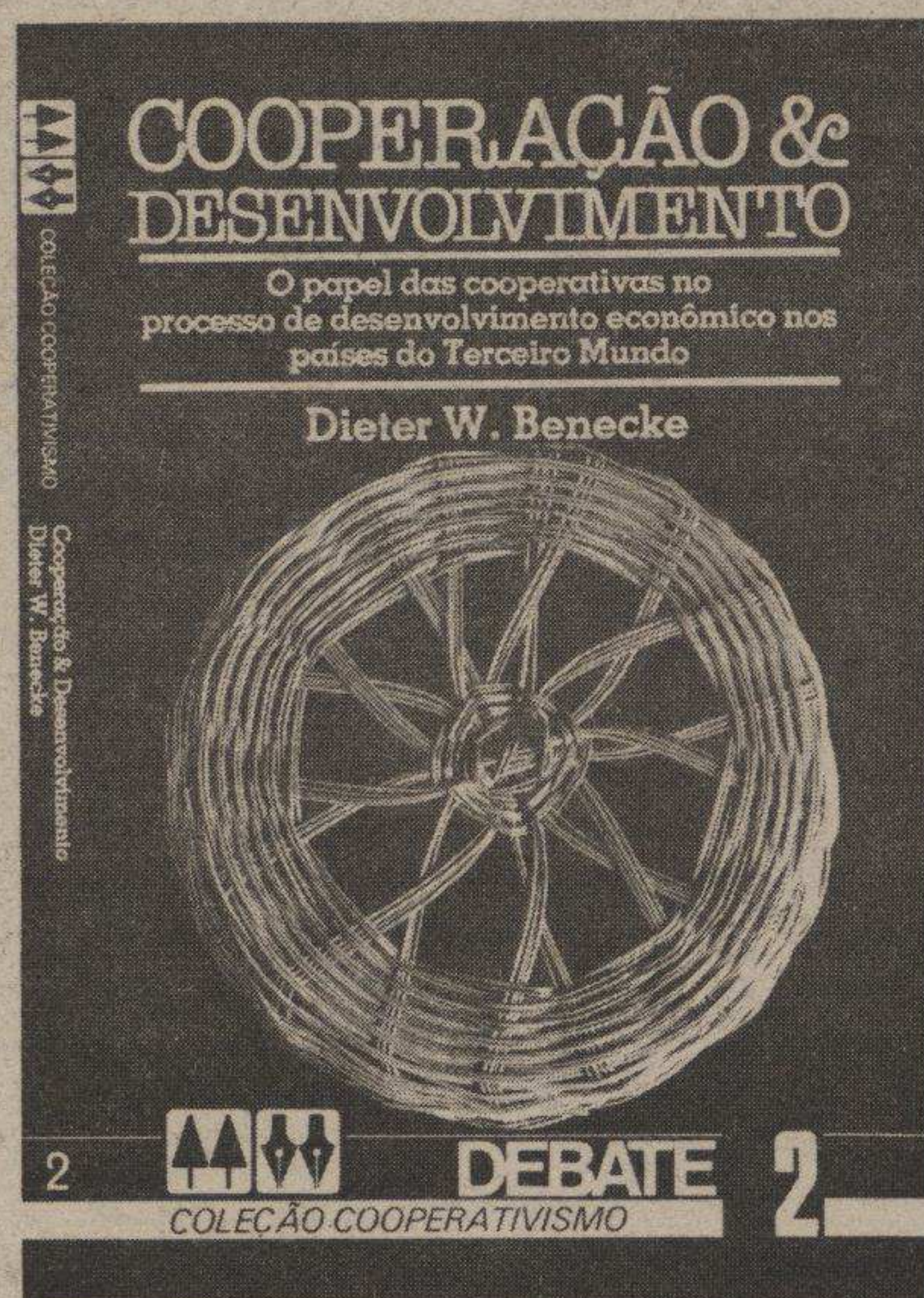
De pronto, 15 cooperativas apresentaram proposta no BRDE e outras tantas demonstraram interesse. O álcool energético abre possibilidades para diversificação de culturas em pequenas propriedades, possibilitando a superação do maior problema encontrado na implantação de uma lavoura de cana: o custo da terra.

Cinco anos após a adoção de um programa de álcool no país, quando todos os demais estados já estão com suas estruturas de produção e consumo montadas, o Rio Grande começa a acordar para o problema. As soluções hoje adotadas são as mesmas sugeridas anos atrás mas rejeitadas, porém, pela máquina burocrática que beneficiou apenas usineiros e grandes industriais de máquinas. Uma demonstração cabal da fraqueza econômica e política de um estado enfraquecido, que não consegue impor seus interesses.

DELMAR MARQUES

As cooperativas nos países subdesenvolvidos

O que uma cooperativa pode fazer na economia de um país do Terceiro Mundo? As cooperativas podem realmente contribuir para a mudança de estruturas econômicas? "Cooperação e Desenvolvimento" é um raro livro sobre o papel das cooperativas, analisando estes assuntos em profundidade. São 240 páginas de informação e análise sobre a importância deste sistema econômico para a estratégia de crescimento de um país como o Brasil.



Uma co-edição COOJORNAL e ASSOCENE

O autor, Dieter W. Benecke, aprofunda estudos sobre a economia dos países em desenvolvimento; o que se pode esperar das cooperativas neste processo; os fatores positivos e negativos da atividade cooperativa; o Estado controlador da atividade cooperativa; a busca de novos caminhos para superar o fracasso da política de desenvolvimento nos países capitalistas e socialistas.

Preencha o cupom anexo e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — 90000 — RS

Solicito enviar.....exemplar (es) do livro "Cooperação e Desenvolvimento", ao preço unitário de Cr\$ 350,00 cada.

Nome:.....

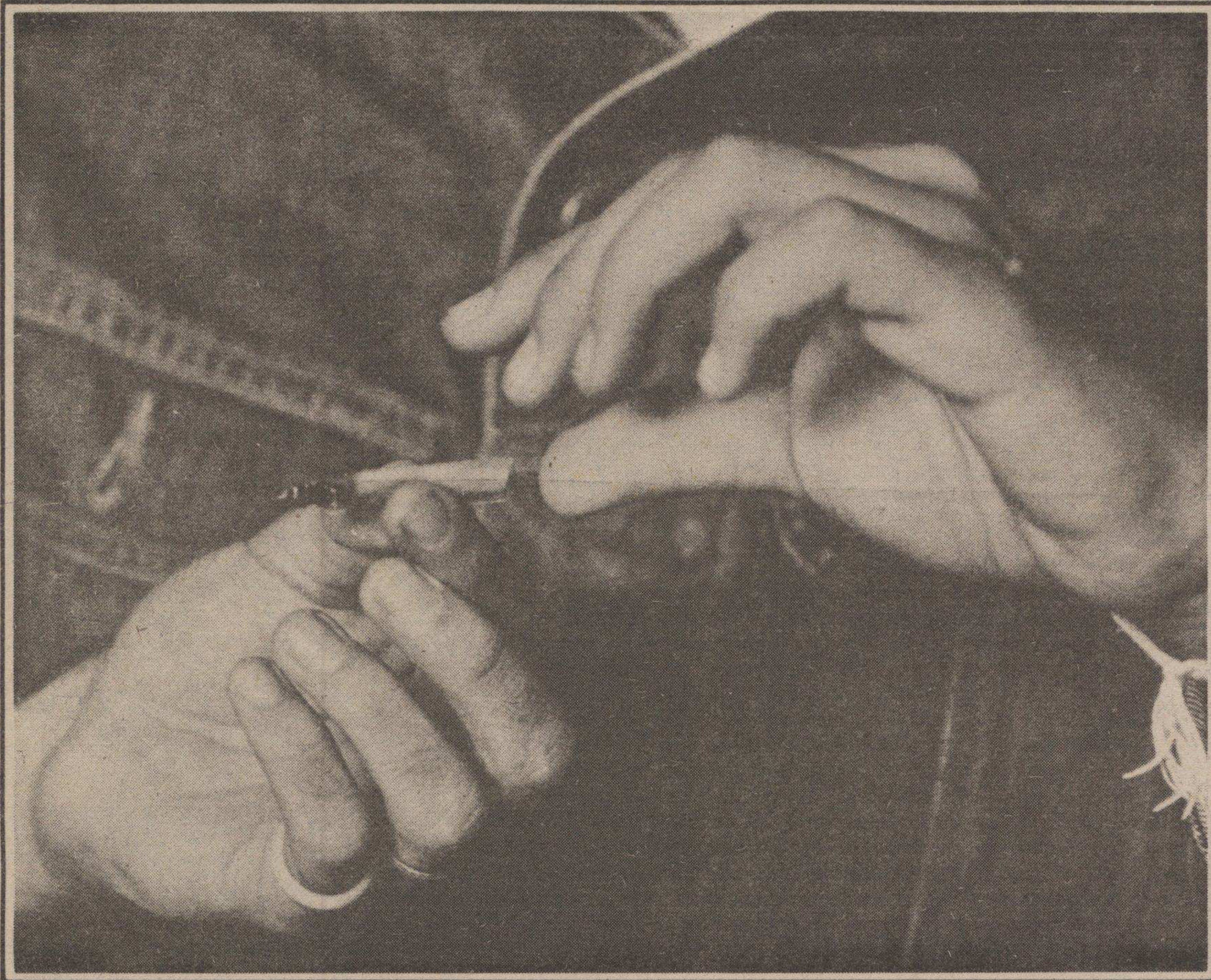
Endereço:.....

Cidade:..... Estado:..... CEP:.....

Na música, nas artes, nos bares, no futebol, na televisão, no teatro, nas universidades

Você pode fumar maconha?

Por EDUARDO BUENO*



Daniel de Andrade

Dentro da Delegacia de Entorpecentes de Niterói, no estado do Rio, a cantora Baby Consuelo assobiava. Era a madrugada do dia 22 de novembro passado. Baby, seu marido, o guitarrista Pepeu Gomes, e mais 150 menores estavam lá, detidos pelos homens da equipe do delegado Germano Nogueira. Ele recebera "ordens superiores" para vasculhar todo o ginásio Caio Martins, onde Baby e Pepeu dariam um show. Lá, os policiais encontraram três gramas de maconha, uma quantidade pequena, insuficiente até para fechar um baseado*. Era uma *baga*. Depois do show, Baby, Pepeu e mais 150 "suspeitos" foram levados até a delegacia, sob forte aparato policial-militar. Arrou-se uma confusão.

Pepeu, Baby e seus fãs de Niterói foram detidos com base no Artigo 16 da Lei 6.368/76, a Lei Antitóxica ("adquirir, guardar ou trazer consigo para uso próprio substância tóxica"), que determina a prisão de quem fuma maconha ou, pelo menos, o seu tratamento em clínica especializada, contanto que o usuário declare-se *viciado*. No caso de Pepeu e Baby, a detenção acabou em nada. Depois de uma noite mal dormida e do constrangimento da prisão, foram todos liberados. Na maioria das vezes, porém, o Artigo 16 tem graves conseqüências sociais.

— Ele estigmatiza o mero usuário, etiquetando-o como *maconheiro* e ainda dificulta o combate aos grandes traficantes — diz o juiz e criminólogo Álvaro Mayrink, professor de Direito Penal Militar.

Mayrink, carioca de 43 anos, ficou famoso por absolver, em 14 de agosto passado, o jovem Luis Alberto Pessanha, de 18 anos, preso no Rio com um baseado. Na época, Mayrink — que imediatamente ficou famoso como "o juiz que liberou a maconha" — botou o dedo na ferida, afirmando que não se podia condenar um jovem por fazer algo que "é um hábito e um costume de toda uma geração".

De fato, proibida ou não, a maconha está cada vez mais difundida na sociedade brasileira. As pesquisas mais recentes estimam em 50% o número

de universitários brasileiros que fumam ou já fumaram pelo menos uma vez. Nas escolas de 2º grau, esse número é muito semelhante. Nos concertos e shows musicais, o consumo de maconha é tão grande que a polícia já se sente incapaz de reprimi-lo sem ter que, simplesmente, acabar com o espetáculo. Alguns de nossos mais famosos escritores, artistas, atletas e músicos fumam seus baseados. Editam-se livros, escrevem-se artigos e músicas sobre o assunto. A maconha já apareceu até nas novelas da Rede Globo.

Mesmo assim, existe muita imprecisão com relação aos dados estatísticos sobre o comércio e o consumo de maconha no País. "Fuma-se cinco toneladas por dia no Brasil e isso movimenta Cr\$ 25 milhões diários", disse o criminólogo Heber Soares Vargas ao jornal *Repórter*, em maio passado. "O consumo de maconha no Brasil já está em uma tonelada diária", garantiu o jornal *Movimento*, em agosto. "Existem, no mínimo, 30 milhões de consumidores de maconha no país", arrisca um ex-traficante.

— Todos esses dados são apenas suposições, *chutes*. Maconha é que nem hemorróidas: quem tem, não diz. Por isso é simplesmente impossível saber quantas pessoas fumam, qual é a tonelagem consumida e quanto isso movimenta em dinheiro. E, de qualquer maneira, nesse assunto, o melhor mesmo é manter o silêncio. Aliás, você sabia que é proibido por lei divulgar qualquer informação sobre a maconha? — pergunta o delegado gaúcho José Valnei Teixeira, um dos seis policiais brasileiros que, em julho de 1977, fez um curso de combate às drogas, em Washington.

* Baseado: cigarro de maconha contendo, geralmente, cinco gramas e que também é chamado de *baurete*, *bomba*, *charo*, *bala* e *tora*, entre outros.



Pedro Juan Caballero é uma cidade quente e poeirenta, que fica na fronteira do Paraguai com o Brasil, bem próxima a Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul.

É de lá que sai a maior parte da maconha consumida no Brasil, geralmente vinda de plantações que pertencem a militares paraguaios da reserva. É muito provável que lá se produzam mais de 20 toneladas de maconha por dia. Essa enorme quantidade é destinada aos grandes traficantes brasileiros, que se encarregam de distribuí-la pelo Centro-Sul do país.

A maioria destes grandes traficantes brasileiros — como, por exemplo, Luis Galeano de Oliveira, responsável pela distribuição de maconha em todo o Sul do Brasil — são conhecidos e perseguidos pela polícia. Mas continuam livres. Galeano, por exemplo, vive há dois anos em Curitiba e, em toda a sua vida, foi preso apenas uma vez.

Apesar disso, hoje em dia, as prisões por porte ou tráfico de drogas já estão em terceiro lugar no Brasil, perdendo apenas para roubos e furtos e homicídios ou tentativas de homicídio. Mas, afinal, quem é que vai para a cadeia por causa das drogas?



Em 1978, o jurista Heleno Fragoso, um dos maiores mestres brasileiros em Direito Penal, secretário geral da Associação Internacional de Direito Penal, resolveu procurar uma resposta para essa pergunta. Pesquisou, junto com vários auxiliares, uma centena de processos de sete das 23 Varas Criminais do Rio de Janeiro, para concluir que "a lei dos tóxicos tende a ser aplicada mais a certas pessoas do que a outras. Ou seja: os tóxicos são reprimidos de forma bastante diferenciada em função da classe social a que pertença o consumidor".

Segundo a pesquisa de Fragoso, as pessoas condenadas por porte ou uso de maconha são, em sua maioria, homens (96,2%) entre 18 e 25 anos, (65,7%), brancos (49,5%), solteiros (89,5%), católicos (93,8%), trabalhadores com carteira assinada (61%), com instrução primária (57,3%). Mais da metade dos processados (53,4%) morava nos subúrbios do Grande Rio e a absoluta maioria (81,2%) só confessou o delito diante de policiais. O dado mais significativo, no entanto, é a quantidade de maconha portata pelos indivíduos processados:

— A maioria dos processos refere-se a quantidades mínimas de maconha — diz Fragoso. — Em 50,2% dos casos, a quantidade apreendida é inferior a cinco gramas, um baseado apenas. Quase dois terços das pessoas processadas tinham menos de 20 gramas. Ou seja: 72,1% das prisões foram feitas pela apreensão de menos de 20 gramas e contra consumidores que portavam maconha para uso próprio. Somente 4,1% dos processos foram contra pessoas que tinham mais do que 500 gramas.

— Nós continuamos prendendo as pessoas que portam pequenas quantidades de maconha para uso próprio e aplicando o Artigo 16 da Lei Antitóxica, simplesmente, porque somos acomodados e conservadores e continuamos seguindo dogmas sem especulação científica. Quem fuma maconha o faz porque esse é um uso e um costume de sua geração. A lei atual simplesmente estigmatiza o mero usuário, etiquetando-o como *maconheiro*, o que tem graves conseqüências sociais — diz o juiz Álvaro Mayrink.

Apesar de ter sofrido "a reação violenta e imediata da classe conservadora" após absolver o jovem Pessanha, o juiz Mayrink continua disposto a lutar pela descriminalização da maconha.

— Chegou a hora de rasgarmos o véu da hipocrisia. Sei que se trata de um tema polêmico, face ao atual estágio cultural de grande parte da nossa população. Mas as transformações sociais exigem uma postura realista. É claro que não podemos esperar uma mudança radical imediata no comportamento judicial, mas pelo menos o Artigo 16 cairá brevemente. E esse já será um passo importante.

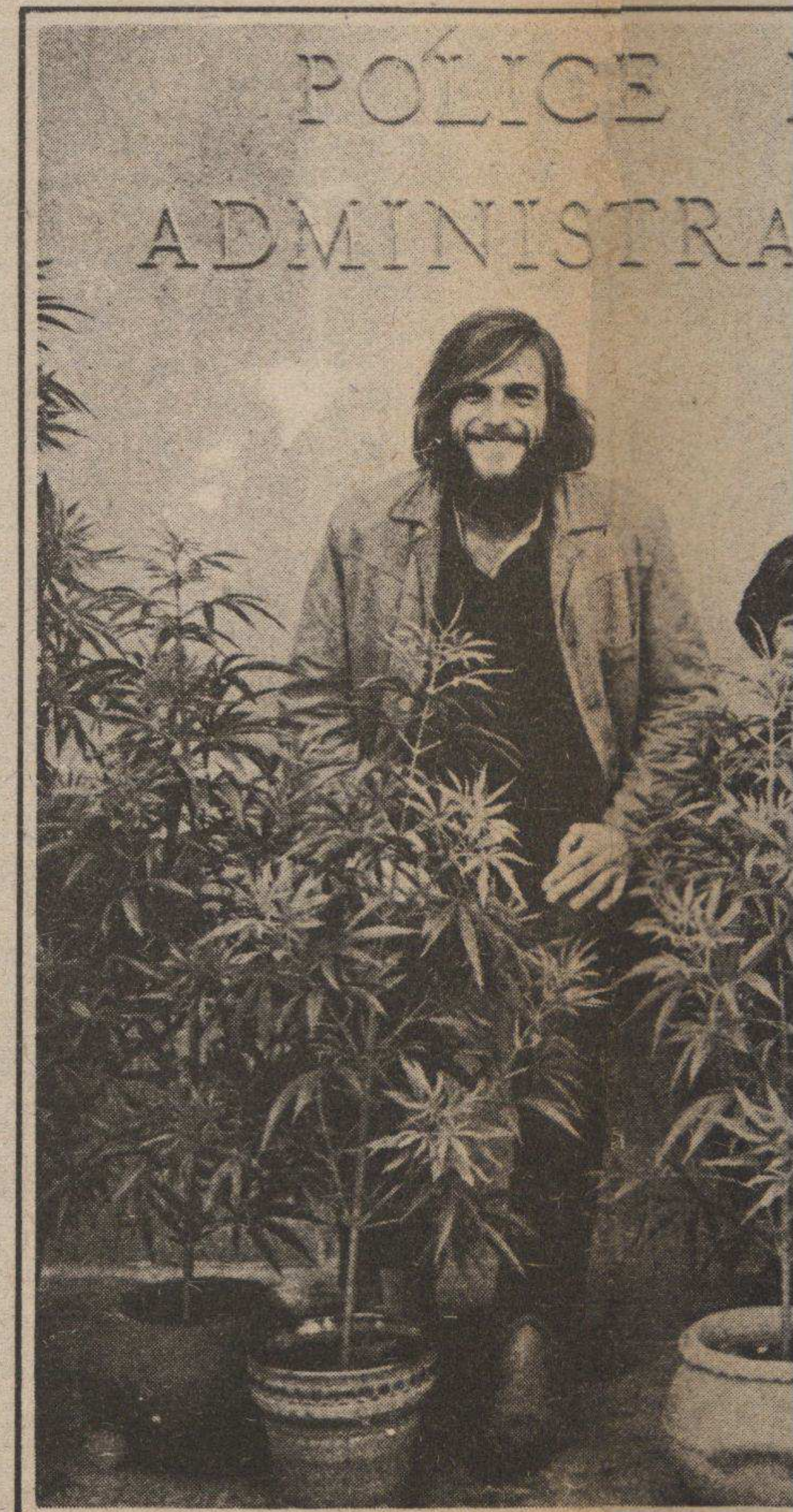
Mayrink acha que além de facilitar a repressão aos traficantes de drogas pesadas, diminuir a corrupção policial e "acabar com interesses de certa fatia da advocacia criminal", a descriminalização da maconha terminaria com mais uma farsa: a das clínicas particulares.

— Essas pseudoclínicas têm convênio com o Inamps e utilizam-se de seu rótulo para oferecerem custódia provisória no curso das ações penais e, no caso dos pseudoviciados, para dar atestado ao juiz de Execuções Criminais de que o paciente se encontra recuperado. É uma máquina montada que deve ser combatida.

Em Porto Alegre, existe uma clínica nacionalmente famosa no tratamento de toxicômanos e alcoólatras. É a Jellineck que fica na Rua Cabral, número 116. Especializada em atendimento psiquiátrico de urgência, a clínica mantém uma média de 15 a 20 pacientes por mês. A maioria deles são jovens entre 18 e 20 anos, internados por seus pais geralmente depois de terem sido apanhados pela polícia. O *Coojornal* ouviu o depoimento de seis ex-pacientes da Jellineck e todos eles denunciaram maus tratos, agressões e uma série de arbitrariedades durante o "tratamento".

— Se alguém quiser ver apenas os nossos erros, não terá muito trabalho: encontrará vários — diz o psiquiatra Renan Marsiaj de Oliveira, 28 anos, que, junto com Boris Nadvorny e Jorge Inácio Skewkies, dirige a clínica. — Mas eu acho que o importante mesmo é o nosso trabalho, as nossas tentativas e a dedicação no tratamento dos dependentes.

— Quando cheguei lá, eu estava completamente sóbria. Já havia percebido que a minha família pretendia me internar e, então, não bebi nada naquele dia — recorda V.L.B., de 49 anos, internada na Jellineck, por alcoolismo, no Natal de



A maconha começou a ser apreendida nos



Presidências e nos presídios brasileiros sobe cada vez mais o consumo da maconha



Baby e Pepeu: cantando "o hábito de toda uma geração"



Mayrink: botando o dedo na ferida

ermos o véu
ata de um
estágio cul-
população.
ais exigem
o que não
ança radical
judicial, mas
orevemente.
ante.

e facilitar a
drogas pe-
policial e
rta fatia da
riminalização
mais uma
es.

o convênio
e seu rótulo
ovisória no
o caso dos
estados ao
de que o
ado. É uma
e ser com-

uma clínica
tamento de
a Jellineck
ero 116. Esp-
psiquiátrico

ntém uma
por mês. A
tre '8 e 20
geralmente
hados pela
depoimento
eck e todos
s, agressões
s durante o

apenas os
trabalho: en-
riatra Renan
que, junto
nário Skew-
eu acho que
so trabalho,
dicação no

eu estava
a percebido
a me inter-
naquele dia
s, internada
no Natal de

1978. — Depois que os meus familiares assinaram a internação, fui levada para dentro da clínica. Atrás de mim fecharam-se várias portas. No quarto, o enfermeiro me disse: "Nós vamos amarrá-la". Eu disse que estava sóbria, mas ele disse que "era norma da casa". No dia seguinte, vi que praticamente, só havia jovens internados lá. Eram pessoas normais, só precisavam de amor. Estavam todos muito revoltados. Dei uma maçã para um deles, por debaixo da mesa. Fui descoberta e me amarraram por 24 horas na minha cama. Fiz as necessidades ali mesmo, presa. Aquilo lá é um horror... uma fábrica de loucos.

— Faz parte das ações dos dependentes de qualquer droga, principalmente dos dependentes da maconha, recusar-se a entender o seu próprio problema. Por isso, a maioria deles baixa contra a vontade, são relutantes — diz Marsiaj de Oliveira —. Claro que nós temos segurança na clínica. Mas é segurança médica, enfermeiros. Essa garotada que chega aqui está se afundando e não sabe. Nós temos que ajudá-los.

— Logo depois de internados, os dependentes mostram-se agressivos. Falta-lhes a droga e eles reagem com violência — continua o dono da clínica. — Já está provado que a maconha deteriora o sistema nervoso central. E o pior é que alguns indivíduos podem ficar dependentes dela até mesmo depois de terem fumado um único cigarro.

— Submetidos a uma repressão cada vez maior, os fumantes de maconha inevitavelmente endurecem também, e reagem de forma cada vez mais exacerbada e menos aceitante segundo o ponto de vista da normalidade dominante —

afirma o psiquiatra italiano Giovanni Jer-vis, em seu *La Ideologia de la Droga y La Cuestion de las Drogas Ligeras* (Anagrama, 1978).

Completando o diagnóstico do viciado em maconha, Marsiaj diz que, na prática, "não existe diferença entre a dependência física e a psíquica, apenas 5% das pessoas que usam álcool adoececem, com a maconha é justamente ao contrário. O cigarro também faz menos mal do que a maconha, ela causa a agressividade, a insônia, a impotência, problemas de relacionamento, perda de memória, leva a drogas mais pesadas e seus danos podem ser irreparáveis".

É claro que o uso da maconha não pode ser considerado inócuo. Mas, na verdade, os seus efeitos físicos são bastante limitados: ela aumenta a frequência do pulso, eleva a pressão arterial e reduz a salivagem. Já houve casos de reações agudas físicas e psíquicas em consumidores. As reações mais frequentes seriam náuseas (18,2%), mal-estar e vômitos (11,9%) e tontura (11,3%), segundo estudos dos psiquiatras americanos Joseph Berke e Calvin Hernton.

Mas de náuseas, vômitos e tonturas até lesões cerebrais, agressividade, impotência, danos irreparáveis e dependência, vai uma distância muito grande.

Já está provado, por exemplo, que a maconha não causa dependência física. Essa conclusão foi obtida pelos quatro relatórios mais sérios já feitos sobre o assunto: o relatório da *Comissão Indiana* (1894), o relatório *La Guardia*, da prefeitura de Nova York (1944), o relatório da *Comissão do Governo Canadense* (1970) e o relatório da *Comissão do Governo Americano*, o famoso relatório Nixon (1972). Quanto à dependência psíquica, esse termo nunca chegou a ser cientificamente definido. As pessoas podem ser dependentes psíquicas do automóvel, da leitura do jornal *New York Times* aos domingos pela manhã, ou até da televisão, por exemplo.

Que a maconha provoca lesões cerebrais é uma idéia que se difundiu nos

anos 30, também sem base científica. Em 1973, porém, o médico americano A. M. Campbell garantiu ter descoberto sinais de atrofia nos exames radiológicos dos cérebros de 10 consumidores. O problema é que esses 10 consumidores eram doentes hospitalizados, todos já haviam usado LSD, todos tomavam álcool, oito tomavam anfetamina, quatro tinham sofrido traumatismos cranianos e alguns já haviam provado morfina e heroína.

A maconha desperta a agressividade? O jurista Heleno Fragoso acha que "esse é um dos mitos mais facilmente derrubáveis com relação à maconha. Já está provado que seus usuários tendem à passividade e à introspecção". O juiz Álvaro Mayrink concorda. Para ele, "se isso fosse verdade, todos os internos das prisões brasileiras já teriam se matado entre si".

— A maconha é necessária para manter a paz nos presídios. Sem ela não há equilíbrio. Com maconha, o bandido se acalma e não comete desatinos — assegura o coronel Erasmo Dias, ex-secretário da Segurança Pública de São Paulo e hoje deputado pelo PDS paulista.

— Na verdade, a opinião de Erasmo ainda não é unânime — diz o jornalista Percival Souza, um dos maiores conhecedores dos principais presídios brasileiros, autor do livro *A Prisão*. — Atualmente, existem duas correntes entre os delegados e os diretores de presídios do Brasil. Discute-se se a maconha acalma ou se vicia os presos. Mas os dois grupos sabem que, na prática, é necessário fazer vistas grossas e permitir que ela circule em certas áreas do presídio. Porque, por um motivo ou por outro, os presos se comportam melhor quando há maconha.

Dentro do presídio, o tráfico obedece aos mesmos esquemas que vigoram na rua. O presídio tem grupos organizados de traficantes que se digladiam entre si. Tudo é dividido em zonas, áreas e setores, como acontece nas cidades. Cada traficante tem controle sobre uma determinada área e quando quer aumentar a sua zona de ação, expandir o seu mer-

CE DEPARTMENT
STRATION BUREAU



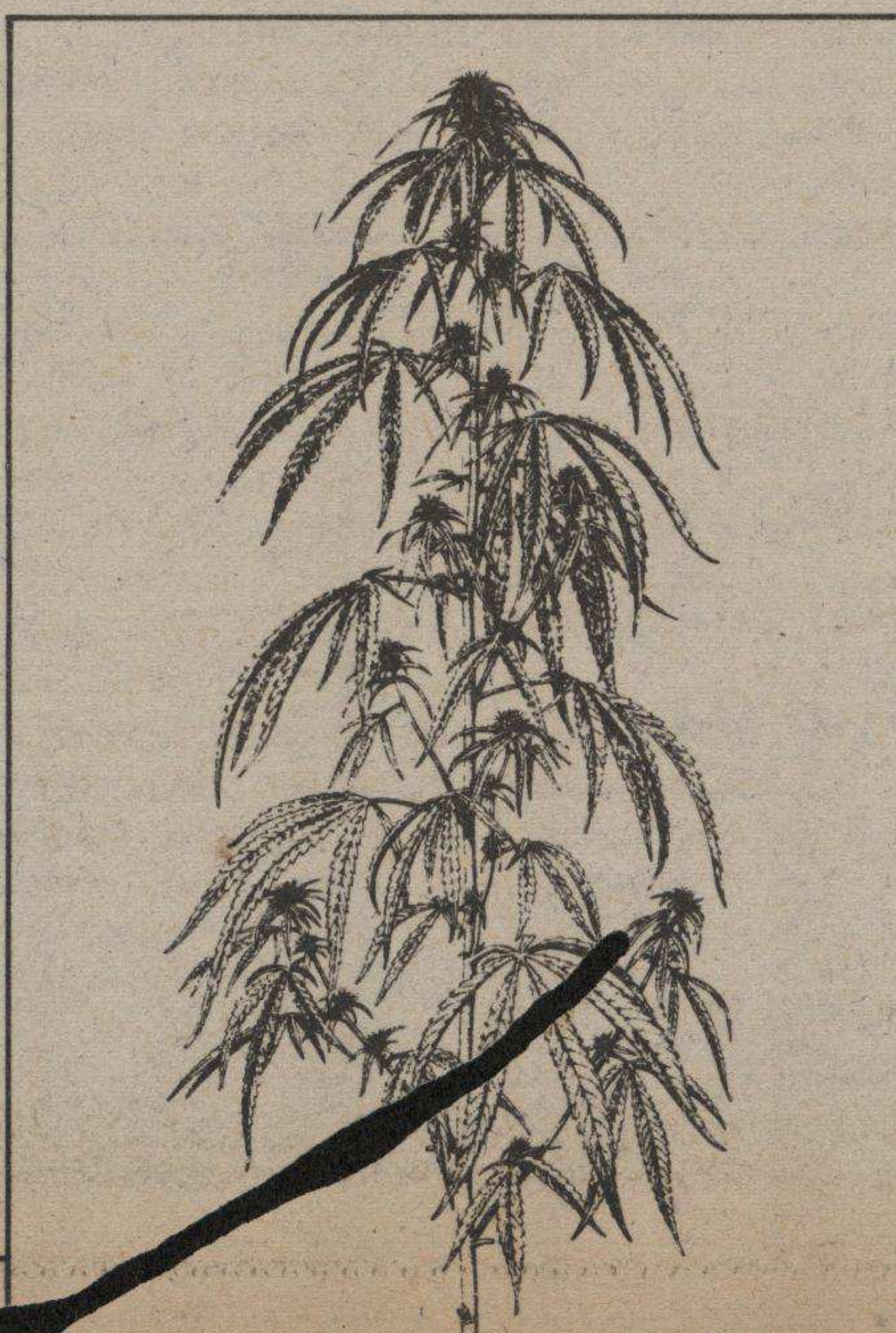
reendida nos Estados Unidos em 1937

As propriedades da planta, uma controvérsia antiga

Centenas de médicos e cientistas do mundo inteiro condenam seus efeitos, mas suas propriedades medicinais já foram catalogadas em mais de 40. Seu método de reprodução pertence a uma categoria, suas características estruturais a outra. Ela não é um sedativo, não é um tranqüilizante, não é um narcótico, não é um alucinógeno, não é um estimulante. Na verdade, a *Cannabis* é um paradoxo.

A controvérsia científica em torno da *Cannabis* é antiga e começa já nas tentativas para descobrir sua origem, já que a planta cresce livremente e em muitos climas. O mais provável, no entanto, é que ela seja natural das planícies da Ásia Central. Herbácea anual, com cerca de dois metros de altura, a *Cannabis Sativa* é uma espécie única, com duas variedades: *Cannabis sativa indica* e *Cannabis sativa americana*.

De oito em oito meses, a *Cannabis* floresce. Suas flores e inflorescências se cobrem de uma resina amarelo-dourada,



onde se concentra a maior quantidade de THC, o princípio ativo da maconha. Da planta, extraem-se três produtos de uso psicoativo: *chara*, ou secreções resinosas das extremidades florais, de onde sai o haxixe; *ganja*, ou as flores e inflorescências das plantas femininas; e o *bang*, a maconha propriamente dita, composta pelas folhas mais maduras, pelos galhos e pelas sementes. O haxixe tem uma concentração de THC de 14,3% e a maconha, no máximo, de 3,46%.

A química da *Cannabis* é complexa e ainda não foi totalmente compreendida. Em 1964, seus princípios ativos, os *cannabinóis*, foram identificados, mas não se conseguiu a sua síntese total antes de 1967. O princípio nitidamente mais ativo é o delta-9-tetra-hidrocanabinol, normalmente chamado apenas de THC. Mas não é correto comparar globalmente os efeitos do THC aos da maconha já que na planta existem 80 outras substâncias ativas ainda pouco conhecidas.

cado, acaba provocando brigas e muitas vezes até mortes. Dentro do presídio, a maconha custa mais caro do que fora, e como quase não existe dinheiro, a moeda para comprá-la são os cigarros comuns. Um cigarro de maconha, que os presos chamam de *bala*, pode valer, nos tempos de escassez, até um pacote inteiro de cigarros comuns.

A maconha não é nenhuma novidade na história do Brasil. Em 1560, com o início da cultura da cana-de-açúcar no Nordeste, o país passou a importar uma média de cinco a seis mil negros por mês, a maioria dos quais, bantus e sudaneses. Foram eles que introduziram a maconha no Brasil e, provavelmente, os primeiros a chegarem com ela nas Américas.

Ainda não se sabe como mas, logo depois de chegar ao Nordeste, a maconha foi imediatamente adotada por várias tribos indígenas. O conhecimento e uso de alucinógenos já era bastante comum entre os índios sul-americanos e a maconha, ao que parece, os agradou de imediato. Hoje, ela continua sendo usada diariamente pelos Guajajaras, da cidade de Alcântara; pelos Tembê, do Rio Gurupi; pelos Urubu-Kaapor, das nascentes do Rio Turiacá, todos no Maranhão; pelos Ramkojamekra, da fronteira entre Goiás e Maranhão; e pelos Xukuru-Kariri, de Palmeira dos Índios, em Alagoas, entre outros.

— Os Guajajaras e os Tembê trabalham de 10 a 14 horas por dia como remeiros nos Rios Gurupi e Pindaré, interrompendo o trabalho somente na hora de preparar as refeições, sempre deficientes. Por isso, uma ração de pinga e de maconha é indispensável e insubstituível para eles — explica o antropólogo Darci Ribeiro.

Segundo o depoimento de um Guajajara, dado ao jornal *Repórter* de maio de 1979, os mais velhos da tribo fumam "para pensar que ainda é antigamente". O jornal conclui que a maconha, pelo menos momentaneamente, "parece deixá-los em condições de igualdade com as grandes forças da natureza".

O Maranhão é o estado que mais produz maconha no Brasil. Calcula-se que de lá saem mais de 10 toneladas diárias de fumo, mas grande parte desta produção vai para o exterior, via Guianas. Desde o início do ano, a Polícia Federal apreendeu, no estado, 41 toneladas de maconha, um número que ela mesmo considera "insignificante". A maconha também é plantada com sucesso em Alagoas e nas margens do alto São Francisco, em Pernambuco. São fumos melhores do que o paraguaio, que abastece o centro do país.

A maconha começou a se espalhar pela parte *civilizada* do Brasil apenas por volta do final da década de 40. Os focos pioneiros parecem ter sido o *Bairro Chinês* e a *Bacia do Macuco*, em Santos, e os morros do *Pinto*, da *Formiga* e do *Esqueleto*, no Rio. Como em todos países ocidentais, nesta época, a maconha era fumada apenas pelos desvalidos: negros, portuários, prostitutas, operários. Em 1950, surge a primeira citação à maconha

na música popular brasileira, na canção *Chico Brito*, de Afonso Teixeira e Wilson Batista. Chico Brito era um valente do morro que "fez do baralho seu melhor esporte/dizem que fuma uma erva do norte".

— A verdade é que em 1954 fumava-se tranqüilamente em plena Rua da Praia e as pessoas nem imaginavam que cheiro era aquele — recorda Edílio Macedo, o *Nego Edii*, um ex-traficante que hoje, aos 45 anos, é líder comunitário e trabalha junto com deputados do PMDB, em Porto Alegre. — Nós fumávamos a cabeça de negro. Era só dar um pega que o pino já batia — relembra ele.

Conta o ex-traficante: "Quem vendia

era o *Adão das Coisa*, dono de um salão de sinuca que ficava ali na esquina da Rua Uruguai com a Rua da Praia, talvez o ponto mais movimentado de Porto Alegre. Ainda não havia repressão".

Foi justamente nessa época que surgiram os primeiros grandes traficantes brasileiros: os paulistanos *Fidalgo* e *Fidalguinho*, o santista *Arizinho* e mais *Baía Preto* e *Paraibinha*. Eles buscavam grande parte de sua maconha em Palmeira dos Índios, em Alagoas. Um quilo, na época, custava Cr\$ 6,00.

— Mas, em 1961, a festa acabou. A polícia rompeu com todos os acordos que tinha com os traficantes. A repressão foi implacável. *Fidalgo* e *Fidalguinho* foram

mortos, os outros sumiram. Eu sou apenas um remanescente, que agora mudou de vida — conta Edu.



Acontece que foi justamente em 1961, depois de uma campanha liderada pelos Estados Unidos e apoiada pelo Brasil, Gana e Venezuela, que a ONU decidiu incluir a maconha na categoria dos estupefacientes, colocando-a ao lado de substâncias com as quais ela não tem nenhuma propriedade fisiológica em comum.

Ainda em 61, o diretor Ruy Guerra chocou boa parte de seu público ao mostrar, no filme *Os Cafajestes*, Daniel Filho e Jesse Valadão fumando um baseado. Maconha era uma coisa que ainda estava muito distante da Zona Sul carioca. Mas por pouco tempo.

Nos anos seguintes, com a chegada dos discos dos Beatles, dos Rolling Stones e de Bob Dylan ao Brasil, a maconha começou a conquistar um novo público: uma elite intelectual, jovem e inovadora, disposta a seguir os movimentos surgidos nos Estados Unidos e na Inglaterra.

— No Rio, o início de tudo foi nas "dunas do barato", em fins de 1968, princípios de 69, num verão muito louco — recorda o jornalista carioca Nelson Motta, de 36 anos.

As "dunas do barato" eram, simplesmente, as areias deslocadas pelo canteiro de obras do mais tarde famoso pier de Ipanema. O pier, um superesgoto batizado assim em homenagem a um similar existente na Califórnia, começou a ser construído na primavera de 1968. No verão, os surfistas e suas "riponguinhas", as gatinhas da época, mudaram-se exatamente para aquele pedaço da praia, que ficava a uns 500 metros da Rua Montenegro. Um pouco mais tarde, o jornalista Luis Carlos Maciel, o cantor Jorge Mautner, a atriz Odete Lara e a cantora Gal Costa, entre outros, mudaram-se para lá.

Foi a partir de então que a maconha baixou dos morros para circular entre os livros de Herbert Marcuse, Allan Watts e outros ídolos da contracultura. O esgoto transformou-se no pier do "desbunde". Um "desbunde" que começaria a espalhar por todo o Brasil.

Somente a partir de 1968, o porte de substâncias tóxicas passou a ser punido no Brasil com as mesmas penas do que o seu comércio. Dias depois do AI-5, "trazer consigo para uso próprio" passou a ser um crime tão grave quanto traficar uma tonelada de maconha.

Em 1971, o DOPS começou a participar do "combate à maconha". Uma nota do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 15 de março daquele ano, explica que a medida foi tomada diante "da crescente preocupação do Governo Federal, que vê uma estreita relação entre a atividade de subversivos e o consumo de tóxicos".

— Na década de 70, houve duas categorias de acusação em muita evidência no Brasil: drogado e subversivo — diz o antropólogo Gilberto Velho. — Essas acusações eram feitas predominantemente a jovens, assinalando claramente uma fronteira etária e traduzindo a clássica situação onde uma geração mais velha tenta exercer controle social sobre uma mais jovem.

Subversivos ou não, o certo é que os universitários brasileiros começaram a fumar justamente no início da década de 70. Hoje, calcula-se que 50% deles já fumaram maconha pelo menos uma vez. Em outubro, no XXXII Congresso da UNE, em Piracicaba, a maconha penetrou definitivamente entre as lideranças estudantis. Nas ruas, surgiu uma faixa, "Welcome to the Land of Marijuana", que parece demonstrar uma mudança radical com relação às palavras de ordem anteriores, que condenavam a maconha por desviar do caminho da revolução.

— Eu pessoalmente não tenho absolutamente nada contra a maconha, pelo contrário. Mas também não acho que ela tenha qualquer componente revolucionário no contexto do movimento estudantil brasileiro — afirma Luis Travassos, 35 anos, presidente da UNE em 1968.

Nos colégios de 2º grau, os índices de

A história da Cannabis, da China às Américas



Há pelo menos 4.717 anos e maconha é conhecida pela humanidade. Sua primeira proibição legal, no entanto, tem pouco mais de um século. Entre um período e outro — nesses 4.600 anos intermediários — ela foi usada por imperadores e nobres chineses, monges tibetanos, conquistadores mongóis, tribos nômades da Ásia Central, mercadores árabes, negros africanos, tribos indígenas das Américas, filósofos, poetas e visionários brancos. É uma história quase desconhecida, que só pode ser traçada com a ajuda de registros esporádicos, quase casuais.

O primeiro registro histórico do uso da maconha é encontrado no herbário do imperador chinês Shen Nung, organizado em 2.737 A.C. Pouco mais tarde, levada por tribos nômades, a maconha chegou à Índia. Lá, ela começou a ser usada regularmente e em grande quantidade, já que se misturou à experiência religiosa dos *sadus*, os homens santos da Índia. Em 454 A.C. o historiador Heródoto descreve o seu uso na Assíria, Babilônia e na Scythia, uma região que ficava próxima à atual cidade de Odessa, na Rússia. Os Scythas, etnia nômade já desaparecida, costumavam "jogar as sementes da erva numa fogueira de pedras dentro de uma tenda. Forma-se então um vapor melhor do que em qualquer casa de banhos da Grécia. O vapor lhes limpa o corpo — já que eles nunca se banham na água — e lhes enche de alegria e satisfação".

A maconha só penetrou na cultura européia por volta de 1800, provavelmente trazida pelas tropas de Napoleão, depois da campanha no Egito. Mais tarde, em 1840, o poeta Charles Baudelaire e o escritor Alexandre Dumas, entre outros, fundaram o *Club des Hachichins*, no hotel Primodon, em Paris. Em 1879, o Egito torna-se o primeiro país a proibir a Cannabis. Um comunicado da época informa que "nunca poderá existir um Estado racional sem que o haxixe seja controlado. Seus fumantes só sabem sonhar".

— Nos países orientais, onde o uso da Cannabis é tradicional, a proibição é imposta por uma minoria da classe dominante, como forma de dominação. As elites destes países aceitam a ideologia ocidental e preferem difundir o uso do álcool — diz o psiquiatra Thomas Szasz em seu livro *A Fabricação da Loucura* (Zahar, 1978).

No início da década de 30, a maconha começou a ser combatida também nos Estados Unidos, numa campanha financiada pela Igreja Protestante e pelos mórmons. Lester Grinspoon, da revista *Scientific American*, explica que "na verdade, o que houve foi uma reação da



Um plantador da América Latina

população branca americana que considerava a maconha 'uma droga que não era de brancos', uma vez que ela só era fumada por negros, porto-riquenhos, mexicanos e índios".

Um Tax Act de 1937 proibiu definitivamente a maconha nos Estados Unidos, justamente quando o país iniciou a produção maciça de analgésicos e remédios sintéticos, forçando ou exigindo que a Cannabis fosse afastada das *Pharmacopéias* da maioria dos países ocidentais.

Sem maiores explicações científicas, a maconha passou a ser acusada de causar a loucura, a dependência, a criminalidade e as perversões sexuais. Tornou-se a triste e mundialmente famosa erva do diabo. O melhor retrato dessa época é o documentário *The Killer Weed* (A Erva Assassina), "ainda hoje apresentado em cineclubes americanos por sua irresistível comicidade", lembra o médico italiano

Giancarlo Arnao, de 54 anos, autor do brilhante *A Erva Proibida* (Brasiliense, 1980).

— A proibição da Cannabis, nos países ocidentais, efetivou-se sem a menor base científica, e seu verdadeiro objetivo foi transformar-se num instrumento de dominação social, utilizado contra uma minoria marginal — completa Arnao.

Na década de 40, a maconha continuou sendo usada com intensidade, principalmente pelos músicos de jazz. No início dos anos 50, ela começa a difundir-se entre a juventude. Essa história inicia com o movimento *beatnik*, de Allen Ginsberg e Jack Kerouac, se estende até o verão do amor, em 1968, na Califórnia, e chega ao festival de Woodstock, em agosto de 69. Em pouco menos de 20 anos, 35 milhões de jovens americanos decidiram fumar maconha. Hoje, o número de fumantes já chegou aos 43 milhões e eles são responsáveis pelo consumo de 65 toneladas diárias, segundo a revista *Time*.

Atualmente a ONU calcula que o número de fumantes atinge os 300 milhões. Fuma-se muito na África e na Ásia, principalmente no Marrocos, Egito, Argélia, Índia, Butão e Laos. O país americano que mais consome maconha, em proporção à população, é a Jamaica, onde o fumo mistura-se à religião *rasta*, praticada pela maioria da população. No México, na Costa Rica, na Colômbia, na Bolívia e no Brasil o consumo também é elevado.

O maior tráfico de maconha existente no mundo dá-se da Colômbia para os Estados Unidos. Até 1977, a maior parte da maconha fumada nos EUA vinha do México. Só quando as brigadas antidrogas americanas pulverizaram as plantações da Sierra Maestra com o herbicida *paraquat*, foi que o fumo mexicano saiu do mercado. Acabou substituído pelo colombiano, de melhor qualidade ainda. Calcula-se que 70 mil famílias colombianas trabalham nas plantações da província de Guajira, no norte do país.

Existem duas principais organizações mundiais que lutam pela legalização da maconha. A britânica CARO (*The Cannabis Action Reform Organization*), que ganhou notoriedade ao enviar, pelo correio, sementes de maconha a todos os membros da Casa dos Comuns da Inglaterra, e a americana NORML (*National Organization for Reform of Marijuana Laws*), uma das organizações mais atuantes do mundo, nessa área. Ela tem o apoio de um dos filhos de Robert Kennedy e *jingles* gravados pelo cantor Kris Kristofferson.

Luiz Heron Araújo
Olga Cavalheiro Araújo
Silvio Andriotti Silveira
Sandra Albuquerque

Advogados

Questões trabalhistas: defesa de empregados
Rua Andrade Neves, 159 cj. 114 fone: 24-8188

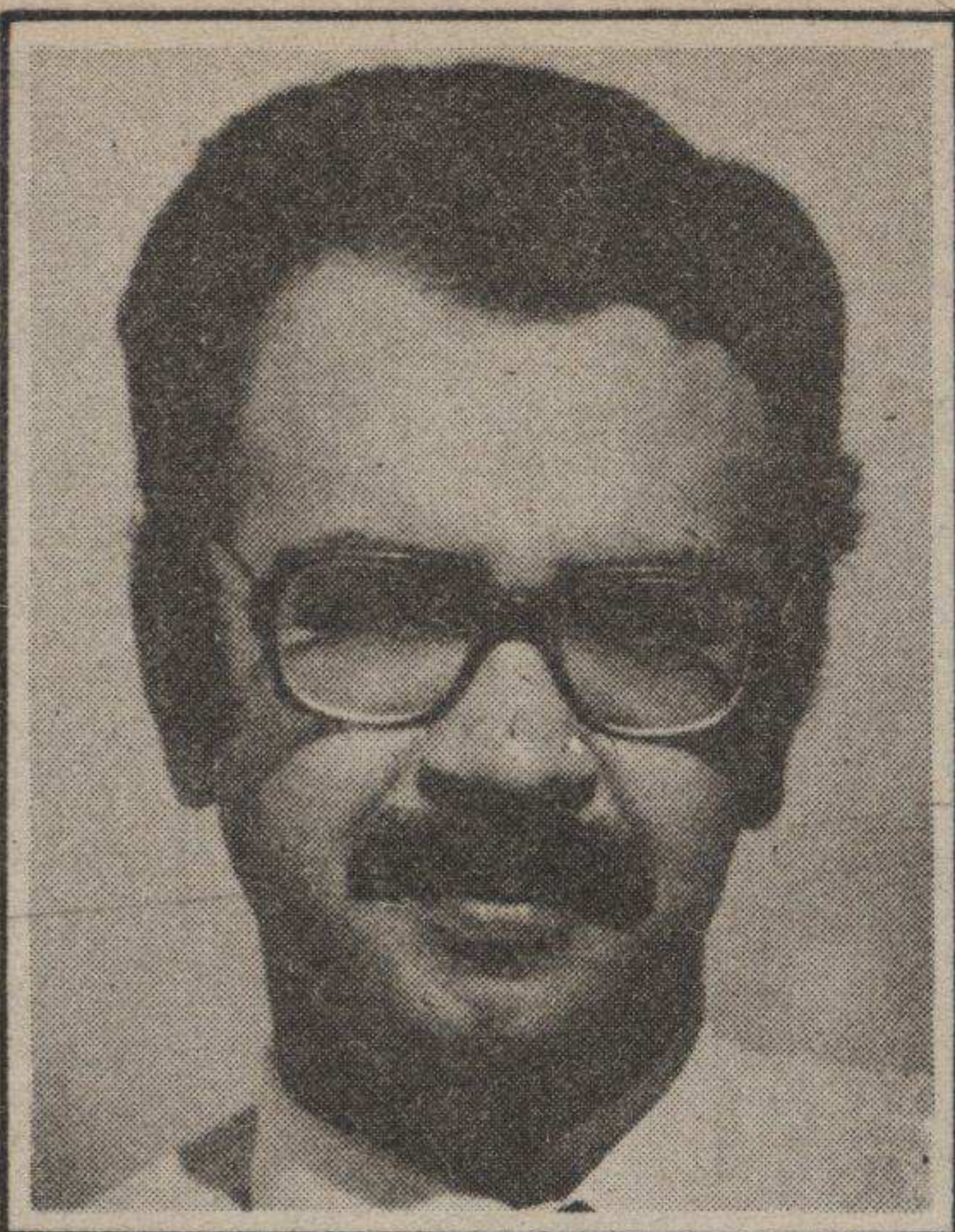
Mario Chaves
Carlos Franklin Araújo
Vera Lucia Kolling

ADVOCACIA DE EMPREGADOS

Andrade Neves, 155 conj. 35/36
fone: 24-3159 Porto Alegre



Eduardo Lavares



Irmo Celso Abri



O Clóbio



Caldas Junior



Eduardo Guimarães

Edu, Percival de Souza, Wilson Batista, Nelinho e Mário Sérgio: a maconha nas ruas, nas prisões, na música popular brasileira e no futebol

consumo também são altos. Uma edição da *Voz do Brasil*, de setembro de 1977, divulgou que entre os estudantes de colégios da Baixada Fluminense e da Zona Norte do Rio, "37 em cada 40 fumavam ou já tinham fumado pelo menos uma vez". Em outra pesquisa realizada no ano passado, pelo Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo, foram ouvidos seis mil estudantes de segundo grau. Mais de 500 eram consumidores habituais.

No primeiro semestre de 79, os formandos em Medicina pela UFRGS, Flávia Aspesi, Albert Brasil, Guilherme Leite, Fernando Oliveira, Angela Papaleo e Hamilton Wagner fizeram uma pesquisa entre 1.026 alunos de segundo grau que estudam em Porto Alegre. Concluíram que 16,37% desses alunos tiveram contato com drogas, a maioria deles (77,4%) com maconha. A idade média dos alunos que usam tóxico habitualmente é de 17 anos e meio.

— Nossa pesquisa apontou uma porcentagem de 16,37% de alunos que já usaram drogas. Mas, na verdade, esse número deve ser mais elevado, chegando, no mínimo, aos 25% — diz Alberto Brasil, um dos pesquisadores. — Acontece que nós pudemos constatar que a rigidez de certas escolas e a presença do professor na sala de aula, durante a pesquisa, interferiu substancialmente na exatidão das respostas. Mas a maconha não está restrita

apenas aos colégios e às universidades, às praias aos morros do Brasil. É difícil imaginar, mas alguns de nossos principais atletas amadores e profissionais fumam maconha. E isso não impede que eles consigam ótimos resultados; alguns até beiram os recordes mundiais.



No futebol brasileiro, a presença da maconha não se restringe às arquibancadas, onde, a cada ano, ela é cada vez mais consumida. Nas concentrações, nos vestiários, antes dos jogos e treinos, muitos jogadores dão pelo menos um pega. Conta-se que até entre os gloriosos tri-campeões do México era possível formar um time inteiro de fumantes.

— Quando saiu da seleção, João Saldanha disse que iria dedar "uns quatro ou cinco maconheiros" no plantel — relembra um repórter com mais de dez anos de cobertura esportiva. — Mas naquele grupo havia quase um time inteiro de fumantes: Ado, Carlos Alberto, Brito, Joel Camargo e Marco Antônio; Clodoaldo e Paulo César; Jairzinho e Edu. Nessa época, Pelé ainda era *careta*, mas depois que se mudou para os Estados Unidos, andou dando *uns peguinhas*.

— O problema é que as pessoas costumam associar a maconha com descondição física, com saúde precária. Mas não é nada disto. Eu conheço vários jogadores que fumam e jogam muito bem. E não são um nem dois, são vários — diz o ponteiro Mário Sérgio, de 30 anos, do Inter. — O verdadeiro problema não é o físico nem mental, e sim o preconceito da sociedade brasileira com relação à maconha. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Marinho me disse que os jogadores normalmente fumam antes das partidas. Você já imaginou se isso acontecesse aqui no Brasil? O que a imprensa não faria se um jogador admitisse publicamente que fuma maconha? Acabaria com a carreira dele, certamente. Por isso, quem fuma não abre o jogo. Procura um cantinho no vestiário, faz a cabeça e entra em campo, como um jogador que eu conheço que hoje está no Paraná. Numa boa, sem problemas.

Quantos jogadores fumam atualmente no futebol brasileiro? É impossível saber. Mas não são poucos.

— De ouvir falar, no mínimo, uns 100 queimam seu fuminho — conta o lateral Nelinho, de 30 anos. — Mas a gente nunca pode confiar naquilo que ouve falar. Eu pessoalmente só conheço três jogadores que fumam, e fumam bastante. Um deles jogou comigo no Cruzeiro, depois foi para o Nordeste e, mais tarde, para o Santos. É um dos melhores laterais que eu conheço. Outro, encontrei recen-

Receitas originais



A culinária da *Cannabis* se originou na Índia, há muitos séculos. E lá, ainda hoje, preparam-se centenas de pratos requintados e exóticos, que se modificam nas diferentes regiões do país. São receitas sofisticadas, feitas principalmente à base de *ganja*, as inflorescências das plantas femininas. A *ganja* é servida desde em forma de pudins e doces até em pratos quentes salgados, recheios, molhos e refrescos.

Nos Estados Unidos e na maioria dos países ocidentais, por outro lado, a culinária da *Cannabis* restringe-se aos tradicionais *brownies*, bolos de chocolate com maconha, muito fáceis de fazer. Buscando atingir um público mais exigente, e disposto a diversificar ainda mais a já cosmopolita culinária americana, William Daniel Drake Jr., no seu completíssimo *The Connoisseur's Handbook of Marijuana*, selecionou algumas das mais famosas receitas indianas.

A *Cannabis* pode ser a base de pratos deliciosos "principalmente graças a seus óleos e resinas aromáticas", diz Drake, alertando que ela não deve ser usada simplesmente como um tempero ou uma erva, e sim como "uma essência condimentada". A seguir, alguns exemplos mais simples da *Cannabis Cookery* organizada por Drake:

BHANG — uma bebida para os dias quentes de verão.

Ingredientes: Maconha (20 gramas), sementes de papoula (sete gramas), pimenta (sete gramas), gengibre (três gramas), sementes de pepino (sete gramas), seis amêndoas médias, uma pitada de cravo-da-índia, uma pitada de canela, uma pitada de gergelim, uma pitada de noz-moscada, açúcar (250 gramas) e leite (meio litro).

Modo de Preparar: Esquente um pouco de água numa panela. Tire do fogo e, com a água ainda quente, amasse a maconha dentro da panela por uns cinco minutos. Essa operação deve ser feita vigorosamente para que a maconha trans-

fira seu gosto à água. Depois de alguns minutos, remova a maconha, seque-a e deixe a água de lado. Tire todos os galhos e sementes nesse ponto. Coloque a maconha num moedor ou pilão e transforme-a numa pasta, acrescentando leite gradualmente, junto com todos os outros ingredientes, menos as sementes de papoula e de pepino e o açúcar, que devem ser deixados separados. Quando todos os ingredientes estiverem transformados numa pasta, ponha de lado. Repita o mesmo processo com as sementes de papoula e pepino adicionando tanto leite quanto for necessário. Quando todas as sementes virarem uma pasta, ponha de lado. Deve ter sobrado um pouco de leite. Bote as duas bolas de pasta no leite que sobrou, misture bem e coe através de um pedaço de algodão fino. Jogue fora o que ficar no tecido. Adicione açúcar, dissolvendo-o bem. Coe novamente e jogue fora as sobras. Adicione leite para obter consistência e tempera de acordo com o seu gosto com a água que sobrou. Ponha na geladeira e sirva quando estiver bem frio, preferencialmente antes das refeições.

MAJUN — uma sobremesa, que também pode ser um lanche.

Ingredientes: Maconha (60 gramas), cravo-da-índia (duas pitadas), sementes de papoula (30 gramas), canela (14 gramas), manteiga (28 gramas) e açúcar-mascavo.

Modo de Preparar: Misture a maconha e a manteiga e deixe descansar por algumas horas. Ponha o açúcar-mascavo numa caçarola e dissolva-o na água até que vire uma calda grossa. Leve ao fogo e cozinhe-o até o ponto *fió*. Adicione todos os ingredientes, menos a maconha e a manteiga e continue a cozinhar até que a mistura comece a endurecer. Tire do fogo e misture com a maconha e a manteiga acrescentando uma colher de chá de água mineral com gás. Você pode acrescentar também as suas frutas secas prediletas nesse ponto. Ponha a mistura, depois de cozinhá-la rapidamente, numa superfície untada, de preferência mármore, e comece a virá-la e esticá-la até que ela se transforme numa camada fina. Deixe esfriar e quebre em pedaços, como uma rapadura.

CHURUN — Uma verdadeira refeição.

Ingredientes: Maconha (40 gramas), bolachas de água e sal picadas (60 gramas), sementes de papoula (sete gramas), canela (sete gramas), cravo (sete gramas), pimenta (sete gramas), amêndoas (sete gramas), gengibre (sete gramas), coco ralado (40 gramas), arroz integral assado (40 gramas), arroz integral cozido (40 gramas), açúcar (80 gramas) e manteiga (80 gramas).

Modo de Preparar: Misture maconha e manteiga numa panela, e esquente levemente por meia hora; depois coe e jogue fora o que sobrar. Misture todos os ingredientes, menos o coco ralado e o açúcar, e frite-os até que estejam quase torrados. Remova da caçarola e moa até que tudo se transforme num pó fino. Misture o molho de manteiga e maconha com o açúcar e misture com todo o resto. Adicione o coco ao molho. Misture todos os ingredientes, deixe esfriar e sirva.

Gomercindo Lins Coitinho
Ana Maria Funck Scherer
ADVOGADOS

OAB/RS 2743 CPF 000.420.480

Rua Gen. Andrade Neves, 155
sala 131 telefone:
24-2889 e 24-2300 Porto Alegre

Tarso Fernando Genro OAB 5627
Luis Ulysses de Pauli OAB 7819

Advocacia Trabalhista de Empregados

Vig. José Inácio, 368 cj. 503
De segunda a quinta das 17:00 às 19:00 horas.
fone: 25-5996

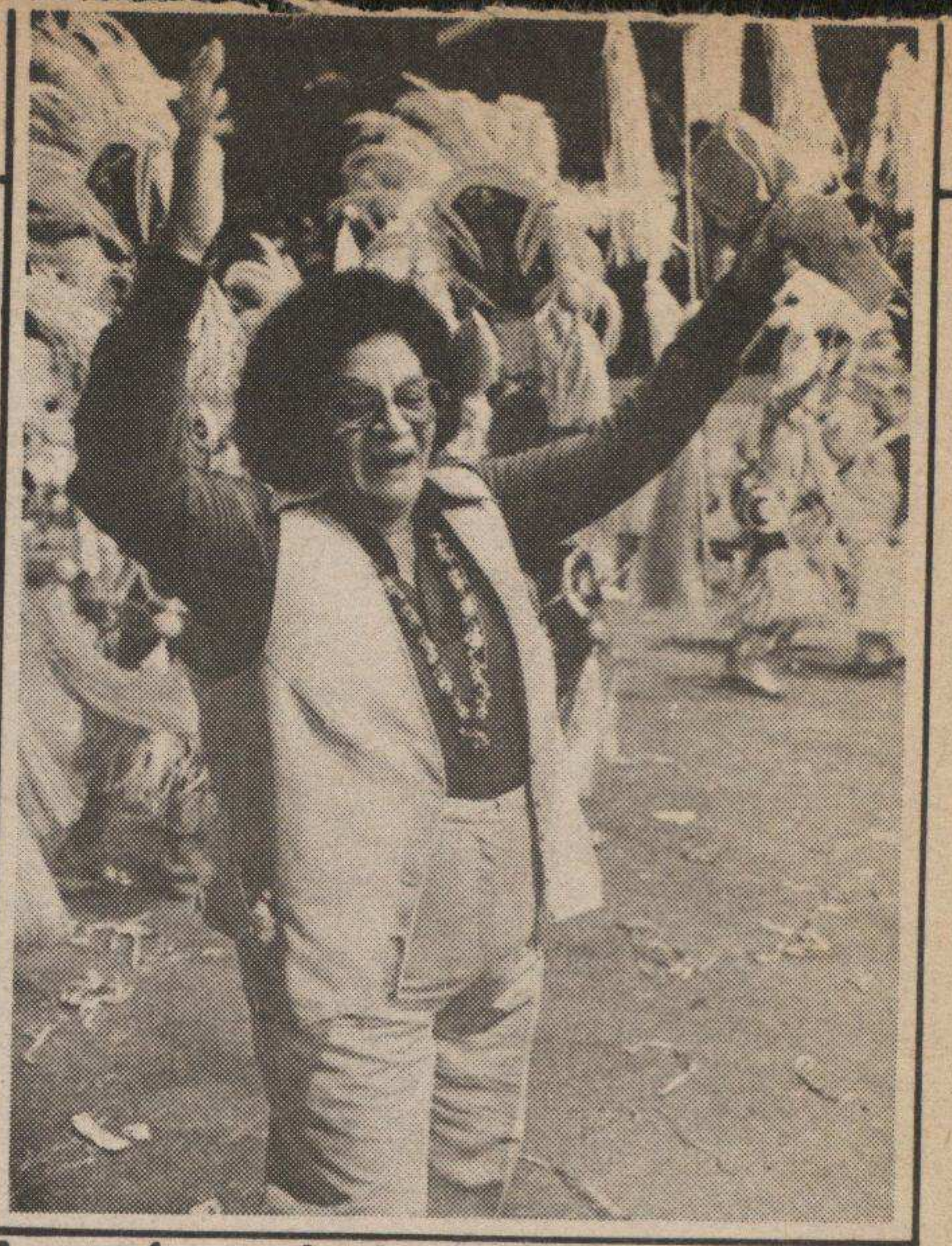
ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

RADIO UNIVERSAL FM STEREO

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".



O Globo
Aracy: fumando desde os 12 anos

temente na Venezuela: continua fumando e marcando gols. Se é possível jogar depois de fumar? Bem, disse eu tenho certeza que sim, pois esses meus amigos fumavam e entravam em campo para jogar uma bola que vou te contar... redondinha.



É entre os artistas da música popular brasileira, porém, que a maconha parece estar mais difundida. Somente 18 anos depois de Chico Brito, porém, é que ela voltou a ser citada na MPB. Foi na canção *Fumacê*, gravada pelos *Golden Boys*. Quem não se lembra da letra? "Que fumaceira tá saindo do lado de lá/Tem alguém queimando coisa/Tá botando prá quebrar/Hê, hê, hê, fumacê/Ha, ha, ha fumaça". Muito antes, no entanto, alguns músicos brasileiros já fumavam.

— Mas quem introduziu de fato a maconha na música popular brasileira foi a Araci de Almeida — diz o cantor e violinista Jorge Mautner. — Em 1959, ela já fumava bastante. Em 60, seu carro caiu numa batida policial em Copacabana. Ela tirou um baseado do bolso, acendeu, desceu do carro, soltou uma baforada na cara do tenente e disse: "Eu sou a Araci de Almeida. Fumo desde os 12 anos. Qual é o problema?". O tenente mandou abrir a barreira e Araci foi embora, sorridente.

Em 1972, quatro anos depois de *Fumacê*, surgiram várias alusões à maconha na MPB. Na capa do disco *Sonhos e Memórias*, de Erasmo Carlos, há uma foto de um cinzeiro com dois baseados e Erasmo reinterpreta o velho sucesso de Roberto Carlos *É Proibido Fumar*. No mesmo ano, os Novos Baianos lançaram *Acabou Chorare* com a foto de alguém fumando um baseado, e Rita Lee gravou *Vamos Tratar da Saúde*. A letra: "Que tal um xá, xá, xá/prá gente se achar/Vamos tratar da nossa saúde".

Nunca houve tantas citações à maconha como em 1980. E o festival da TV Globo encarregou-se de transmiti-las para todo o Brasil. *Nostradamus*, de Eduardo Dusek, *Rasta Pé* de Jorge Alfredo e Chico Evangelista e a proibidíssima *O Mal é o que Sai da Boca do Homem*, de Pepeu e Galvão. Também neste ano, o conjunto *Exporta Samba*, no LP *Reunião de Bacana*, gravou a bem humorada *Mato Queimado*:

"Tá um cheiro de mato queimado/ Tem alguém mato queimando.../ Vagabundo respirava fundo e dizia: Meus Deus, que incêndio legal..."

Bem menos humorada foi a proibição de *O Mal é o que Sai da Boca do Homem*, depois que a música já havia vendido mais de 50 mil cópias, entre fitas e discos. A iniciativa de proibir o sugestivo estribilho, "você pode fumar baseado", partiu do curador de menores do Rio de Janeiro, Carlos Mello, o mesmo que, um mês antes, banuiu das bancas a revista *Erótica*. *O Mal é o que Sai da Boca do Homem*, frase tomada do profeta bíblico Isaías, foi proibida no dia 10 de outubro, quando já era um enorme sucesso no Brasil inteiro. Pepeu e Baby, os intérpretes e mais o letrista Galvão, estão respondendo processo sigiloso, acusados de incitação ao vício. A música, porém, continua sendo cantarolada por milhares de pessoas em todo o Brasil.



A orientação de Puebla e Medellin não vale para o Colégio Anchieta

Pais em guerra contra jesuítas

A Companhia de Jesus, ordem religiosa dos padres jesuítas, já enfrentou muitas perseguições em todo o mundo. Foi até expulsa do Brasil, em 1759, porque os padres não quiseram abandonar os índios das reduções no Rio Grande do Sul, conforme desejo do marquês do Pombal, que também temia a influência dos seguidores de Inácio de Loyola na religião e na política de Portugal.

Também foi expulsa da França (1764), da Espanha (1767) e até suprimida, em 1773, pelo papa Clemente XIV. Em todas estas ocasiões, segundo os historiadores, os motivos das perseguições foram semelhantes: novidade de ação e postura, influência junto aos poderosos e, principalmente, métodos missionários de assimilação, abertos à inovação que faz chegar mais rápido ao objetivo pretendido.

Não é possível comparar, em extensão e importância, mas os jesuítas do Colégio Anchieta, de Porto Alegre, estão enfrentando uma campanha que, se não é igual às suportadas por seus antecessores tem, ao menos, motivos parecidos. Pais de alunos começaram a considerar avançadas demais as idéias divulgadas nas aulas de religião do colégio, dizendo que divulgavam teorias marxistas. Contam que os filhos começaram a chamá-los de *burgueses* e a perguntar como conseguiam pagar um colégio de Cr\$ 5 mil por mês, possuir dois ou três automóveis, viajar uma vez por ano à Europa, enquanto outras pessoas, nas vilas que visitaram, mal tinham alguma coisa para comer.

MEDELLIN E PUEBLA

Houve pais que não gostaram destas colocações. Liderados por Sonilton Alves, diretor do curso Yazigi, Luiz Mandelli Filho, industrial, Nelson Oscar de Souza, desembargador, e Marcelo Magalhães, advogado do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, tentaram fazer a escola mudar a orientação e exigiram a demissão de alguns professores leigos.

Os jesuítas não aceitaram. Argumentaram que seu ensino religioso está de acordo com a Companhia de Jesus e baseia-se nos ensinamentos da Igreja no Concílio Vaticano II, nas reuniões de Medellin e Puebla e nos documentos do papa João Paulo II. Para estes pais, no entanto, o que ocorre no Anchieta "é o mesmo que ensinar nazismo numa escola israelita", segundo Sonilton Alves.

Os pais contrariados se mobilizaram, fizeram convocações através da imprensa e de listas que correram o estado (uma chegou até em Livramento, a 500 quilômetros de Porto Alegre), e realizaram uma assembléia, dia primeiro de setembro, na capela do colégio. Estavam presentes cerca de 600 dos 2 mil e 500 pais de alunos. Foi, na impressão do médico Marcello Bidart da Silva, uma "assembléia intolerante", pois só podiam falar os acusadores da escola.

O diretor, padre João Roque, "foi ofendido publicamente, humilhado, desrespeitado, e tudo suportou resignadamente, sem que por seu rosto pas-

COMUNISTA!



sasse um sinal de contrariedade ou aborrecimento", lembrou depois o médico. "Pais que tentaram concordar com o ensino religioso e apoiar a direção enfrentaram vaias, apupos, gritos de indignação, verdadeiras manifestações histéricas surgiram de todos os lados, dificultando e até impedindo a livre manifestação destas pessoas".

O histerismo surpreendeu o secretário da Educação e Cultura, José Mariano Beck, que já teve seis filhos no Anchieta — hoje dois continuam lá. Até hoje diz não entender a exaltação daquele dia "e muito menos a atitude de

uma jovem e bela senhora, que todos os dias freqüenta as páginas sociais dos jornais, que corria de um lado para outro, de casaco de vison e dedo em riste, dizendo que tudo era obra de comunistas".

Naquele dia, mesmo sob vaias, o padre João Roque conseguiu explicar que a orientação religiosa busca oferecer aos alunos o que os bispos latino-americanos denominaram "educação evangelizadora" e que alguns pais haviam extraído textos e frases isoladas do material discutido em aulas, com as evidentes distorções que isto causa.

A solução da assembléia foi formar uma comissão, sem a participação de pais favoráveis à escola, para negociar com a direção uma mudança no ensino religioso. Os reclamantes encaminharam um relatório de suas acusações ao cardeal Vicente Scherer que, por sua vez, levou-o a Roma, entregando uma cópia ao órgão da Santa Sé que cuida do ensino, e outra ao padre Arrupe, superior geral da Companhia de Jesus. Ao mesmo tempo, nomeou o bispo-auxiliar dom Antonio Cheuiche mediador entre os pais e a escola.

NO DOPS E NO EXÉRCITO

O fim do ano letivo deixou o assunto em *banho maria*, mas ele pode voltar a explodir em março. O diretor, padre João Roque, garantiu que a orientação religiosa dificilmente mudará, pois "quando o colégio afirma que está decidido a continuar a sua missão, propondo que todos abracem a opção preferencial pelos pobres, não abrindo mão desta linha traçada, entende estar em perfeita consonância com a orientação da Igreja e da Companhia de Jesus".

Sonilton Alves, no entanto, replica que o fim do ano letivo não significa "o fim da luta". Para isto, mostra que a comissão de pais preparou um relatório, com duas mil cópias, que está sendo enviado a todos os colégios católicos do país, autoridades e entidades, denunciando a orientação do Anchieta. Órgãos de segurança — Dops, Polícia Federal e III Exército — foram também alertados pelos pais descontentes.

José Mariano Beck garante que tudo não passa de uma campanha contra os jesuítas em geral que "estão voltados para o estudo das questões de reforma das estruturas sociais, não apenas no Brasil como em todos os países subdesenvolvidos". Ir contra o Anchieta, diz, é opor-se à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que está tentando pôr em prática os ensinamentos de Medellin e Puebla.

JOSÉ VIEIRA DA CUNHA

As versões de cada jornal

As discussões sobre a orientação do ensino no Colégio Anchieta tiveram uma cobertura quase diária dos jornais de Porto Alegre e do centro do País. No entanto, os pais que ficaram ao lado do colégio queixam-se hoje de uma excessiva parcialidade nesta cobertura. A exceção foi o diário *Zero Hora*, segundo o professor Demétrio Neto, que procurou sempre dar a versão dos dois lados.

Os jornais da Companhia Jornalística Caldas Jr. — *Correio do Povo* e *Folha da Tarde* — deram maior destaque e espaço aos pais que eram contra o ensino do Anchieta. Dois de seus colunistas — Hilário Honório, na *Folha*, e Pasqualini, no *Correio* — escreveram várias vezes que o Anchieta era um antro de marxistas e pediram, no mínimo, a cabeça de alguns professores. Honório chegou a afirmar, em sua coluna, que professores do Anchieta já tinham escolhido as árvores na Praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre, em que seriam enforcados os pais *burgueses*.

Outros dois jornalistas da empresa, que procuraram mostrar a questão sem radicalismo — o chargista Sampaolo, que fez um desenho glosando o conserva-

dorismo dos pais, e o cronista Sérgio Jockymann, que criticou o patrulhamento ideológico descabido — ficaram sabendo que seus trabalhos não tinham agradado à direção.

O *Correio do Povo* publicou várias vezes notícias sobre o movimento dos pais contrários à direção da escola, mas não aceitou publicar, como notícia, a nota em que esta desmentia as acusações e procurava esclarecer as linhas mestras do ensino aplicado. Para que sua nota fosse publicada, a escola pagou mais de Cr\$ 50 mil ao jornal. O Centro de Professores também quis divulgar uma nota, aprovada por unanimidade de seus membros, dando irrestrita e integral solidariedade à escola, e só pôde fazer isto pagando Cr\$ 18 mil ao *Correio*.

Os alunos também elaboraram uma nota de apoio aos jesuítas, que foi remetida duas vezes ao *Correio do Povo*, sem sucesso, segundo informação que um grupo de alunos prestou aos deputados, na visita que fizeram à Assembléia Legislativa.

O principal jornal da Companhia Jornalística Caldas Jr. também publicou, várias vezes, na sua seção de notas

Diversas destinada a avisos gratuitos, apelos aos pais "descontentes" com a orientação religiosa para entrarem em contato com os líderes do movimento. E o *Correio* permitiu que uma nota da direção do Anchieta, que ia ser publicada como matéria paga, fosse lida antes por um dos membros do movimento contestatário. Resultado: na mesma edição do jornal saiu a matéria paga e, logo abaixo, um artigo assinado pelo desembargador Nelson Oscar de Souza, criticando o que estava exposto acima...

Jornais nacionais como o *Jornal do Brasil* e o *Estado de S. Paulo* também se ocuparam do assunto por "especial recomendação de suas direções. As primeiras matérias, contando a história, procuraram ser imparciais, mas o *Estado*, depois, começou a publicar quase diariamente pequenas matérias só com a versão dos contrários à escola. No fim de novembro noticiou inclusive que a direção da escola iria mudar sua orientação. A direção negou qualquer crédito à notícia.

J.V.C.

DILMA DE SOUZA

OAB 4045

CPF 077642350/91

Direito de Família
Sucessões
Direito do Trabalho

R. Andrade Neves, 155/92
F. 25.3408

Lia Colossi
Advogada

CAUSAS CÍVEIS

OAB 11.505 Seção RS
Dr. Flores, 106 Conj. 812
F. 25.0509

RONALDO MOREIRA BRUM
PSIQUIATRA

CREMERS 2773
CPF 004705460/34

Dr. Flores, 106 Conj. 812
F. 25.0509

Omar Ferri
Advogado

OAB 2406 CPF 004117520
Uruguai, 155 cj. 1306
fone: 25-4119
Horário: 10 — 12hs
16,30 — 18,30 hs.
Porto Alegre RS

Cantando a mulher

Por CÉLIA ÁLVARES

As mulheres dominam o mercado do disco: calcula-se que só em 1979 cerca de 30 cantoras foram lançadas pelas gravadoras, nas águas de uma nova tendência, a da valorização das vozes agudas. Emergiram subitamente do anonimato Marina, Zizi Possi, Olívia, Joanna, Leci Brandão, Elba Ramalho, Amelinha, Fátima Guedes, Ângela Ro Ro. E está em preparo outra fornada: Gilberto Gil faz músicas para Lúcia Turnbull, a RGE investe em Sandra Sá. Leci Brandão, que vem da primeira metade da década de 70, não dá sinais de cansaço; pelo contrário, seu último LP, "Essa tal criatura", deverá superar a vendagem dos quatro anteriores, somada.

Leci bem que poderia ser a madrinha de cantoras/compositoras como Marina, Joanna e Ângela Ro Ro; foi a primeira a falar em suas músicas de paixões até então inconfessáveis, muito antes de Ângela, por exemplo, declarar que *também* gosta de homens.

Nenhuma delas parece destinada a experimentar as vicissitudes de um longo período no limbo das cinco mil cópias anuais de LPs vendidos: em pouco mais de um ano, Joanna chegou aos 250 mil discos, o que lhe valeu um disco de ouro. Gal Costa precisou esperar 12 anos por um, e Simone, sete anos.

A gravadora de Ângela Ro Ro, a Polygram, tem uma equipe de divulgadores trabalhando exclusivamente para a nova estrela. Fotos de Marina em *collant* ou com um minivestido espalham-se pelas lojas de discos, e músicas suas são gravadas, quem diria, por Gal, enquanto Maria Bethânia canta *Gota de sangue*, de Ângela. Zizi Possi, aquela voz em dueto com Chico Buarque em *Pedaço de mim*, consegue hoje um prodígio: seu novo disco não interrompeu a vendagem do anterior, que continua sendo consumido regularmente.

À primeira vista, elas parecem um grupo homogêneo, algo como uma frente unida feminina. Na verdade não são; divergem em muitos pontos, a começar pela maneira como encaram o rápido sucesso. Marina rejeita o que chama de "roda viva das compositoras novas" e diz que prefere trabalhar muitos anos, como Rita Lee, para alcançar o reconhecimento. Já Joanna acredita ter chegado "um pouquinho" próximo da perfeição.

E quanto à explicação para a repentina ascensão feminina na música popular? É surpreendente, mas quem revela comedimento é Ângela Ro Ro: "Não sou tão otimista a ponto de achar que isso se deve à emancipação real da mulher, a um movimento feminista musical, como se fosse um milagre; e não sou tão pessimista a ponto de pensar que não está acontecendo nada". Para ela, "deve-se analisar a realidade em que vivemos, ou seja, um sistema de consumo, especialmente no mundo da arte, pobre da arte — a palavra já perdeu um pouco de seu valor, de sua profundidade". Soa bem diferente das palavras de Joanna: "Essa é uma conquista que fatalmente aconteceria, prova que a mulher não é a parte mais fraca. O ano de 79 trouxe o canto novo da mulher, a maneira de ela encarar as coisas, até então muito limitada pelo canto masculino, a nível muito machista".

Mais forte que isso, só Leci Brandão: "As mulheres finalmente pararam e pensaram que existem e são tão fortes quanto os homens. Ambos têm energia e os instrumentos de luta na mão, só que a mulher estava muito acomodada, dormindo no tempo e no espaço. Agora a energia tomou impulso".

As divergências não ficam por aí. A "ternura e o romantismo", que Joanna considera a base de seu trabalho, são, para Marina, "uma meleira que invadiu a música popular nos últimos dois anos". Mas isto é secundário — importante é o fato de que, unidas ou não, elas vendem cada vez mais discos e parecem ter chegado para ficar. E já vai longe o tempo em que *Bárbara*, de Chico Buarque, escandalizava; é uma música recatada, comparada a *Blues do arranco*, cantada por Ângela Ro Ro, em noite inspirada, no palco do Teatro Ipanema ou da Sala Funarte, no Rio.



Marina e sua música "urbana e internacional": "Não tem mais censura"

Marina

"As mulheres concorrem em todas as áreas"

Já disseram que as pernas de Marina e suas fotos vestindo um *collant* preto ajudaram mais a vender discos que a própria voz da cantora. Suas músicas já foram rotuladas de "fáceis" e "repetitivas". Ela não parece preocupada com isso, diz que já tem um público definido, "o pessoal jovem de espírito".

— Minhas músicas mostram o meu lado não derrotista; então, meu público é gente vitoriosa, ou mesmo quem está infeliz mas querendo ficar bem, pois minha música é o oposto de quem vive grilado e se lamentando. Ninguém mais está a fim de se lamentar, achando que está condenado. Se um homem gosta de outro homem, ele tem que se considerar condenado? Marcado para o resto da vida? Acho que ele tem mais é que batalhar, se está a fim de transar com aquele homem. É assim que eu digo que é o meu público, pessoas que vão adiante, que querem uma saída.

"MÚSICA URBANA"

Por ter morado mais de sete anos nos Estados Unidos, ela se considera com formação diferente da maioria dos compositores brasileiros, afirmando que sua música é "urbana e internacional". E quanto à música dos outros, seus companheiros de geração?

— Como ninguém está mais a fim de falar "vamos armados para a luta", não tem mais censura, pode-se dizer tudo, pinta a onda de romantismo. Todo mundo fica fazendo música assim; estão querendo ganhar dinheiro com isso. Como antigamente deu certo falar de política, agora dá certo ser romântico. É tudo uma grande balada, o tempo inteiro e em todas as músicas, e eu não tenho saco para isso.

Não falta, é claro, a ressalva de que "isso não tem nada a ver com o trabalho

de Joanna, Ângela Ro Ro, Caetano, Roberto Carlos e Bethânia".

— Esses têm talento. O problema é o resto, a periferia que vem atrás fazendo imitação.

E por que tantas mulheres na música? Para Marina, porque "as mulheres estão começando a se expressar mais, concorrendo em igualdade de condições, em todas as áreas".

— Está surgindo mais gente porque o momento está melhor; e, se estão pintando mais mulheres do que homens, é porque elas estavam sufocadas.

O que a irrita, diz, "é o sensacionalismo em torno disso tudo, das músicas feitas para mulheres".

— Não estou a fim de entrar nessa. Se a Ângela Ro Ro está falando que transa com mulher, não vou inventar uma coisa ainda mais louca para dizer, para chamar a atenção sobre mim.

Ângela Ro Ro

"Sou companheira de quarto dos meus fãs"

Trinta e um anos, um ano oficial de carreira, dois discos lançados, Ângela Ro Ro, apesar da reputação de "não levar a sério as coisas sérias", encara com realismo a valorização da mulher na música popular:

— Existe um sistema e você tem que entrar nele para fazer o seu trabalho. Mesmo que você queira lutar contra ele, tem que estar lá dentro para poder agitar alguma coisa. Marginal não consegue agitar nada. Ora, são os homens que têm o poder nas gravadoras, *show-business* em geral, empresários, produtores, diretores; não conheço mulher alguma que tenha poder real. Às vezes elas até decidem, mas não têm o cargo. Elas decidem por subversão, a mulher é a rainha da subversão. Os homens, então, despertaram para o potencial de venda da mulher.

Não quer dizer, entretanto, que

mulher não fosse "prato de resistência" de muitas gravadoras. Só que no exterior:

— Billie Holiday, por exemplo. Era pobre e negra, e ainda era mulher. Quer dizer que ela tinha tudo em cima! Toxicômana. Ele vendeu e vende discos até hoje, dando dinheiro aos judeus americanos brancos, que foram bastante esportos para perceber que uma negra, mulher, toxicômana e ex-prostituta vende disco. Porque tinha pique, carisma, e era compositora. No Brasil, apenas despertaram um pouco atrasados, uns 30 ou 40 anos.

Não é só por isso, diz Ângela, que a mulher entrou em alta nas cotações do mercado de discos:

— É também porque ela está percebendo uma coisa óbvia, que ela não tem que ser escrava, que ela é tratada como minoria, sendo maioria. Maioria mesmo. É a mesma coisa que dizer que negro é minoria. Negro não é minoria; homossexual não é minoria. Isso é uma loucura! Tem homossexual adoidado, é a grande maioria. Aqui no Brasil é loucura dizer que negro é minoria. O Brasil é um país negro, mulato pelo menos.

BEIJOS NA BOCA

No palco, Ângela Ro Ro é capaz de receber uma cueca samba-canção atirada por um fã e reagir com bom humor, com uma piada, com a gargalhada rouca e estrondosa que lhe valeu o apelido. Nos camarins, distribui beijos na boca com equidade aos homens e mulheres que querem vê-la de perto. E dizem que por trás de 80% de suas músicas estão lembranças de uma paixão intensa é tumultuada por uma jovem chamada Berenice. O que ela, em parte, desmente:

— Não faço música para mulher. Faço música para música, pela música. Nunca fiz música para mulher ou para homem como "musas" e "musos". Isso aí é um equívoco sensacionalista da imprensa. E, em segundo lugar, nunca fiz música pensando em agradar um certo tipo de público. Se saiu, por exemplo "Tola foi você..." é porque achei mais bonito do que "Tolo foi você..." A faixa *My Sweet*, que é a única música em inglês do meu segundo disco — eu gravei em inglês e que se danem as pessoas que acharem ruim — tem uma musa literária que se chama Berenice. E Berenice é mulher, não é um travesti.

E qual é o público de uma cantora tão decididamente anticonvencional?

— Não posso definir. Vou mentir se disser que o meu público é estudantada, é homossexual. Tem casais hetero. Casais comuns! É lógico que a falange gay comparece, mas eu canto para todos; para o pai de família, a bicha louca, a lésbica revoltada, a dona-de-casa, a freirinha no convento, as crianças. Canto especialmente para pessoas de inteligência e sensibilidade.

"IDOLATRIA ÍNTIMA"

Esse público tão diversificado, como se relaciona com Ângela?

— Tem idolatria sim, mas é como se eu fosse uma coisa já existente na cabeça deles, como se eu tivesse aparecido e eles já soubessem que eu estava lá. É inegável esse negócio do mito; por mais que você queira se desvencilhar não dá. E também não estou aqui para jogar mitos por água abaixo. Contudo que isso não prejudique a minha vida, nem o meu relacionamento com o público, se é inevitável ser mito, sejamos. Mas é uma idolatria mais íntima, sem abuso, como se eu fosse a companheira de quarto de cada um.



Zizi: impulsos de Menescal e Chico

Zizi Possi

"Ninguém tem medo de revelar sentimentos"

Ex-professora de música, ex-cantora de jingles, ex-atriz teatral, Zizi (Maria Izildinha) Possi foi parar na Bahia aos 17 anos, desceu depois dos 20 para o Rio e tropeçou em Roberto Menescal, o diretor da Polygram que um dia foi compositor da Bossa Nova. Do encontro nasceu um disco, *Flor do mal*, e o disco proporcionou a oportunidade de fazer o dueto com Chico Buarque em *Pedaço de mim*.

Atualmente, além de cantora de sucesso, Zizi Possi é também astróloga amadora. E acredita que estamos na Era do Ego:

— As lutas a nível coletivo estão divididas e defendem interesses pessoais. Prefiro conviver com — ou viver — o caos da maneira mais coerente possível. Porque a música, como toda a sociedade, está no mais perfeito caos.

Astrologia à parte, Zizi, se não é capaz de provocar o que um jornalista chamou de orgasmo coletivo na plateia, referindo-se à Ângela Ro Ro, pode orgulhar-se de ser uma cantora que agrada a todos os sexos e tem um público fiel: "Quem me consome não o faz por modismo, por determinação".

O começo não foi difícil; lá estava a mão providencial de Roberto Menescal, alertado por um produtor de televisão da Bahia:

— Menescal me procurou; eu só sabia que ele era o compositor do *Barquinho*, e pensei que fosse me convidar para um show de Bossa Nova. Mas pintou uma identidade incrível entre nós.

Foi ao ouvir *Flor do mal* que Chico Buarque resolveu convidá-la para participar de *Opera do Malandro*, na faixa *Pedaço de Mim*:

— Fiquei conhecida no Brasil todo como a pessoa que foi lançada pelo Chico. Minha vida tomou seu rumo próprio, com um impulso maior. Aquilo que era muito difícil de conseguir, como espaço nos jornais, rádio e televisão, começou a jorrar.

Do tal "século do ego", nem o movimento feminista escapa:

— Numa reunião de quatro ou cinco mulheres para discutirem seus direitos, uma defenderá igualdade de salários, outra dirá que é um absurdo a inexistência até agora de uma pílula masculina. Cada uma apresenta seus argumentos, ficam todas solidárias e decidem lutar para acabar com as injustiças. Tudo bem. Só que cada uma está lutando pelo seu motivo particular, e quando seu problema for resolvido vai se acomodar em relação aos outros.

Por tais razões, acredita ela, "as pessoas começaram a dar valor a coisas menos passageiras", e, em consequência óbvia, já não têm medo de revelar seus sentimentos. Como ela própria:

— Eu gravo coisas que são eternas, e sentimento não tem sexo, não tem forma sexual determinada. É um relacionamento sem barreiras. Se disser que sou homossexual estarei mentindo, se disser que sou



Ângela Ro Ro: no palco, a gargalhada estrondosa; no camarim, beijos para todos

heterossexual também estarei mentindo. Meu papo é outro; eu me sinto na obrigação de ser feliz, na medida em que tenho dois olhos que enxergam muito bem, uma cabecinha bastante privilegiada, um corpo perfeito, sei me movimentar, cuidar de mim. Tenho a obrigação de ser feliz e não estou nem aí se eu tiver que ser feliz ao lado de um homem, de uma mulher, ou sozinha, ou com um gato ou um cachorro. Ninguém está pagando meu aluguel, vivendo a minha vida. Se dou para homem ou para mulher, se não dou, se sou hermafrodita, o problema é meu.

Leci Brandão

"Paguei o preço de sair um pouco na frente"

— Faço música para homossexual desde 1976.

A autora da frase já foi operária, entregadora de marmitas, telefonista, estudou Direito, teve a ousadia de ingressar na fechada Ala de Compositores da escola de samba Estação Primeira da Mangueira. Parece infatigável: as vendas de seus primeiros discos foram desanimadoras, o suficiente para muito cantor encerrar carreira, mas ela prosseguiu. O que enfrentou, diz, "foi o preço de sair um pouco na frente".

Leci Brandão, carioca de Madureira, pode finalmente desfrutar dos resultados de um trabalho persistente. E considerarse uma espécie de precursora, alguém que abriu caminhos para as muitas cantoras/compositoras que hoje ascendem sem enfrentar os obstáculos que Leci encontrou:

— As mulheres finalmente pararam e pensaram que existem e são tão fortes quanto os homens. Ambos têm energia e os instrumentos de luta nas mãos, só que a mulher estava muito acomodada. Artista mulher tinha que mostrar o corpo; agora é que começa a se valorizar o talento.

"VIROU MODA"

O fato de o homossexualismo feminino ser tema constante de suas músicas já valeu a Leci o título de "rainha do gay-power", distinção que ela não aprecia:

— De repente ser gay virou moda e todo mundo quer ser. Não aceito essa de que sou a rainha do gay-power. Não sou rainha de nada, não estou reinando em lugar algum; eu estou vivendo a música que fiz porque estava a fim de fazer, não fiz para vender. O homossexualismo é algo que trato com muito respeito, muita seriedade.

Essa seriedade não constitui propriamente um fator de estímulo a boas vendagens no mercado de discos:

— Sou uma pessoa respeitada mas que vende pouco. O pessoal confunde o fato de eu ser da Ala dos Compositores da Mangueira com a obrigação de fazer só samba. Não é nada disso. Antes de entrar para a Ala eu já fazia bolero, canções românticas, valsas, uma série de músicas que não têm nada a ver com a batucada. Minha preocupação é com o Brasil. Viajei pelo país para trabalhar, pesquisar, não para fazer turismo. Meu trabalho sempre foi social, político.

OS HOMENS

E o público masculino? Contra ele Leci não tem nada, antes pelo contrário:

— Os homens — eu não tenho nada contra eles. Tenho vários amigos homens, até mais do que mulheres. Porque o homem, quando é amigo, é amigo mesmo, e as mulheres têm essa coisa de fofoca que eu não tranco muito. E os homens caem de paixão pelas minhas músicas.

Não faltam até mesmo as "cantadas", tentativas de aproximação além da amizade:

— Já fui noiva, tive mil namorados. Só que os homens usaram e abusaram do meu amor, não entenderam nada. E chega a hora em que você encontra uma pessoa que dá carinho e atenção e de repente vê que essa pessoa é igual a você. Ai vai fazer o quê? Vai se matar? Não, você vai é ser feliz.



Joanna: com os anseios das pessoas

Joanna

"O povo é que fez de mim um sucesso"

O primeiro LP chegou a 120 mil cópias, e o segundo vendeu 250 mil. Um pouco preocupada com essa espécie de fenômeno — "eu não faço música para vender" —, Joanna diz que não está interessada em ser estrela, em ser mito. Quer, sim, "cantar para o povo, porque música não é só para a elite".

— Eu canto meus anseios e os anseios das pessoas. Coisas que retratam minha vida e que não são feitas para fazer sucesso. Isso é muito importante: não faço música para ser sucesso, o povo é que fez de mim um sucesso, porque assumiu minha informação, gostou, e porque eu tenho respostas. Vivo intensamente minha música e minha vida.

Em seu trabalho, considera "importantíssima" a parceria com Sara Benchimol, "um perfeito casamento musical". Quanto às demais cantoras/compositoras, são, como ela, "a prova de que está prestes a acabar a discriminação":

— O ano de 1981 vai ser ainda mais amplo, em termos de abertura de espaço, porque essa discriminação, essa espécie de tabu, vai ter que cair. Fica até *demodê* dizer que mulher não pode cantar, não pode fazer qualquer coisa para conquistar seu lugar. Além disso, a linguagem do amor, em todos os seus sentidos, estava meio esquecida, porque o trabalho da mulher era relegado a segundo plano.

A identificação com Roberto Carlos existe, e Joanna não nega:

— Musicalmente falando, sobretudo na parte melódica, existem coisas minhas e da Benchimol idênticas ao trabalho de Roberto e Erasmo. Nós compomos mais para o lado dócil, terno, que é muito de Roberto Carlos.

Homossexualismo na música, canções que falam de paixões proibidas? Em seu trabalho isso não existe:

— Se existisse, seria poético, até interessante, porque é uma realidade. É claro que tenho uma parcela de público homossexual, que me curte muito. Existem outros que compõem mais diretamente sobre esse tipo de coisa, mas em minhas músicas não faço essa discriminação; todos têm o direito de ser e de falar o que quiserem. Para isso existe a liberdade de expressão.

Além de ser a única a conquistar o disco de ouro pelas 150 mil cópias vendidas, Joanna é também, das novas cantoras, a única a ter fãs-clubes organizados, na Bahia, no Rio, em Minas e no Rio Grande do Sul. Recebe uma média de duas cartas por dia e diz que já livrou vários fãs do suicídio:

— Pessoas me escreveram dizendo que Agora salvou suas vidas, que eu lhes devolvi a vontade de viver. A gente exprime o que o povo não consegue dizer e, às vezes, até resolve seu problema. O artista não é um marginal, a gente não escolhe este ofício só para ganhar dinheiro, e sim para fazer do trabalho algo em que as pessoas acreditem.

O integralismo continua vivo, a TFP está instalada em todo o País, organizações conservadoras lançam-se ao trabalho de doutrinação em massa. Um livro conta quem é e o que faz a Direita no Brasil

A Direita em ação

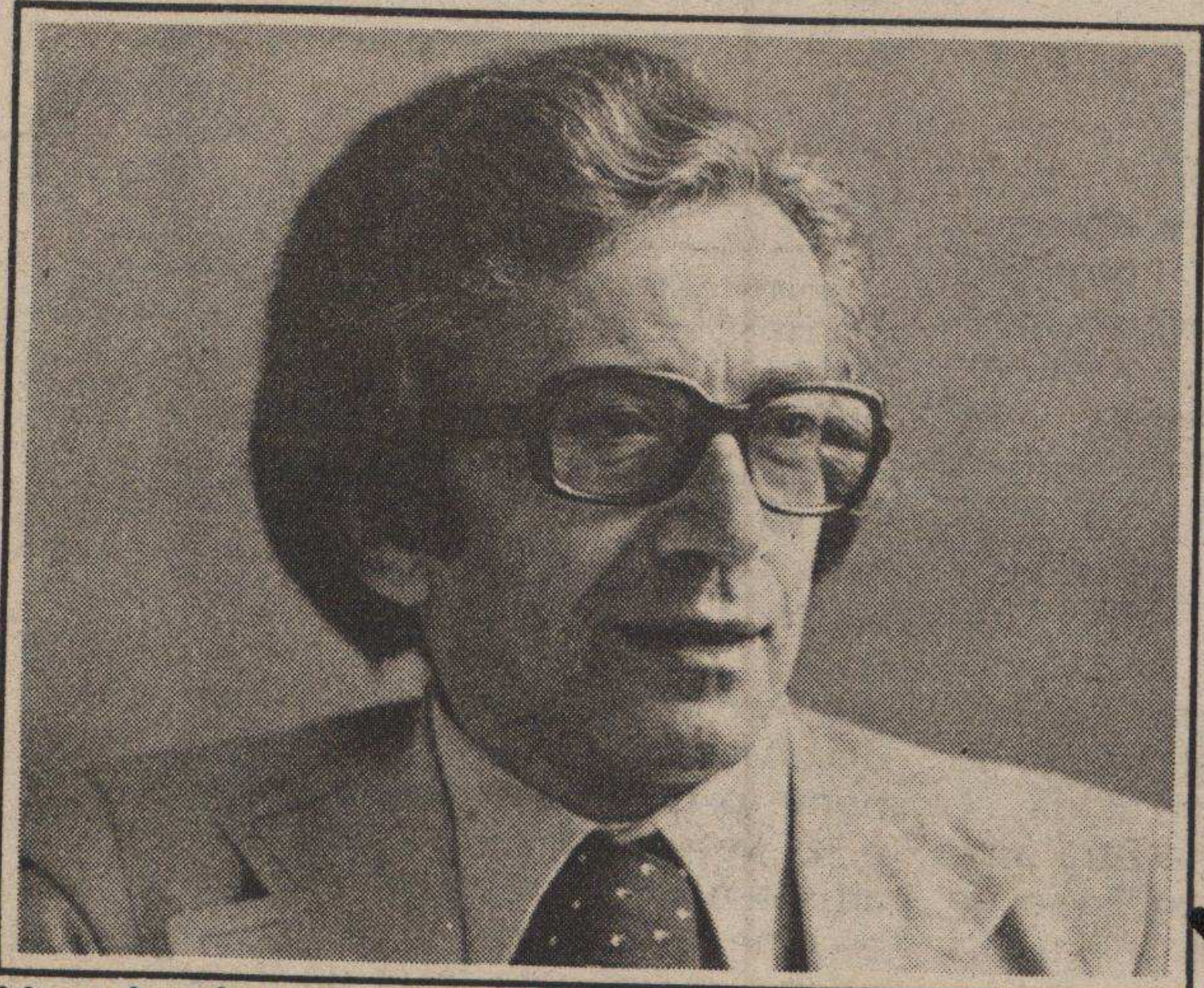
O que é a direita? Quem é a direita entre nós? O que pretende essa direita? Para responder a estas e outras perguntas, o jornalista e escritor mineiro Délcio Monteiro de Lima, de 48 anos, começou a trabalhar no segundo semestre do ano passado e só parou agora. Na época, com o seqüestro do bispo de Nova Iguaçu, dom Adriano Hipólito, e as pizações nazistas no Sul do país, a direita brasileira começava a mostrar sua face mais agressiva e violenta, que revelou-se quase por inteiro em 1980, com os atentados às bancas de jornais e o lançamento de bombas contra a sede da OAB carioca — quando morreu a funcionária Lyda Monteiro da Silva — e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Nesse trabalho, Monteiro de Lima — autor de dois outros livros de reportagem, *O Comportamento Sexual do Brasileiro e Brasil — Um Retrato sem Retoque* — percorreu o país inteiro, entrevistando ex-integralistas, filhos de imigrantes alemães, os rapazes da TFP, os intelectuais da Convívio, políticos e alguns policiais envolvidos na apuração dos atentados terroristas. Ele pesquisou o avanço da direita na Europa e nos Estados Unidos, incursionou pela história brasileira para levantar dados sobre a Ação Integralista Brasileira, conversou com professores e alunos da Escola Superior de Guerra (ESG). O resultado desse ano de trabalho, Délcio Monteiro de Lima reúne agora em livro (*Os Senhores da Direita*, ed. Antares), a ser lançado no Brasil inteiro na segunda quinzena de dezembro.

— *Os Senhores da Direita* é o que poderíamos chamar de estudo continuado da direita na contemporaneidade. A intenção foi mostrar, a nível jornalístico, para o grande público, o que consideramos direita. Não foi tarefa fácil, porque a nossa direita não é assumida, parece envergonhada de aparecer como tal (explica o autor). — Há então que tirar-lhe os disfarces, identificar os procedimentos da direita tanto no plano da elaboração ideológica quanto no campo da prática política.

Para ele, o trabalho sobre o terror teve de ser redirecionado para o caminho da compreensão do fenômeno, “não porque o terror não fascinasse, mas porque logo cheguei à idêntica conclusão a que chegaram todos os estúpidos e inteligentes deste país, ou seja, que o mistério do terror só existe para aqueles interessados em mantê-lo misterioso. Importante é a interação de fatores que o anima, o conjunto de forças que o desencadeia. Isto sim, é o que realmente conta”.

A seguir, publicamos uma condensação do livro:



Monteiro de Lima: uma viagem por todo o País, à procura dos Senhores da Direita

OS SENHORES DA DIREITA



DELICIO MONTEIRO DE LIMA

O diretor do DOPS de Minas Gerais acompanhava pelo espelho o alfaiate que conferia suas medidas. O paletó deveria ser suficientemente folgado para camuflar o volume do “38” especial que trazia sempre colado à barriga, preso à calça por dentro, do lado direito, apenas o cabo à mostra. Pediu capricho. Era um terno bege-claro com colete, uma roupa de gala para a solenidade em que receberia a Medalha do Pacificador. Falava pausadamente, à meia-voz:

— O pessoal anda de fato muito assustado. Acha que o sistema abriu muito espaço à esquerda com o afrouxamento da repressão. Há muito medo por aí. Conheço gente que não sai de casa, gente que só anda acompanhada de guarda-costa, gente que cada noite dorme num lugar diferente, gente que já mudou de cidade. É isso! O pessoal está no maior cagaço.

— Que pessoal?

— Ora, você sabe... O pessoal que abusou na repressão e que agora começa a ser denunciado, perseguido. Parece que os mortos estão ressuscitando e vindo à forra. E os homens do poder econômico, hein? Desses, nem se fala. Pior é que acham que nós, os policiais profissionais, estamos moles, tolerantes com os comunistas. Essas coisas. Querem ação, continuidade na caça às bruxas, mesmo que não haja bruxas para caçar. Pressionam de todo jeito. Revolta a gente. Venha ver!

O diretor do DOPS de Minas Gerais, ainda vestido com o paletó em fase de prova, sem mangas, foi até a janela e apontou um Dodge-Dart velho, pintado de

preto e branco, com insígnias policiais nas portas dianteiras, duas lanternas vermelhas e uma sirene no teto, estacionado sob uma árvore, no lado oposto ao atelier do alfaiate, na Rua Santa Rita Durão, em Belo Horizonte. Parecia com raiva:

— Está vendo? Aquela “banheira” velha representa toda a colaboração que recebemos para lutarmos como uns cães danados na defesa do patrimônio dessa gente. Foi o que nos deram. E sabe o que querem? Querem que a polícia saia por aí comento o fígado de todo esquerdista encontrado pelo caminho.

— Quem deu o carro ao DOPS?

— Quem? Fizeram uma “vaquinha”, meu caro. Dezenas de empresários para comprar essa “banheira” de segunda-mão. Uma complicação dos diabos. Sabem lá quantas vidas se foram, em troca dessa “banheira”? Não, não interessa. Não nos devem absolutamente nada. Pagaram tudo com essa “banheira”.

— Você dizia que o pessoal está amedrontado, não?

— Exato. Amedrontado, sem motivo para isso. Veja você: com a volta do exílio dos principais líderes da subversão, aconteceu o inesperado. A esquerda, ao invés de articular-se, entrou em acelerado processo de fragmentação. Inadaptação à nova realidade do País, conflitos doutrinários, disputa de comando, um sacode-gatos. Por cima de tudo, o repentino fascínio dos homossexuais pela esquerda, essa estória de bissexualidade. Certamente um modismo como outro qualquer, mas extremamente perigoso. Uma ideologia pode resistir a tudo, menos à depravação sexual. Quem foi mesmo que disse que a moral política começa na cama? Não importa. O certo é que a esquerda está desarticulada, muito perdida, e não há razão, portanto, para esse pânico todo. Acho que foi o listão de torturadores publicado pela imprensa alternativa que fez esse arraso.

— Mas o seu nome também figurou no listão...

— O listão é mais do que uma injustiça. É uma safadeza, porque foi montado por gente que trabalhou na repressão, escondida atrás de codinomes, com o propósito de livrar a cara dos grandes responsáveis pela tortura. A esquerda, boba como sempre, engoliu a pílula e não distinguiu justos de pecadores na denúncia. Quanto a mim, tenho a consciência tranqüila. Sempre agi rigorosamente dentro da lei e ninguém melhor para confirmar isso do que seus colegas jornalistas que estiveram presos sob a responsabilidade do DOPS. Pergunte a eles! Preso meu sempre teve respeito e tratamento humano. Não imagina a onda que enfrentei quando mandei aplicar sinteko no piso das celas!...

— Mas há quem se queixa de tortura dentro do DOPS.

— Você disse bem: dentro do DOPS, dentro do prédio do DOPS. Mas você, por acaso, sabe que, até janeiro de 1970, época em que assumi a direção do órgão, existia lá uma “área de segurança” militar a qual ninguém do próprio DOPS tinha acesso? O que aconteceu naquele setor, antes da minha gestão, é de responsabilidade de outros. Cobrem deles!

Continuando...

— Continuando, eu diria que esse pânico da direita é preocupante, é sintoma de que vai apelar para a violência, para as formas mais perversas do terror. Sempre foi assim.

— Isso, naturalmente, é um palpite, não?

— Infelizmente, não. Tome nota aí. Estamos hoje a 10 de outubro de 1979, certo? Conversemos novamente dentro de um ano. Até lá vai haver o capeta.

— Está prevendo uma matança?

— Absolutamente. No início, ninguém irá se machucar. Irão apenas tentar uma intimidação, assustar o pessoal, sabe? Alguns atentados para mostrar ao gover-



“Na hora de aparecer, todos os integralistas aparecerão, e aí o País verá quantos realmente somos. E ainda somos uma força política expressiva, esteja certo”

no a imprudência da abertura e conseguir o fechamento. Se não der resultado, irão apertando o cerco.

— Coisa do CCC, do MAC, de quem?
— CCC, MAC, GAC, FAC, AAB, VCC, Mão da Democracia, Falange Pátria Nova, tudo isso, hoje, é a mesma coisa: direita terrorista. Nomes e siglas servem apenas para confundir e despistar, exceção, naturalmente, para o MRN — Movimento de Reorganização Nazista, que é internacional e, no Brasil, tem interesse específico no acordo nuclear.

— Quem, então, está por trás desse terror da direita?

— Este é o problema, meu caro. À frente, é elementar: os desativados dos órgãos de repressão. São os que fazem a “operação molhada”, o serviço sujo. Há centenas de civis e militares obrigados a retornar às repartições e unidades de origem, sem a mínima condição psicológica para esse tipo de reintegração. Não os querem lá. São mal vistos onde saíram. Apontados como vergonha da classe, reles torturadores. Rejeitados pelas famílias, pelos amigos. Você não é capaz de imaginar o inferno mental desses pobres diabos. Afogam seus dramas no álcool, nos entorpecentes. Ouço estórias de arrepiar. Casos de vinganças e perseguições. Alguns reais, outros imaginários. Muitos já sumiram do País. Há tentativas de suicídio, internamentos para tratamento psiquiátrico. Uma tragédia! Entendem então esses desesperados que só a retomada da repressão resolveria seus problemas. E para haver retomada da repressão, haveria necessidade de baderna, pretexto para endurecimento. É o que procuram estabelecer, entendeu?

— Mas ainda não disse quem está por trás disso tudo!

O diretor do DOPS de Minas Gerais levantou-se e apanhou água para tomar um comprimido. Na volta, foi chamado ao telefone. Ouviu, ouviu por cerca de três minutos, sem nada falar. Voltou com a fisionomia preocupada. De pé, foi retomando o assunto, como se quisesse encerrá-lo sem mais delonga:

Você perguntou quem está por trás disso tudo, não? Eu respondo: é um *arreglo*, uma composição que une os interesses dos saudosistas da repressão e os de grupos políticos e econômicos. Ambos querem o retorno aos tempos em que desfrutaram de poder e prestígio. É coisa bem planejada e melhor executada, sob o comando de homem acostumado a administrar, a gerir grandes negócios. Terrorismo não é diferente. É organização.

— Fala como se já tivesse uma pista...
— Não tenho uma pista. Tenho várias pistas. Só não tenho provas e não posso jogar minha carreira numa aventura. Um líder do terror da direita não é um joão-ninguém, um punquista qualquer. Tem cobertura, influência. Eu que cometesse a leviandade de denunciá-lo sem um poderoso conjunto de provas... Todo o Estado desabaria em cima de mim! Ai, você já viu...
— Quer dizer que o homem é daqui, de Minas?

— Por que o espanto? Não é aqui, em Minas, que sempre começa tudo? É um mineiro, sim senhor. Rico, conservadorão, católico de assistir Missa e comungar com a família, anticomunista fanático, capaz de fuzilar todos os esquerdistas do mundo em nome do Senhor. Ele e seu estado-maior de políticos ultradireitistas e homens de negócios gananciosos insuflam e financiam esse bando de possessos desativados da repressão. Um sinistro *complot*, uma organização de âmbito nacional. Agora, chega! Já falei demais, não?

O diretor do DOPS de Minas Gerais, afastando-se, levou a mão à testa e fez um gesto de despedida coletiva, sem dizer palavra. Saiu rápido. Já estava quase na rua, em direção à “banheira” doada pelos empresários, quando houve a última tentativa de envolvimento:

— Foi uma conversa em *off* ou posso divulgar alguma coisa?

— Fica a seu critério. Confio nele. Só não sei se alguém acreditaria no que publicasse. Lembre-se de que o tempo está mais para urubu do que para colibri. A direita está excitadíssima, meu caro.

— E, sabendo disso, por que você investiga o terrorismo, cuja autoria está convencido de que é da direita?

— Não sou um policial? Não me pagam para isso? Não é a minha obrigação? Ou também pensa que devemos reprimir apenas a subversão de esquerda? Chega! Passa lá no DOPS para continuarmos essa conversinha, ouviu? Passa lá! O cafezinho não é dos piores.

E como está o nosso terrorismo, diretor?

— Você, outra vez?
— Não me convidou para vir tomar o seu cafezinho?

O diretor do DOPS de Minas Gerais dissimulou, com elegância, a contrariedade provocada pela inabilidade do recepcionista, que introduziu o visitante em seu gabinete sem avisá-lo. Mal teve tempo de fechar um livro grosso de anotações, capa de sarja azul desbotado.

— Escrevendo suas memórias?
— Mesmo não sendo um capitão-de-longo-curso, gosto de fazer o meu “diário de bordo”.

— Alguma novidade a respeito do assunto sobre o qual falamos há vinte dias?

— Sim. Diria que fizemos alguns progressos. Pelo menos, estou convencido de estar na pista certa. Mas estou muito preocupado hoje.

— Por quê?
— Desconfiaram de que peguei o fio da meada. Não gostam dessas coisas. Atrapalha, sabe?

— E o que pode acontecer agora?
— Nada, dependendo, evidentemente, do meu comportamento. É preciso ter cuidado, percebeu? Os atentados continuarão e se houver muita “bronca”, muito protesto, entregam uns bodes-expiatórios para baixar a temperatura. Só gente dos escalões inferiores, nunca os “cabeças”. Para com o barulho por uns tempos, mas logo recomeçam tudo. É o jogo para encobrir os verdadeiros responsáveis, compreendeu?

— Mas você não vai desistir, vai?
— Escuta: por que a gente não faz um acordo? Enquanto eu cuido do meu ofício, você vai mostrando as “máscaras” da direita que podem esconder esse terrorismo. Quem sabe amanhã eu arranje um rosto de verdade

para colocar atrás de uma dessas “máscaras”? Que acha da minha proposta? Assim, pelo menos, você me deixa trabalhar em paz por uns tempos, não?

— É uma idéia...

Nos dias 15 e 16 de março de 1980, com muita discrição, sem as badalações jornalísticas de praxe, quase sigilosamente, integralistas de todo o País fizeram, em São Paulo, as primeiras reuniões de caráter político depois da morte de Plínio Salgado. Foram dois encontros realizados na casa de uma filha do falecido chefe nacional, Dona Maria Amélia, viúva de Loureiro Júnior, moradora à Rua Coronel Irlandino Sandoval, no Jardim Paulista, com a presença de representantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Norte, Pernambuco, Ceará, Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Alagoas.

Houve acaloradas discussões durante as reuniões, mas a firme decisão de constituir imediatamente uma sociedade civil para aquele tipo de participação foi mais do que uma resposta afirmativa à indagação. Três juristas integralistas (Genésio Pereira Filho, Damiano Gullo e Adib Casseb) foram, então, incumbidos da configuração jurídica de uma entidade “destinada à promoção dos valores espirituais, culturais e cívicos do povo brasileiro”. O movimento ganhava consistência.

Quatro semanas depois, Dona Carmela Salgado, viúva do líder nacional integralista, recebia em seu apartamento da Rua Teixeira da Silva, no Bairro Paraíso, os seguidores do marido que tinham ido a São Paulo, já para aprovar, festivamente, a redação final dos estatutos da Associação Brasileira de Cultura (ABC). O advogado Ruy Arruda, membro do Gabinete Nacional da extinta AIB, ex-procurador do estado de São Paulo, amigo fraternal de Salgado, ficou como presidente da Diretoria Provisória da Associação Brasileira de Cultura, sendo a Secretária-Geral entregue ao editor Gumercindo Rocha Dórea, antigo presidente da Confederação de Centros Culturais da Juventude, núcleo central dos diversos órgãos de doutrinação de jovens, espalhados pelo País. A nova sociedade instalou-se em um conjunto de salas na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, em São Paulo.

Em Brasília, no seu acanhado gabinete de trabalho no Anexo III da Câmara, o Deputado Alberto Hoffmann, um grandalhão muito simpático de Ijuí, Rio Grande do Sul, 59 anos de idade, mas com cara de eterno garoto, correu as mãos por pilhas de cartas que entupiam a mesa e a estante, perguntando:

— Sabe o que é isso, não?
— Pedidos de emprego, deputado?
— Qual nada! Os correligionários, meu caro, os correligionários sempre falando sobre as idéias que nos unem. É isso o ano inteiro, de todas as partes do Brasil.

— Então, o senhor é uma espécie de representante dos remanescentes do integralismo no Congresso?

— Não é bem assim. Talvez esteja entre os mais conhecidos, como o José Penedo, da Bahia, o Walter De Prá, do Espírito Santo, ou o Navarro Vieira Filho, de Minas Gerais. Mas não somos os únicos parlamentares integralistas. Existem muitos outros, apenas não são conhecidos por sua ideologia ou não tiveram oportunidade de proclamá-la. Nem houve necessidade. Na hora, porém, de aparecer, todos os integralistas apa-

AS NOVIDADES ESTÃO NA LIVRARIA PALMARINCA

URBANISMO

Alfonso — Medio Ambiente y Sociedad..... Cr\$ 875,00
Gorz — Ecologia y Política..... Cr\$ 938,00
Agote — Medio Ambiente e Ideologia en el Cap. Avanc... Cr\$ 1.375,00
Varios — Urbanismo y Pratica Política..... Cr\$ 725,00

SEXOLOGIA

Varios — Documento Contra la Normalidad..... Cr\$ 625,00
Faucult — Sexo poder y Verdad..... Cr\$ 750,00

MEDICINA

Navarro — La Medicina Bajo el Capitalismo..... Cr\$ 1.100,00

VARIOS ASSUNTOS

Harich — Comunismo sin Crecimiento..... Cr\$ 1.350,00
Roszak — El Nacimiento de una Contracultura..... Cr\$ 938,00
Varios — La Crisis del Movimiento Juvenil Soc. Capital... Cr\$ 1.438,00

LITERATURA

Scorza — Garabombo el Invisivel..... Cr\$ 625,00
Sabato — Sobre Herois y Tumbas..... Cr\$ 1.500,00

REVISTAS — (quadrinhos políticos)

La Economia a lo Claro..... Cr\$ 250,00
Los Partidos Politicos a lo Claro..... Cr\$ 150,00

SOCIOLOGIA E POLÍTICA

Lukács — El Joven Hegel..... Cr\$ 625,00
Therbon — Como Domina la Clase Dominante..... Cr\$ 1.730,00
Mandel — El Capitalismo Tardio..... Cr\$ 1.875,00

REVISTAS

Cuadernos Políticos (vários números)..... Cr\$ 500,00
Coyoacan (vários números)..... Cr\$ 537,00
Cuadernos de Marcha (vários números)..... Cr\$ 300,00

HISTÓRIA

Varios — Historia de España y America (5vol.)..... Cr\$ 6.250,00
Thomas — La Guerra Civil Española (2vol.)..... Cr\$ 2.500,00
Varios — Hacia una Nueva Historia..... Cr\$ 663,00

PSIQUIATRIA

Jervis — El Mito de la Antipsiquiatria..... Cr\$ 625,00
Varios — Hacia la Loucura..... Cr\$ 875,00
Cooper — Quienes son los Disidentes..... Cr\$ 580,00
Heller — La Revolucion de la Vida Cotidiana..... Cr\$ 913,00
Caparros — Psicología de la Liberacion..... Cr\$ 750,00
Varios — Anti-Psiquiatria..... Cr\$ 500,00

HISTÓRIA (LATINO-AMERICANA)

Benitez — Los Indios de México (4 vol.)..... Cr\$ 12.500,00

FEMINISMO

Reed — Sexo contra Sexo o Clase contra Clase..... Cr\$ 788,00
Tristan — Feminismo y Utopia..... Cr\$ 830,00
Halimi — La Causa de las Mujeres..... Cr\$ 413,00
Mattelart — La Cultura de la Opression Feminina..... Cr\$ 438,00
Balmaseda — La Mujer la Pata Quebrada y en Casa..... Cr\$ 975,00
Sullerot — El Hecho Feminino..... Cr\$ 2.250,00
Bebel — La Mujer..... Cr\$ 950,00

EDUCAÇÃO

Lurçat — Una Escuela Diferente..... Cr\$ 875,00
Tonucci — La Escuela como Investigacion..... Cr\$ 788,00
Varios — A la Escuela con el Cuerpo..... Cr\$ 875,00
Jubero — La Escuela y sus Alternativas de Poder..... Cr\$ 1.250,00
Bakunin — La Instrucion Integral..... Cr\$ 625,00
Varios — La Praxis de la Educacion Especial..... Cr\$ 600,00
Cros — Escuela Nuevos Testemunios Nuevas Esperiencias..... Cr\$ 1.225,00
Varios — Escritos Coletivos del Muchachos del Pueblo..... Cr\$ 625,00

ARTES

Greenberg — Arte y Cultura..... Cr\$ 975,00
Paz — Critica Social del Arte..... Cr\$ 975,00
Holz — De la Obra de Arte a la Mercancia..... Cr\$ 975,00
Micheli — Las Vanguardias Artísticas del Siglo XX..... Cr\$ 2.375,00
Gimpel — Contra el Arte e los Artistas..... Cr\$ 975,00



Livraria Palmarinca Ltda.
Rua General Vitorino, 140 - C. x P. 102
1º Andar - Sala 14 A
Fone: 25-2281
Porto Alegre - RS



A direita já demonstrou capacidade e eficiência atuando em compartimentos isolados. Por que então organizar-se e assumir ostensivamente a condição de direita?

reirão, e aí o País verá quantos realmente somos. E ainda somos uma força política expressiva — esteja certo.

A Associação Brasileira de Cultura (ABC), a despeito do nome, é somente rótulo de um organismo essencialmente político, nada mais do que um biombo de rearticulação do integralismo, através de um esforço ordenado e unificado sob um comando central, para "despertar os integralistas em estado de hibernação política, reunir os companheiros dispersos". Na realidade, a expectativa que anima os fundadores da entidade é vê-la desempenhando o mesmo papel da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) que, organizada em fevereiro de 1932, três meses depois gerava a Ação Integralista Brasileira (AIB). Ainda que não seja em tão curto espaço de tempo, há esperança de repetição do fenômeno. A ABC seria, portanto, o embrião de uma versão atualizada da AIB. Pelo menos, foi criada com esse objetivo.

A Secretaria de Administração do governo do Rio Grande do Sul é dirigida sucessivamente por integralistas desde 1964. O último deles, o economista Olímpio Tabajara, 54 anos, embora nascido em Itaqui, na fronteira argentina, é descendente de uma família de usineiros pernambucanos. Alegre e comunicativo, foi direto ao ponto:

— É possível que sejamos uns 100 mil aqui no Rio Grande do Sul.

— Não está exagerando, secretário?

— Acredito que não. Muita gente acha que somos menos porque toma como base para cálculos o extinto Partido de Representação Popular. Nada mais errado, inclusive porque a ortodoxia integralista não admite o pluripartidarismo. O PRP nunca deu a exata dimensão do integralismo no País. A maioria dos companheiros não se filiou àquele partido, nem sequer votava nos candidatos por ele apresentados. O PRP não expressava numericamente o integralismo brasileiro.

— A verdade é que o integralismo perdeu substância, não?

— Só conferindo. Há mais integralista enrustido do que você pode supor. Muita gente boa mesmo. O presidente João Figueiredo, por exemplo...

— Integralista?

Olímpio Tabajara largou uma gargalhada sonora, apertou as mãos contra o peito e falou, cuidadoso:

— Não diria isso. Mas fui informado de que ele já vestiu a "camisa-verde".

— Quando foi isso?

— O pai dele, o bravo coronel Euclides Figueiredo, um dos chefes militares da rebelião democrática contra a ditadura Vargas, em 1938, foi um grande admirador de Plínio Salgado.

— Não respondeu a pergunta, secretário.

— Olha: vou apurar essa estória direitinho e depois conto a você, combinado? Prometo que conto tudo a você.

— Vou cobrar!

Olímpio Tabajara, partindo do raciocínio de que o integralismo voltou a ser presença na vida política nacional, manifestou-se apreensivo, por isso, quanto à falta de um líder capaz de assumir o comando dos companheiros.

— Não é fácil — observou — encontrar alguém com a genialidade e o carisma de Plínio Salgado nessa hora. Isso preocupa.

...

É nos escalões de governo, sem dúvida, que o integralismo penetrou fundo. Uma pálida idéia dessa infiltração, exemplo pinçado ao acaso, é a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), importante autarquia vinculada ao Ministério do Interior, responsável pela coordenação das atividades ligadas ao desenvolvimento dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, espécie de SUDENE meridional, cujo âmbito de ação abrange 6,8% do território nacional, com mais de 21 milhões de habitantes. Toda ela está sob controle integralista.

O superintendente Antônio Pires, 50 anos, alto, cabeça grisalha, queixo largo, risonho, nunca deixou por menos em todos os cargos que ocupou: prefeito de Bagé, procurador do Tribunal de Contas, secretário da Administração no governo Meneghetti e diretor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. "Quem não está comigo, está contra mim." E com esse entendimento bíblico da prática política, o seu gabinete de trabalho no 20º andar de um prédio da Rua Caldas Júnior, em Porto Alegre, não é só um ponto de domínio visual de imensa extensão do Rio Guaíba, mas sim, o quartel-general de um vasto e poderoso reduto integralista embutido na máquina estatal. Brincam dizendo que até os banheiros da SUDESUL são verdes. Ele ri.

A nível ministerial, parece que o MEC foi o mais visado e também o mais infiltrado. Jarbas Passarinho, muito a contragosto, acabou cedendo às pressões e abriu caminho aos seguidores de Salgado, os quais, ali, foram ampliando um esquema de dominação que chegou ao ápice na gestão Euro Brandão, prestigioso chefe integralista do Paraná, aliado de Ney Braga. A certa altura, no entanto, as coisas estiveram bastante complicadas: a Comissão Nacional de Moral e Cívica, criada na administração Passarinho, pretendeu, durante a presidência do general Moacir Lopes, criar uma ideologia de oposição ao comunismo para ser ensinada, como disciplina curricular, nas escolas do País. A esquerda berrou como pôde, o ministro achou que era avançar muito o sinal, o general endureceu, a direita o apoiou e o esvaziamento da Comissão Nacional de Moral e Cívica foi a consequência do *affaire*.

A propósito, se o anticomunismo não virou disciplina obrigatória nas escolas, como desejava a comissão, quando nada permanece como diretriz obsessiva do seu atual presidente, o general Adolfo João de Paula Couto, que não chegou a ser integralista porque é espírito e maçom. É um direitista singular. Fundou e dirigiu por muitos anos a Ação Democrática Renovadora (ADR), entidade política anticomunista de Porto Alegre, agora praticamente desativada.

Sem o general Paula Couto, hoje morando no Rio, a ADR perdeu a garra de célula antimarxista e se transformou em uma espécie de clube onde pessoas que viajam pelo mundo transmitem as impressões recolhidas em outras bandas a ouvintes boquiabertos cuja experiência em matéria de viagem não vai além do conhecimento do percurso de ida-e-volta pela Avenida Farrapos para esperar os ditos conferencistas no Aeroporto Salgado Filho. O general-presidente da Comissão Nacional de Moral e Cívica continua, todavia, escrevendo um artigo dominical para o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, sempre preocupado com o comunismo: "Uma análise mais específica do MDB mostra ser indubitável que é o partido onde se encaixam os comunistas ortodoxos". Esteja onde estiver, Paula Couto não abre mão do anticomunismo extremado.

Quem foi o imbecil que escreveu que o intelectual, pelo mero fato de ser intelectual, é, necessariamente, de esquerda? Ledo engano: nas horas vagas, a direita também pensa. Pelo menos, tenta. É isso que, há alguns anos, o Convívio — Sociedade Brasileira de Cultura — uma espécie de Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra Civil, de origens católicas ultramontananas e integristas, vem se esforçando para provar.

Este e outros sarcásticos conceitos foram o tempero apimentado de uma agressiva reportagem de duas páginas na revista *Isto É*, sobre as atividades do grupo que a esquerda brasileira considera o mais importante núcleo do pensamento da direita existente no País.

De fato, o pavor da nossa esquerda intelectual, mais do que da repressão ou do próprio terrorismo da extrema direita, é pela ação da *intelligentsia* que tem seu laboratório de produção de idéias num velho e enorme sobradão de dois pavimentos, pintado de extravagante combinação de matizes coral e chocolate, na Alameda Eduardo Prado, nos Campos Elíseos, em São Paulo.

Lá dentro, no sóbrio gabinete de trabalho da parte superior, um gaúcho louro de Caxias do Sul, 50 anos, aspecto de galã da *nouvelle vague* do cinema alemão, falando com certo sotaque italiano, comanda a complexa engrenagem. É Adolpho Crippa, filósofo e teólogo, ex-sacerdote ordenado em Roma, professor afastado da PUC por divergências com o grupo ligado ao Cardeal Arns, autor de várias obras sobre filosofia e antropologia filosófica, entre as quais *Mito e Cultura*, ganhador do Prêmio Jabuti da Câmara Brasileira do Livro (1979) pela publicação dos três volumes da *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. Tão franco quanto inteligente e culto, não fez rodeios:

— Se pregar idéias e defender valores aos quais se opõem os comunistas é ser direitista, então o Convívio é um organismo da direita. Escreva isto!

Do outro lado da rua, na diagonal, um prédio de dois pavimentos, em forma de caixote, também pintado com as mesmas cores extravagantes, abriga os serviços de dois importantes braços de operação do Convívio: a Agência de Notícias Planalto (Plana) e a Editora Convívio. Na sede principal, estão a Escola de Cultura, o Centro de Pesquisas e o Centro de Estudos do Desenvolvimento.

Fundado em 1961 por um grupo de intelectuais paulistas identificados com o pensamento conservador, o Convívio tem, estatutariamente, a finalidade de promover a cultura em geral, através de estudos, pesquisas, publicações, conferências e cursos, "objetivando enriquecer o patrimônio cultural do Brasil na perspectiva do humanismo personalista e dos ideais ocidentais da vida democrática".

Desde a sua criação, o Convívio organiza-se como

núcleo de elaboração ideológica e não de prática política. Nunca teve qualquer participação eleitoral, lançou ou apoiou candidatos. Seu trabalho de médio e longo prazos é, portanto, essencialmente de doutrinação, o que — deve-se reconhecer — é feito com rara competência. Estaria aí a razão do pavor das esquerdas? Não completamente. Há outros motivos.

O forte do Convívio — repetindo — é a doutrinação. Cerca de 68 mil pessoas já passaram pelas diversas modalidades de cursos de formação política que organizou nos seus quase vinte anos de atividades. São, na maioria, universitários, profissionais liberais e professores de diversos níveis, todos iniciados ou desenvolvidos em filosofia, filosofia política, sociologia política, ciência política e economia. Trabalho inteligente, calado na mais avançada técnica de transmissão de conhecimentos e reflexão dos problemas abordados. Alguns cursos são ministrados em São Paulo, outros nas capitais dos principais estados, mediante convênio com universidades locais, num total de 110 para 6.500 alunos, anualmente. É doutrinação quase por atacado.

Seria forçado a afirmar que a direita é formalmente organizada entre nós, inclusive porque os direitistas conhecidos insistem em se dizer do centro. Vergonha? Pode ser até que essa direita não tenha estrutura partidária por não ter sentido ainda essa necessidade. Se já demonstrou capacidade e eficiência atuando em compartimentos isolados, segmentada, setorizada, por que então organizar-se e assumir ostensivamente a condição de direita?

Por outro lado, a estruturação de uma agremiação de direita esbarra em inúmeros obstáculos a começar pela escolha de líderes para dirigi-la. Como encontrá-los se o sistema de poder, num processo autofágico, não fez outra coisa senão aniquilar os políticos civis que mais se destacaram dentro do movimento de 1964? Os que restaram em suas fileiras não têm nenhum respaldo popular e estariam irremediavelmente condenados ao esquecimento se a esperteza e o casuismo não tivessem retomado dos quadros do Império a esdrúxula figura do biônico para aplicá-la aos diversos níveis de representação na vida pública.

Há que considerar, ainda, que a direita brasileira, refletindo um fenômeno que afeta a direita em todo o mundo, padece igualmente de densidade ideológica. Estagnada como corrente de pensamento, fica restrita ao desencadeamento de ações de direita contra idéias e movimentos que não são de direita, sempre na defesa de interesses e conveniências, geralmente para garantir privilégios de natureza econômica ou social. Na Europa, seu nome é "direita-mercantil", vista com desprezo pelos intelectuais direitistas, mas festejadíssima pelos grupos terroristas aos quais dá apoio financeiro.

A direita brasileira, assim, não passa de um ajuntamento de direitistas unidos por objetivos comuns, definidos e imediatos, com o apoio de sentimentos anticomunistas generalizados no estamento militar e algum tempero doutrinário dos que se consideram ideólogos do sistema de poder. Sua maior sustentação, contudo, está na tendência natural ao conservadorismo, muito própria da gente brasileira, característica, aliás, que praticamente inviabiliza uma confrontação esquerda-direita no País e, muito mais, uma luta de classes. A ótica do ex-chanceler Afonso Arinos avaliza:

"No Brasil, a confrontação esquerda-direita é mais fácil de ser admitida no quadro da velha tradição latino-americana, também brasileira, da confrontação autoritarismo-liberdade. Claro que aqui esse antiliberal é um espaço sempre ocupado pela direita, ao contrário do que acontece em outros países, como Espanha e Itália, por exemplo, onde o faz a esquerda. Aqui, a direita assume o papel que a esquerda assume lá, ou seja, lutar contra a democracia."

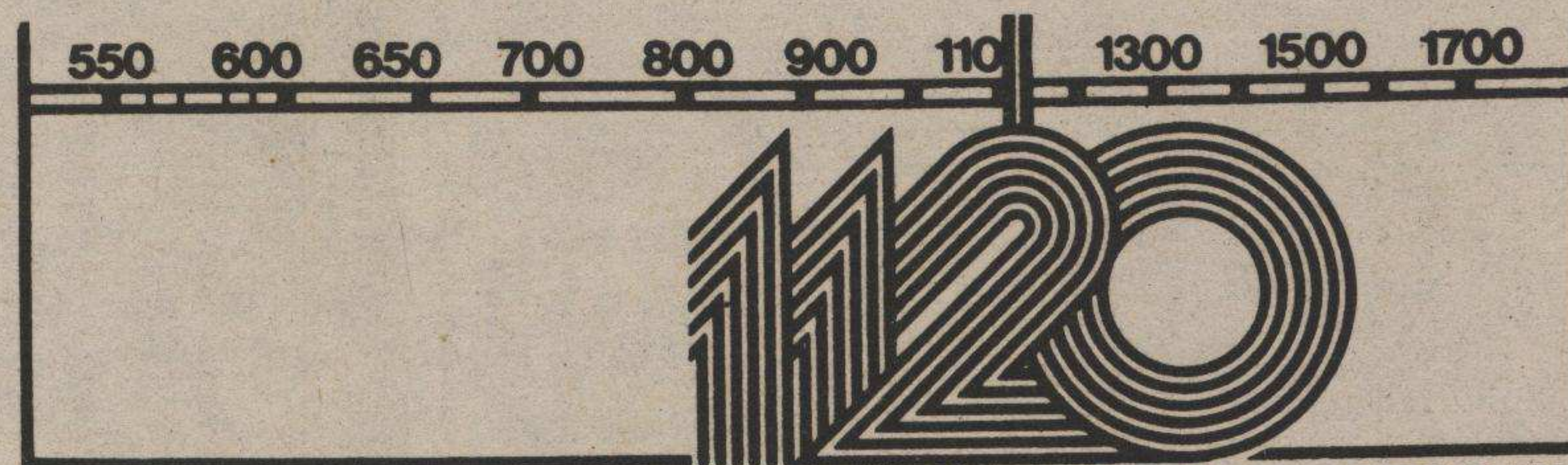
P.S.: — O repórter cumpriu a sua parte no acordo. A confecção das "máscaras" estendeu-se e acabou compondo mesmo um estudo continuado da multiplicidade de disfarces que escondem as enganosas feições da direita brasileira. Mas o diretor do DOPS de Minas Gerais não apresentou um rosto de verdade para usar uma delas. Não pôde apontar a sinistra figura que comanda o terror no País. Não teve tempo. Nem chegou a usar o terno bege-claro com colete, uma roupa de gala para a solenidade em que receberia a "Medalha do Pacificador". Morreu do coração, aos 55 anos, na madrugada de 7 de novembro de 1979. A condecoração, como homenagem post-mortem, foi entregue à viúva David Hazan, doze dias depois, em cerimônia realizada no 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte. Não se soube, também, que fim levou o "diário de bordo" de capa de sarja azul desbotado, no qual seu marido anotava o dia-a-dia de mais de vinte anos vividos dentro do DOPS de Minas Gerais. Talvez um dia apareça. Talvez um dia o testemunho escrito de um morto ajude a decifrar alguns enigmas que tanto inquietam esse mundo de vivos. Talvez apareça, então, o verdadeiro rosto do terror. Que o nome dele está no "diário de bordo", não há a menor dúvida. Só quem não conheceu David Hazan pensaria o contrário.

A RÁDIO CONTINENTAL NÃO É ESPECIALIZADA EM NADA.



UFA, ISTO É ÓTIMO.

Acontece, que quem liga na Continental ouve muita música, mas não fica só na música. Em seguida vem informação, depois vem serviço. Um pouco mais de música brasileira e logo entram as notícias. E assim vai. Uma programação variada e vibrante, com o molho do pessoal que sabe falar com quem tem o espírito jovem e permanentemente aberto. A Continental tem tudo isso junto e mais um pouco. Ainda bem.

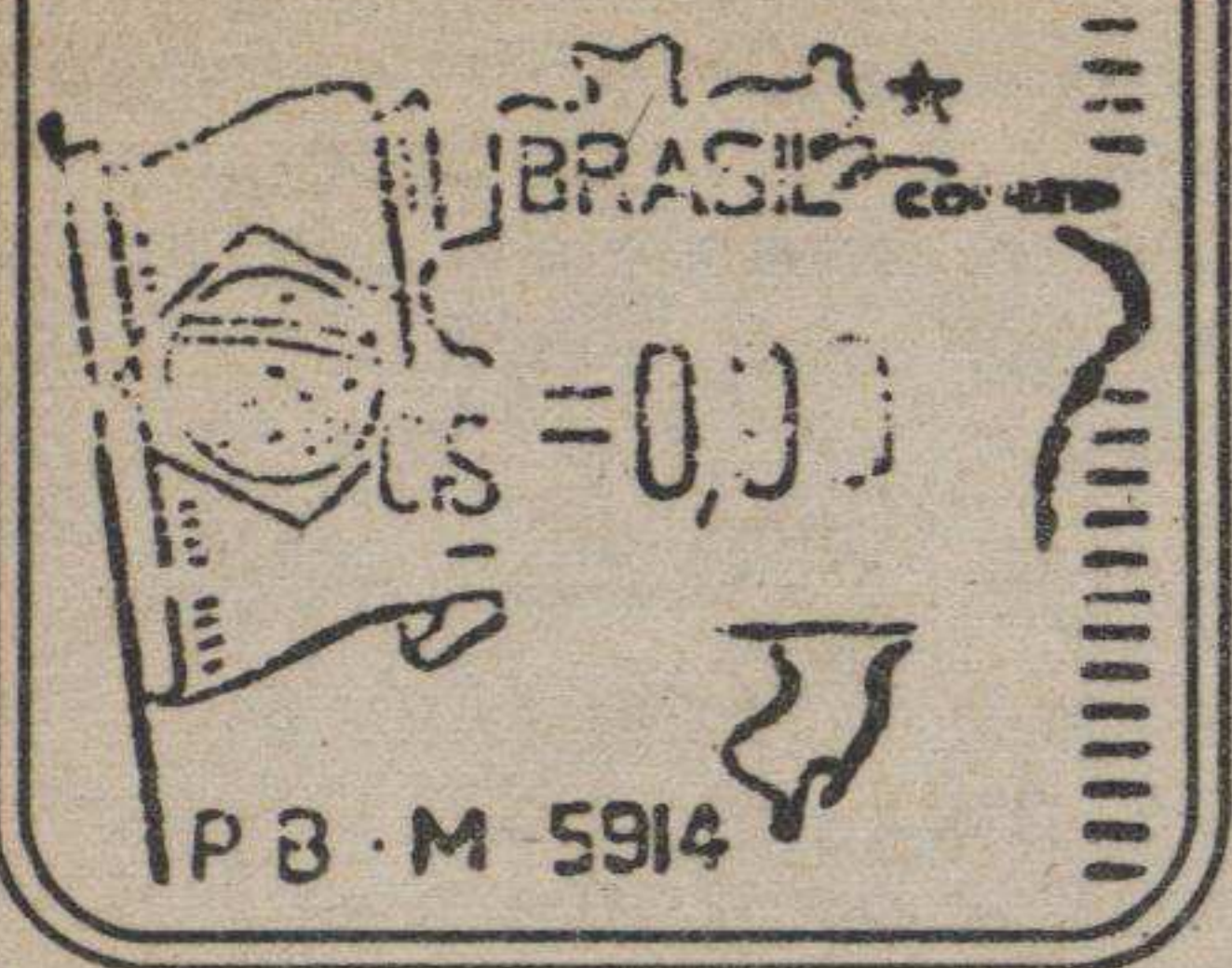


ZYK 274 1120 kHz AM 100 KW ANDRADAS, 1155 - 5.º andar fone 246699 PORTO ALEGRE

RÁDIO CONTINENTAL o som nosso de cada dia

Sistema Globo de Rádio - Porto Alegre - Fone: 24-6699 - São Paulo - Fone: 259-7511 - Rio - Fone: 285-0548.

CARTAS



O grandioso exemplo de união

"A Associação de Professores da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Paulo da Gama agradece o apoio recebido do Coojornal, que tem conseguido atingir os pontos mais distantes de nosso estado, contribuindo para manter coeso o magistério, no mais grandioso exemplo de união de uma classe, durante seu movimento reivindicatório por melhores salários."

P. Gil,
Porto Alegre, RS.

Tudo para o homem e a natureza

"Gostaríamos de ver publicado neste jornal o teor do telegrama que enviamos dia 19 de novembro ao ministro da Saúde, Valdyr Arcoverde, ao ministro da Indústria e Comércio, Camillo Pena, e ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva. É o seguinte:

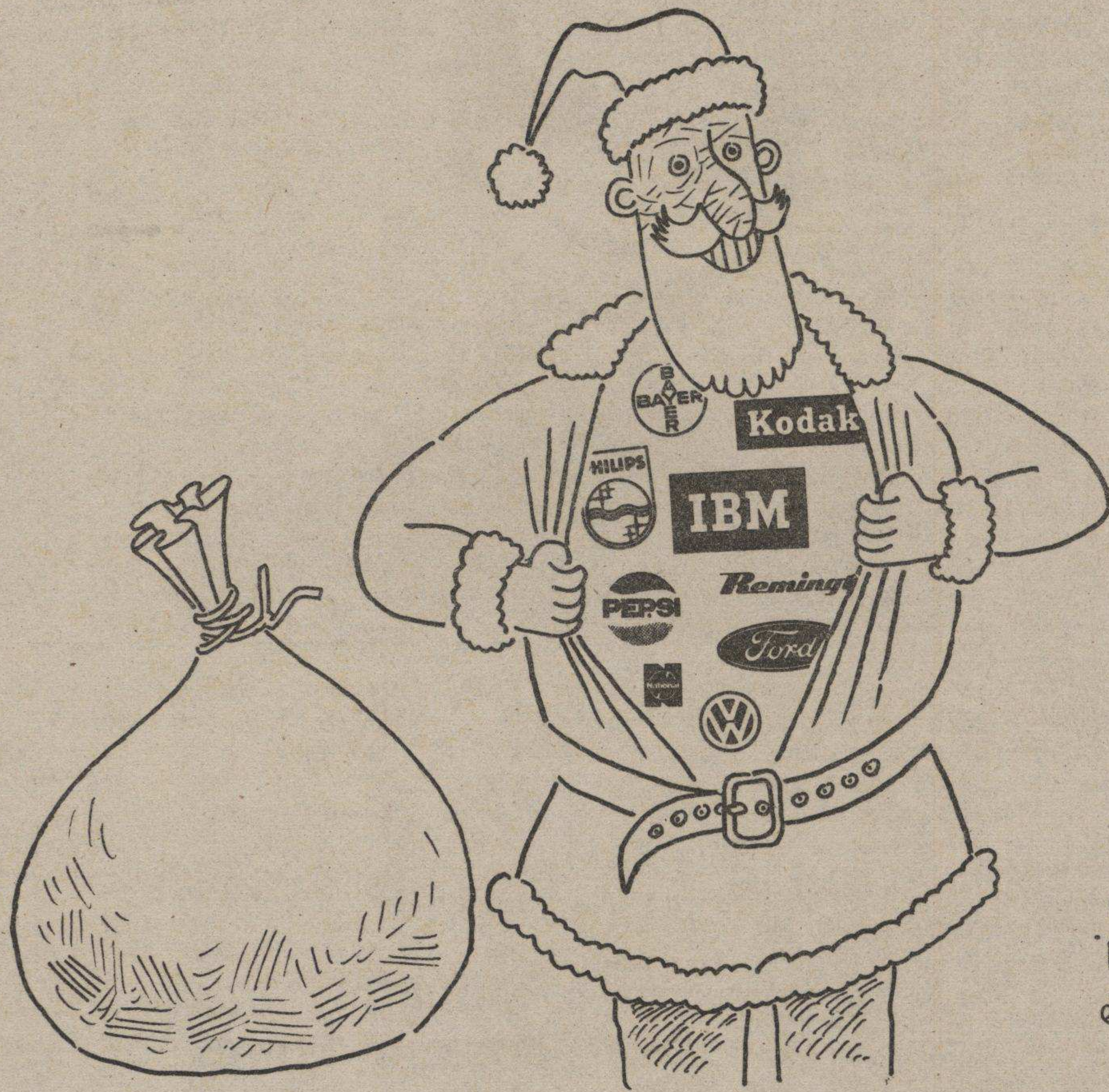
"Urgimos seja concretizada a Lei 79.094 proibindo fabricação, comercialização e importação de detergentes duros. Sua produção no Brasil foi iniciada na década de 70, precisamente no momento em que eram condenados nos países desenvolvidos. Por este motivo transferiram as indústrias seu campo de ação para países do Terceiro Mundo, prática que continua e se agrava nos dias de hoje. É premente recolocar o homem e a natureza no centro dos interesses e das decisões da Nação."

Magda Renner, presidente da Ação Democrática Feminina Gaúcha
Porto Alegre, RS.

ASSINE O
COOJORNAL!



As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente. Enviar para: Rua Comendador Coruja, 372, Porto Alegre — 90.000, RS.



As variantes do terror e a quem ele beneficia

"Cremos que não existem diferenças entre posições de direita e ultradireita, o que muda são as situações em que as forças reacionárias operam. As circunstâncias é que determinam a utilização de um ou outro método. Na verdade, não há discrepâncias ideológicas ou, mesmo, táticas entre o governo brasileiro e os governos argentino, chileno e uruguaio: se nesses países o autoritarismo é hoje ainda declarado, o determinante de tal situação constitui não o caráter do Estado — 'ultradireita', conforme o compreendem —, mas o estágio dos movimentos de massa e a existência de grupos organizados de esquerda.

Na Argentina, por exemplo, havia, após o golpe, guerrilha urbana; esse estágio de luta de classes exigiu, como alternativa para sustentar a ordem burguesa, que as classes dominantes optassem por uma ação mais repressiva. O que aconteceu também no Brasil, de 1968 a 73.

Se analisarmos precisamente a atual conjuntura política brasileira, constatamos que esta onda de atentados terroristas de forma alguma vem a desestabilizar o governo, mas, ao contrário, fortalecê-lo. Ao desviar a atenção da opinião pública, onde os meios de comunicação deixam de dar importância a problemas econômicos e políticos outros, e passam a enfatizar prioritariamente os atentados como uma ameaça à 'abertura'

desenvolvida pelo governo, o terror serve para solidificá-lo.

A população, que estava descontente com a política econômica adotada e havia perdido a confiança no governo, à medida que é gerado um estado de apreensão, afasta a desconfiança e nomeia o general-presidente seu tutor para defendê-la e garantir a democracia, passando a um estágio de expectativa em vez de buscar soluções alternativas.

O país, que vivia num clima de instabilidade, hoje se unifica em torno de uma luta comum: o combate ao terror! Complementando, vem o partido governista e propõe uma conciliação com as oposições, com vistas a dar plenas regalias ao general Figueiredo para combater a violência.

O terror funciona, deste modo, não como um instrumento desestabilizador do governo, mas como um recurso do Estado para manter seu controle sobre a população, desviando sua atenção e deixando-a dependente de seus atos.

Não é viável uma possível divisão no bloco dominante, haja visto que a hegemonia política está sob a égide da burguesia industrial associada ao capital externo que patrocinou o golpe de 64 e que, dado o grau de internacionalização de nossa economia, não possui rival no bloco político-econômico brasileiro. No que diz respeito às Forças Armadas, a possibilidade de haver uma cisão é remota, visto que o grupo hegemônico é o ligado ao setor de informações, o mesmo que efetuou o golpe de março e que está à testa do governo (Cfe. Coojornal de agosto, reportagem 'Os Sargentos')."

Mário Pinheiro,
Santa Maria, RS.

Descaracterização da ciência no projeto do CFE

"Está para ser enviado para aprovação no Conselho Federal de Educação o Projeto Natarael, que visa a implantação do curso de Estudos Sociais para formação de professores de 1º e 2º Graus de História, Geografia, OSPB e Moral e Cívica, com a consequente desativação das licenciaturas em História, Geografia, Ciências Sociais e Filosofia.

Este projeto acarretará a descaracterização da ciência, em seu conteúdo reflexivo, implicando diretamente no aumento do já gritante baixo nível do estudantado brasileiro.

Na separação entre ensino (licenciatura) e pesquisa (bacharelado), portanto, entre o processo de conhecimento da sociedade e seu processo educacional — o que propõe, em última análise, o projeto do sr. Paulo Natarael — está sintetizada a ideologia do projeto: um ensino acrítico e meramente informativo.

De outra forma, o projeto concentra quatro habilitações específicas (História, Geografia, Filosofia e Ciências Sociais) numa única matéria, restringindo a já parca possibilidade de aprofundamento em cada uma delas e fechando ainda mais o mercado de trabalho; ou seja, onde quatro matérias eram ministradas por quatro professores, agora basta um."

Martins Dutra,
Rio de Janeiro, RJ.



Caetano Veloso é careta demais

"Este Caetano Veloso tem um grande recalque e é um bobalhão. Onde já se viu atacar covardemente colegas como Fagner e Geraldo Vandré, duas grandes expressões da nossa música popular? Pelo que disse ao Coojornal (nº 59, de novembro), o Caetano só tem inimigos em todas as partes do Brasil. Não gosta de seus colegas músicos, não gosta dos críticos e jornalistas, e ainda por cima vem dizer que a temporada de exílio (nas mamatas de Londres...) foi um grande negócio!

Ele tem é que plantar batatas mesmo. É, como se confessa, aparentemente com orgulho, um grandessíssimo careta. Que fique careteando por aí, como bem quiser, mas, por favor, livre-nos desta chatice."

Mário Wagner Jr.,
Porto Alegre, RS

VITON DE
ARAÚJO

ADVOGADC

OAB 4546 CPF 004493770/91
Borges de Medeiros, 308/135
Porto Alegre fone: 25-4745

OAB/RS 939 CPF 001783570/49
fones: 24-2796 e 25-6305

Helio Carlomagno
ADVOGADO

Luiz Goulart Filho
OAB 7182 CIC 183730030/53
Hélio Goulart
OAB 12.600 CIC 220083570/15

Advogados

Horário: Das 10,30 às 11,30 e
Das 17,00 às 19,00 hs
Demétrio Ribeiro 2078 cj. "B"
fones: 25-8223 33-6476

Geraldo Nogueira
da Gama

Advogado

OAB 5951 CPF 059035050/15
Rua Uruguai, 155 cj. 1306
fone: 25-0154
Porto Alegre RS



Tropa de mulas, o único meio de transporte possível nas vicinais

está pronto entregar aos tubarões (Do km 62 ao 78).

— Viver nas vicinais é uma coisa danada, depois que abriram a estrada nunca mais passou máquina. Ladeira com valetas, pontes caindo, sendo o nosso transporte a lombo humano e de burro (Do km 49 ao 60).

— Escola não existe. Se a pessoa adoece em Nova Canaã é carregada por oito ou dez homens até a beira, em rede. Pra não morrer o jeito é não adoecer (Do km 78 ao 90).

— A solução é esperar a doença passar. Médico só sábado, das 12 às 18 horas e vem de Marabá. Muitos andam a pé 100 quilômetros para medicar. A maleita (malária) tem castigado. De junho a julho foram 1.242 casos (R9).

— Em Ipixuna somos esquecidos e marginalizados. Nossos familiares estão saindo, os que ficam passam fome e miséria (R6).

150 índios fogem dos brancos

Dos 2.560 quilômetros de Transamazônica, o único trecho onde a colonização "resultou em alguma coisa" é o que liga as cidades de Itaituba e Marabá. Itaituba inchou. De dois mil saltou, em dez anos, para 20 mil habitantes, pois a estrada facilitou o acesso de 35 mil garimpeiros atualmente em busca do ouro do Alto Tapajós. A cidade vive em função do ouro, apesar da colonização.

Existe também uma corrida pela terra. Dezenas de famílias chegam diariamente, apesar de o INCRA ter esfriado sua política de colonização. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaituba, Carlos Costa e Silva, são mais de mil posseiros na zona de interseção das duas estradas do PIN. A tensão é muito grande, pois a invasão de terras por paranaenses, principalmente, é assustadora. Eles vão entrando mato adentro, 15, 20 quilômetros, abrindo suas próprias picadas e, acampados em barracas de lona, com mulheres e filhos,

desmatam o que podem, plantam a primeira roça, para depois enfrentarem a morosa liberação do INCRA. Esses posseiros imitam o exemplo dos que cansaram de esperar pelo INCRA, que no Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Itaituba assentou até agora 2.500 famílias.

A situação é ruim para estes posseiros, pois sem título de propriedade não conseguem custear a lavoura. Entretanto, a situação dos colonos pioneiros que ainda não passaram o lote adiante — mais da metade já abandonou a Transamazônica — é muito pior. Estão totalmente endividados no Banco do Brasil. De acordo com cálculos do gerente da agência de Itaituba, o gaúcho Iramar Marques, "a soma total da dívida passa de Cr\$ 45 milhões". Ninguém mais é dono da terra, a qualquer hora o banco pode resgatá-la.

— Mas como é área de colonização — explica o gerente — existe o interesse de fixar o sujeito, reescalando a dívida.

— Se vocês vão de carona, cuidado com esse trecho. Tem índio selvagem nos dois lados da estrada. Dizem até que se o carro estraga, a gente tem que se trancar no carro e o Exército vem rebocar.

Ao ser anunciado o traçado da Transamazônica, foi denunciada a presença de 30 nações indígenas pelo caminho, sendo 12 isoladas. Uma delas, a dos Araras, que vivia próximo do Rio Iriri, afluente do Xingu, teve uma aldeia cortada bem no centro por uma vicinal (estrada secundária para escoamento da produção agrícola). O INCRA não avisou, a Funai chegou tarde. Os colonos acharam até roças de mandioca e não sabiam o que fazer.

Dez anos depois, os Araras ainda não foram pacificados e continuam obstaculizando as pretensões de ocupação desse pedaço da Transamazônica. É um grupo de 100 a 150 índios, pele clara, pés grandes, cabeça pelada, possivelmente do grupo Gê — não se conhece o dialeto que falam —, que continua perambulando pelas matas do Iriri. Acuados, atiram flechas em qualquer luz na mata, porque os índios Caibi, guias e intérpretes das frentes de atração, segundo denúncia de sertanistas, "tentaram agarrar os Araras à unha, procurando na mata de lanterna".

Devido à existência dos Araras, foi interdita uma área de 400 mil hectares pertencentes à Cooperativa Regional Triticola Serrana (Cotrijuí), de Ijuí, no Rio Grande do Sul, onde deveria ser implantado um projeto de colonização que previa a transferência de duas mil famílias de minifundiários gaúchos em 10 anos. Entre o recebimento de terra e o início do projeto da Cotrijuí, os Araras foram descobertos e a área interdita.

A Cotrijuí está envolvida ainda com a administração da Usina de Açúcar e Alcool Abraham Lincoln, localizada no km 96 da estrada, um verdadeiro presente grego recebido do INCRA, que construiu a usina em 74 e nunca conseguiu administrá-la a contento, segundo o depoimento de inúmeros colonos fornecedores de cana. A montagem da usina foi mal feita, o trabalho parava constantemente no pique da safra, e a cana, quando cortada, apodrecia na carroceria dos caminhões estacionados em volta da Abraham Lincoln. Depois de passar pelas mãos de três administradores diferentes — entre os quais a Companhia Brasileira de Alimentação, Cobal —, a usina foi entregue à Cotrijuí. Esta investiu mais de Cr\$ 60 milhões em reparos na usina mas até hoje enfrenta a desconfiança dos colonos, por demais escaldados com as deficiências da Abraham Lincoln nos últimos seis anos.

A Brasília da selva perde para a favela

No último trecho da Transamazônica, entre Altamira e Marabá, a colonização oficial é desastrosa. O Governo abriu a estrada, expulsou os índios Parakanã mais para baixo, no Tocantins, e assentou colonos em suas terras. Voltou, anos depois de ter abandonado os colonos, mas em companhia da Eletronorte — para retirá-los por causa de uma hidrelétrica cuja construção não estava prevista pelos idealizadores dessa futurística obra do século.

Para gerar seus quatro milhões de quilowatts, a hidrelétrica precisa inundar 215 mil hectares, cobrindo estrada, roças e reservas indígenas, ao longo de mais de 120 quilômetros. Índios, colonos e posseiros terão de ser transferidos para uma área mais ao Sul, onde já existem conflitos pela posse da terra.

O impasse é grande em Repartimento, a área da possível inundação. A vila, de onde sai o acesso da Transamazônica para Tucuruí, vive seus últimos dias: até o final de 1981 seus 3.200 habitantes deverão sair.

Fora do polígono da inundação, a caminho de Marabá (km 52), um grupo de 20 famílias luta para manter sua terra. Sofrem ameaças dos empregados da viúva Ceci Miranda, que deseja ficar com os abundantes castanhais do local. Os colonos inclusive acusam os responsáveis pela Coordenação Especial do Araguaia-Tocantins (Ceat). Segundo eles, depois de 46 idas e vindas a Marabá, foram avisados para comparecer na sede do Ceat, com seus papéis, para regularizar a situação. Entregaram os títulos e as licenças de ocupação, último passo antes do título definitivo. Os papéis nunca mais foram devolvidos.

Ao final dos 1.100 quilômetros do trecho da Transamazônica considerado "o melhor colonizado", está a cidade de Marabá, localizada na junção dos Rios Araguaia, Tocantins e Itacaiunas, famosa pelas enchentes anuais que obrigam ao evacuação total da cidade sempre que começam as chuvas. A Sudam iniciou um projeto de transferência da cidade para um lugar mais alto, a salvo das águas. Foi planejada uma cidade em forma de folhas de castanha, uma cidade vegetal, a Brasília Amazônica. Mas os moradores relutam e sempre acabam voltando para a cidade velha, após a cheia.

Enquanto isso, do outro lado do Rio Itacaiunas, nasceu um favelão que já tem mais de 15 mil habitantes. Formado inicialmente por aqueles que aguardavam lotes em Nova Marabá, hoje virou uma cidade anexa, encorpada pelos que buscam terra e acabam vivendo como biscaiteiros em Marabá. Até a Igreja optou por se transferir para a cidade nova, como é conhecido o favelão, em vez de ficar numa das folhas de castanha de Nova Marabá.

UMA COOPERATIVA DE MÉDICOS



A segurança de um atendimento com cobertura em todo o território nacional.

A qualidade do Sistema Unimed com atendimento no próprio consultório particular do médico escolhido.

O custo mais baixo, conseqüências de um sistema sem intermediários.

Estes são os fatores que fazem

do Sistema Unimed o melhor

para a Assistência Médico-Hospitalar da sua empresa ou família.

UNIMED

Porto Alegre — RS
Rua Santa Terezinha, 345
Fones: 31-1162 e 31-1677



Agrovila do Inkra no trecho Altamira-Itaituba: uma favela de colonos

NEJAR: VINTE ANOS DE POESIA

OBRA POÉTICA I, de Carlos Nejar, Editora Nova Fronteira, 474 páginas, Cr\$ 600,00.

Carlos Nejar é o grande poeta dos anos 60 e 70, aquele que oferece à poética brasileira o mais vasto painel, cujos constitutivos dão à crítica um variado manancial interpretativo. À maneira como João Cabral é o precioso e magistral poeta pós-modernismo, ocupando densamente os anos 50 e 60, Nejar percorre firme as últimas duas décadas com uma vasta produção (15 livros) e cuja exegese aos poucos vem sendo alicerçada.

Obra Poética I reúne os primeiros nove livros e mais um apêndice contendo o seu último trabalho: *A ferocidade das coisas*. Se quiséssemos atender a um paralelo por onde caminha o verso de Nejar, diríamos que ele possui a herança whitmaniana, com um severo parentesco de Neruda, e um sentimento de Deus muito assegurado. Mas a individuação da força metafórica, do ritmo nejariano, é uma corrente cujas vertentes dão à poesia brasileira contemporânea o mais fecundo manancial.

Carlos Nejar segue, então, solitário em sua trajetória poética, sem se prender aos ismos, tendo passado incólume às zonas de turbulências das vanguardas. Não se prendeu à neo-imagística que se voltara contra o próprio poema. Preferiu sempre o verso de longo alcance, o poema de fôlego e *Livro de Silbion* (1963), é um exemplo disso, dividido em dez extensos cantos. Segue-se *Livro do tempo*, de 1965, um poema único, e *Campeador e o vento*, dividido também em dez cantos, em 1966. *Danações* (1969), onde adensam as temáticas e formulações aliadas ao jurídico (Nejar é promotor público). *Ordenações* (1969-1971), dividido em quatro partes, nos dá o exemplo mais rico e ordenado dessa primeira parte de sua poética.

Entre as muitas prescrições, Nejar canta principalmente o lado humano. Está ligado a tudo o que vê, às paisagens e aos territórios do homem. Distante do ortodoxismo que limita, ele canta o ser e o homem para além de si mesmos, numa vertical necessidade de transladar, salvando o que puder para compor a esperança, o amor e a vida além de tudo. "Onde existir o humano, /vão meus ossos/ e os últimos anos, /o que fui e prosigo// Onde existir o humano, /irá meu reino vivo."

Ao completar vinte anos de poesia, Carlos Nejar oferece uma obra cujo volume e densidade dão-nos um painel *sui-generis* e para o qual ainda é cedo uma sentença valorativa, pois o poeta se acha em pleno vigor criativo. E desde já

se afiança como um de nossos mais vigorosos escritores. Mas o tempo certamente nos trará dimensões bem maiores do que se possa hoje ajuizar sobre os seus quinze livros publicados.

Nejar é um poeta que servirá como raros ao melhor da literatura brasileira. E a iniciativa da editora Nova Fronteira em publicar as suas obras completas em dois volumes é elogiosa, uma resposta categórica aos editores que ainda não acreditam na editora poética.

LUIZ DE MIRANDA

A BUSCA DA PRÓPRIA IDENTIDADE

PORÃ, de Antônio Hohlfeldt, Editora Antares e Instituto Nacional do Livro.

O CURUMIM QUE VIROU GIGANTE, de Joel Rufino dos Santos, Editora Ática. APENAS UM CURUMIM, de Werner Zotz, Coö Editora.

Os escritores de obras para crianças procuraram, ao longo da década de 70, ocupar uma série de vazios temáticos verificáveis na literatura infantil brasileira. Ao lado de uma tomada de posição quanto ao tipo de efeito que o livro pode desencadear no seu leitor, o que levou à polêmica acirrada entre o realismo e o fantástico, emergiu uma preocupação em abordar assuntos até então sonogados, como a separação dos pais, a penúria econômica, o menor abandonado, etc. Estas orientações estão profundamente entrelaçadas, pois, se a literatura infantil pode levar ao escapismo ou fugir dele, através do questionamento da realidade vivenciada pelo leitor, para se chegar a esta meta tanto se pode renovar o tratamento dado aos gêneros tradicionais como o conto de fadas (conforme procedem Ana Maria Machado ou Fernanda Lopes de Almeida), quanto introduzir assuntos até então inéditos, mas igualmente válidos, como a divisão social injusta, o surgimento da sexualidade juvenil, a poluição.

É de acordo com este projeto maior dos escritores para crianças que o problema das minorias raciais se incorpora à literatura, de modo que o índio, figura até então ausente ou secundária, passa a se constituir em personagem central destas narrativas renovadoras. Se o público infantil somente o conhecia por intermédio de histórias como *O último dos moicanos*, de J. Fenimore Cooper, ou devido ao indianismo romântico, isto é, numa perspectiva colonizada, porque atribuía ao conquistador europeu o papel dominante e verdadeiramente heróico, ele é agora o protagonista principal, sendo que os problemas são tratados segundo sua ótica e interesse.



O curumim que virou gigante, de Joel Rufino dos Santos, caracteriza um dos modos como o assunto vem sendo desenvolvido: a figura central é Tamã, um menino que almeja ter uma irmã. Como seu desejo não se realiza, ele o supre pela imaginação. Todavia, contando a seus amigos a respeito da existência da garota, esses não acreditam e acabam por caçoar dele. Envergonhado, o menino foge até o mar, perto do qual consegue realizar seu desejo de modo mágico. Como se vê, o livro, valendo-se da personagem índio, não propõe o confronto deste com a civilização branca, nem a descrição dos costumes primitivos como algo diverso ou exótico em relação à cultura civilizada, que é a de seu leitor. Pelo contrário, a igualdade entre ambos os mundos advém do tratamento de uma dificuldade do pensamento infantil, que é a do desejo irrealizado, cuja compensação pela fantasia não é suficiente para lhe dar realidade e fazê-la aceita pelo grupo social.

Recusando-se a apresentar a diferença e insistir na sua peculiaridade, o livro de Joel Rufino dos Santos mostra no selvagem o problema com o qual a criança, independentemente de sua procedência racial, possa se identificar. É esta recusa, por sua vez, um dos pontos de partida possíveis para se proceder à superação dos contrastes culturais e, por extensão, do racismo diferenciador.

CONFLITOS

Os embates entre os dois universos e a conseqüente destruição do meio primitivo aparece em *Apenas um curumim*, de Werner Zotz. Suas personagens centrais são Tamã, o velho pagé, e Jari, o pequeno curumim, últimos sobreviventes de seu grupo. Narrando como Tamã dirige Jari para uma nova tribo, onde este readquirirá sua identidade indígena, o Autor

usa de seus heróis para denunciar tanto a dizimação dos índios e do ambiente natural pelos brancos, devido à cobiça e imprevidência destes, como a perda da identidade pelos índios. Pois, como diz Tamã a seu pupilo, este "vai ter que aprender tudo de novo, porque o índio que havia dentro de você está morto." (p. 22).

O tema da busca da identidade indígena está presente também em *Porã*, de Antônio Hohlfeldt. A história narrada divide-se em dois momentos distintos, vividos pelo pequeno herói Porã: no primeiro, o índio é levado para uma escola branca, na qual se vê ridicularizado duas vezes pelos outros garotos — ao pronunciar seu nome indígena; e depois, ao tentar se corrigir, aludindo à sua designação cristã, Pedro, que havia recebido e de que não gostava. O riso dos outros motiva sua volta apressada à aldeia, onde se inicia o segundo momento do relato: em conversa com o chefe, o velho esclarece ao menino a situação pessoal deste, assim como a necessidade de voltar à cidade e fazer valer sua visão particular de mundo, produto de sua cultura primitiva e da autenticidade de seu ambiente original.

Os pontos de contato entre os dois livros são em bom número, caracterizando o espectro de problemas relativos aos intercâmbios entre o índio e a civilização branca. Há uma desigualdade entre os dois grupos sociais, pois a dominação branca é inquestionável. O resultado do processo não é apenas a destruição do ambiente natural dos índios, mas a falência interna destes, uma vez que perdem sua própria identidade: Jari age como os brancos; Porã não sabe mais qual é seu nome verdadeiro. Enfim, ambos os meninos refletem sobre o efeito deste processo, isto é, sobre a colonização de que são vítimas, fato histórico e irreversível. É o que os leva a uma tomada de posição, induzida pelo auxiliar adulto, mais sábio e experiente, ao mesmo tempo sacerdote e responsável pela preservação da tradição e costumes originais, em vias de desaparecimento.

Abordando o tema do índio e integrando-o à literatura infantil, os livros mencionados cumprem o papel descrito inicialmente, o de preencher espaços temáticos negligenciados até então pelo gênero. E examinando as questões — pessoais, em Joel Rufino dos Santos, e intergrupais, nos demais textos — a partir dos heróis que são crianças, os escritores permitem que afluam antes de mais nada a perspectiva destas, de modo a facilitar a identificação emocional do leitor, ponto de partida para sua compreensão do relato.

REGINA ZILBERMAN

Dois livros de Goiás para você!

Peça já pelo reembolso postal



Panela de Pobre, de Jorge Braga
Um traço do humorista goiano
posto à disposição da denúncia.
Um livro de cartuns, para rir e meditar.

CANTIGAS MENORES: 100,00
PANELA DE POBRE: 150,00



Cantigas Menores, de Dom Pedro Casaldáliga — 200 poemas em que o bispo de São Félix do Araguaia retrata, com amor e humor, o homem da Amazônia.

Preencha o cupom e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
Porto Alegre — 90.000 — RS.

Nome: _____ N°: _____
End.: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Estado: _____
Profissão: _____

Luiz Lopes BURMEISTER OAB 2334
REJANE Souza Pedra OAB 11.893
Celso HAGEMANN OAB 65E47
ROGÉRIO Mendonça OAB 66E17

Advocacia trabalhista de empregados

Andrade Neves, 159 cj. 105
tel. 25-5866 P. Alegre
Rua Cândido Machado,
372 s/608 Canoas

DÊ UMA ASSINATURA-PRESENTE PARA SEUS AMIGOS E GANHE UM PRESENTE DO COOJORNAL

Está chegando o fim do ano,
hora de dar presentes
para seus melhores amigos.
Aproveite esta oferta do
Coojornal: você dá assinaturas
de presente* e ainda ganha
vários livros à sua escolha.
Veja como é fácil:

*Um cartão acompanha o primeiro exemplar
da assinatura indicando de quem é o presente



A cada três assinaturas do **Coojornal**, você terá direito a escolher um destes livros:
Liberdade, Liberdade — Millôr Fernandes; Cem Sonetos de Amor — Pablo Neruda;
Cuca Fundida — Woody Allen; Opinião x Censura — J.A. Pinheiro Machado;
Gauchíssima Trindade — cartuns de Santiago, Crist e Fontanarrosa

Com cinco assinaturas do **Coojornal**, terá direito a escolher dois livros!

Para ganhar os livros você precisa encaminhar duas coisas:

- 1) Nome, endereço e profissão de cada assinante
- 2) O valor das assinaturas, através de vale postal ou cheque nominal para **Coojornal**

Cada assinatura anual custa apenas Cr\$ 550,00

cooJORNAL
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Preencha o cupom e remeta-o, junto
com vale-postal ou cheque, para:

**Cooperativa dos Jornalistas de
Porto Alegre Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
Porto Alegre 90.000 - RS.**

Em anexo estou enviando assinaturas do
Coojornal, e quero receber os livros abaixo
assinalados:

- Liberdade, Liberdade — Millôr Fernandes
- Cem Sonetos de Amor — Pablo Neruda
- Cuca Fundida — Woody Allen
- Opinião x Censura — J.A. Pinheiro Machado
- Gauchíssima Trindade — Santiago, Crist e Fontanarrosa